

MIGRAÇÃO VENEZUELANA

Roraima como epicentro dos deslocamentos

FERNANDO LIMA MENDES
CARLOS ALBERTO BORGES DA SILVA
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

2022

MIGRAÇÃO VENEZUELANA

Roraima como epicentro dos deslocamentos

MIGRAÇÃO VENEZUELANA

Roraima como epicentro dos deslocamentos

Fernando Lima Mendes
Carlos Alberto Borges da Silva
Elói Martins Senhoras
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Me1 MENDES, Fernando Lima; SILVA, Carlos Alberto Borges da; SENHORAS, Elói Martins (organizadores).

Migração Venezuelana: Roraima como epicentro dos deslocamentos. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 205 p.

Série: Relações Internacionais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-996308-0-4
https://doi.org/10.5281/zenodo.6528887

1 - Brasil. 2 - Migração. 3 - Roraima. 4 - Venezuelanos.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Relações Internacionais. IV - Série

CDD–327

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
Migração Venezuelana para Roraima 13

CAPÍTULO 2 |
Crise Humanitária na Venezuela: Uma Reflexão sobre a
Rede de Atendimentos dos Fluxos Venezuelanos em Roraima 55

CAPÍTULO 3 |
Cobertura Jornalística dos Fluxos Migratórios Venezuelanos em Roraima 77

CAPÍTULO 4 |
O Papel das Igrejas e Organizações Religiosas
na Migração Venezuelana em Roraima (2018-2022) 111

CAPÍTULO 5 |
Operação Acolhida e o Padrão de Mobilidade da Interiorização
de Migrantes Venezuelanos em Território Brasileiro (2018-2020) 133

CAPÍTULO 6 |
Os Aspectos da Migração Laboral Venezuelana
em Roraima: A Fronteira entre o Formal e o Informal 163

SOBRE OS AUTORES | 195

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O ciclo vicioso engendrado por uma híbrida crise de natureza econômica e política na Venezuela tem repercutido desde a década de 2010 em um *boom* migratório internacional que se materializa por meio de dois padrões de deslocamento, tanto sul-sul, para o entorno próximo na América do Sul, quanto sul-norte, para os Estados Unidos e Europa.

Fruto de um contexto ímpar de deslocamentos venezuelanos no mundo, este livro foi produzido para se apreender a realidade do contexto roraimense como espacialização de destino, por meio de seis capítulos que analisam as características primárias de impacto dos fluxos migratórios em razão da fronteira imediata do estado em relação ao país vizinho.

A construção das discussões apresentadas neste livro só foi possível em função do trabalho colaborativo de pesquisadores brasileiros com distintas experiências com os migrantes e refugiados venezuelanos e um perfil de formação acadêmica multidisciplinar, alicerçada nas áreas de Administração, Ciências Sociais, Direito, Geografia e Relações Internacionais.

A presente obra tem o objetivo de analisar o contexto de deslocamentos venezuelanos para o estado de Roraima por meio de uma abordagem que valoriza uma apreensão sobre a temática e sobre a rede institucional de atendimento aos migrantes e refugiados a partir de diferenciados recortes teórico-metodológicos e de uma convergente ótica macroaanalítica.

Caracterizadas por uma natureza, exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e quali-quantitativa quanto aos meios, as pesquisas deste livro foram fundamentadas no uso do método dedutivo e nos procedimentos de revisão integrativa, bibliográfica e

documental no levantamento de dados, bem como estudo de caso e análise hermenêutica, gráfica e geoespacial na análise de dados.

Escrito para estimular o espírito de reflexão e criticidade sobre os deslocamentos venezuelanos para Roraima, este livro de coletânea é indicado para um extenso número de leitores, justamente por apresentar uma didática leitura empírica que despertará o interesse, tanto, de um público leigo afeito a novos conhecimentos, quanto, de um público especializado de acadêmicos que busca dialogar com base em tradicionais e novas abordagens científicas.

Conclui-se para apreciação de leitura que uma panorâmica visão dos deslocamentos migratórios venezuelanos para o estado de Roraima e da rede institucional de recepção, acolhimento, integração e interiorização para outros estados é fornecida ao público leitor, fundamentada em relevantes análises de estudos de casos que corroboram para a produção de novas informações e conhecimentos sobre esta complexa realidade empírica.

Excelente leitura!

Fernando Lima Mendes

Carlos Alberto Borges da Silva

Elói Martins Senhoras

(organizadores)

CAPÍTULO 1

Migração Venezuelana para Roraima

MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA RORAIMA

Gisele Gabriela Mota Santos

Elói Martins Senhoras

A migração faz parte da natureza humana e a mobilidade é essencial para a continuação das espécies, de acordo com Bauman (2017). Porém, à medida que as relações sociais se complicaram com a formação de sociedades mais organizadas, a convivência entre pessoas de diferentes partes do mundo tornou-se menos amistosa, e a competição anterior movida por comida e abrigo ganhou motivos políticos.

Observa-se que, com o passar dos anos, as motivações ou incentivos que impulsionaram os movimentos migratórios são de natureza diversificada, dentre os quais estão figurados, por exemplo, a busca por melhores condições de vida e a inserção laboral; ademais, tem-se a migração forçada, que, infelizmente, é uma realidade em todo o mundo, e ocorre com maior frequência em regiões com índices mais elevados de pobreza e desigualdade social.

A globalização foi um importante fator de fomento das migrações internacionais, tendo em vista que este processo possibilitou uma maior troca entre países, mas esta migração é vista sob diferentes perspectivas de um país para o outro, divergindo, assim, o modo com que cada nação recebe estes fluxos.

Discute-se a questão migratória a partir do entendimento de que é um fator inerente às próprias sociedades humanas, tratando-se, desta maneira, de um processo global, que se fez presente historicamente nas relações humanas, como é bem apontado por Brzozowski (2012):

> O êxodo dos judeus do antigo Egito (aproximadamente em 1200 a.C.), a migração dos gregos na região mediterrânea (desde 800 a.C.) são apenas alguns exemplos desses processos. Os homens migravam sempre, porém desde o século XIX pode-se observar a intensificação dos movimentos populacionais no quadro mundial (BRZOZOWSKI, 2012, p.137).

Compreender os fluxos da migração é uma tarefa extensa, tendo em vista as inúmeras discussões que podem ser realizadas, a partir de diferentes perspectivas, e, portanto, abordar esta temática galgando aspectos específicos é um jeito mais prudente para que se realizar uma pesquisa.

Tendo isso em vista, parte-se da premissa de que é relevante conhecer os conceitos mais simples, para que se possa compreender as definições mais complexas, e, a partir desta máxima, busca-se, primeiramente, entender o que significa migrante, elucidando um dos principais conceitos básicos desta produção.

Portanto, utiliza-se, nesta pesquisa, a definição exposta no glossário do Instituto de Migrações e Direitos Humanos (2014), que caracteriza o migrante como "toda a pessoa que se transfere de seu lugar habitual, de sua residência comum para outro lugar, região ou país".

A partir de um viés sociológico, observa-se também este conceito na visão de Sayad (1998, p. 15), que enxerga o fenômeno de atravessar fronteiras como uma forma de transportar em si a essência do que é ser imigrante, sendo determinado simplesmente pelo "deslocamento de pessoas no espaço, particularmente no espaço físico" (SAYAD, 1988).

A migração, em muitos casos, é um dos caminhos vislumbrados para almejar melhores condições de vida, ou mesmo

ter novas oportunidades, contudo, é uma via extremamente incerta e difícil. Figuram nos principais debates migratórios as considerações feitas por Abdelmalek Sayad (1998), o qual trouxe estudos sobre migrações a partir de uma perspectiva pós-colonialista do fenômeno estudado.

> Mais do que qualquer outro objeto social não existe outro discurso sobre o imigrante e a imigração que não seja um discurso imposto; mais do que isso, é até mesmo toda problemática da ciência social da imigração que é uma problemática imposta. E uma das formas dessa imposição é perceber o imigrante, defini-lo, pensá-lo ou, mais simplesmente, sempre falar dele como um problema social (SAYAD, 1998, p. 56).

Na visão do autor, os limites do Estado-Nação, para o entendimento da imigração internacional, constituem um fato social completo, no sentido de que dialoga com diferentes áreas das Ciências Sociais e Humanidades, dada a sua interdisciplinaridade.

Posto isso, o estudo de Castles, Miller e Haas (2013) intitulado "A era da Migração – Movimentos Populacionais Internacionais no Mundo Moderno", acusa um aumento das migrações internacionais pelo mundo no pós guerras, e refletem sobre os aspectos que caracterizam esta era, os quais se fazem presentes a partir das políticas de restrição à entrada de imigrantes e as eventuais consequências políticas das migrações.

Tais características revelam, para os autores, o prosseguimento de uma migração internacional de cunho extremamente desigual entre os países com maior e menor poderio econômico, e, por conseguinte, os autores fazem algumas constatações sobre esta era.

Estes apontamentos são relacionados ao aumento da globalização das migrações, mudanças de destino destes fluxos, existência de fluxos mistos, conformidade dessa transição migratória, um maior número de mulheres migrantes, além da politização dessa migração.

Haja vista a discussão acerca da caracterização dos fluxos migratórios, destaca-se aqui os aspectos relativos às barreiras impostas aos migrantes, Póvoa Neto (2007) logra observar um ponto delicado destes entraves, analisando como o imigrante é colocado em uma posição de exploração e subordinação,

> [...] a barreira age como sinalização anti-imigração, mas coexiste com fortes demandas por mão de obra pelos mercados de trabalho dos lados receptores. O que pode sugerir, conforme já observado, que tais barreiras não só bloqueiam a passagem de muitos, como também atuam no sentido da maior exploração daqueles que logram atravessar (PÓVOA NETO, 2007, p. 18).

Evidencia-se, também, o forte sentimento anti-migratório presente nos nacionais do país receptor, e, em consequência, a inserção laboral de imigrantes acaba permeada de exploração e atitudes discriminatórias, o que acaba por lhes deixar sem quaisquer direitos ou benefícios no país.

Neste cenário de recorrentes atitudes discriminatórias, pode-se discutir o fato de que as migrações, em geral, são vistas sob uma atmosfera de desconfiança por parte dos nacionais, e a perspectiva do "outro", do "estrangeiro" é reforçada pelo sentimento de pertencimento dos indivíduos a determinado Estado-Nação.

A falta de documentação figura também em um dos entraves à migração, pois torna a população migrante ainda mais vulnerável, visto que além de não conseguirem se beneficiar de direito algum, correm o risco constante da deportação e/ou prisão (SASAKI; ASSIS, 2000).

Conforme já discorrido, as razões que levam as pessoas a migrar são bem distintas, podendo ser desde conflitos étnicos e perseguição política e ideológica a busca por melhorias de condições de vida. Embora todos os tipos de migração sejam definidos como um tipo de deslocamento de pessoas, tal deslocamento pode ser de natureza voluntária ou forçada, temporária ou definitiva e individual ou em grupos.

De acordo com o Wolrd Migration Report (2020), a estimativa global de migrantes internacionais no mundo era por volta de 281 milhões, o que equivale a 3,6 % da população global. Estas viram episódios de instabilidade marcarem a história recente de seu país e se intensificarem na última década, levando a um aumento desse fluxo migratório nas regiões fronteiriças (BRICEÑO-LEÓN, 2007).

Levando estes dados em consideração, ao definir a tensão entre a transitoriedade e permanência que permeiam a situação do migrante, Sayad (1998) chama a atenção para o fato de que, no Direito, a situação do imigrante é eminentemente provisória.

Contudo, o Estado sempre procura desmentir esse fato, insistindo na possibilidade de instalação dos imigrantes de forma duradoura, sempre trabalhando o rótulo do “outro”. Para o autor, é como se a migração precisasse, para se perpetuar, negar a si mesma, ignorando-se como provisória e não se confessando como definitiva (SAYAD, 1998).

Desta forma, nota-se que essa contradição está intrinsicamente ligada à migração, haja vista que os imigrantes não

abandonam a ideia de voltar a seu país de origem. Outrossim, suas comunidades originárias tampouco lidam sua partida como algo definitivo, concebendo sua ausência apenas como "temporária", ignorando o fato de que pode ser para sempre.

Tendo isso em vista, será abordado, principalmente, os aspectos sociais, econômicos e políticos da migração venezuelana para o Brasil, especificamente para o município de Boa Vista – RR, no marco temporal na qual se insere a pesquisa, 2016 a 2021, ou seja, desde quando se iniciou o fluxo maior de imigrantes venezuelanos para o estado de Roraima, até o cenário de pandemia do Coronavírus.

MIGRAÇÕES NO BRASIL

Em um âmbito nacional, é imprescindível a abordagem de dados sobre a presenças de imigrantes no país, bem como as leis migratórias que os amparavam ao longo dos anos. O Brasil é um país que teve, ao longo de sua história, diversos fluxos migratórios.

No entanto, apesar da participação do imigrante na formação e crescimento do país, as políticas relativas à migração encontravam-se extremamente ultrapassadas até pouco tempo atrás, onde as leis vigentes limitavam a tomada de decisões voltadas ao acolhimento dos imigrantes.

No ano de 1920, o país teve, aproximadamente, 1,5 milhões de imigrantes registrados no censo demográfico brasileiro, o que representava o quantitativo de 5,1 % de uma população de 30,6 milhões de pessoas, os quais se encontravam, principalmente, nas regiões Sudeste e Sul do país (MAGALHÃES; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2019 *apud* BAENINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2022).

No intervalo dos séculos XIX e a primeira metade do século XXI, o país possuía 287 diretrizes relativas ao tema das migrações internacionais. Estas, refletiam o pensamento e o contexto político sobre as migrações internacionais de suas épocas, sendo vistas sob a perspectiva de incentivo à colonização e à mão de obra estrangeira, seja pela restrição de entrada ou da limitação de direitos à população imigrante no país (SEYFERTH, 2011).

Percebe-se, a partir daí, que o imigrante era tratado de maneira discriminatória porque era visto com desconfiança, e, assim, a reação instintiva dos nacionais seria precaver-se diante da "ameaça" causada pelo estrangeiro à soberania nacional e às relações trabalhistas.

Na década de 1980, vigorava no Brasil a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, conhecida como Estatuto do Estrangeiro, regulamentada pelo Decreto no 88.715, de 10 de dezembro de 1981, e tinha como principal função resguardar a soberania nacional e os interesses brasileiros diante da possível ameaça estrangeira.

Sartoretto (2018) mostra que, durante os anos de ditadura militar, o Brasil caracterizou-se como um país de emigrantes, já que muitos cidadãos fugiam em função das ações de um governo violador de direitos humanos. Na época, grande parte dos países latino-americanos gozava de uma legislação migratória e de segurança nacional tomados pela ideia de conflito. Deste modo, era incomum reconhecer o outro como alguém merecedor de direitos fundamentais.

Essa visão realista das relações internacionais perdurou por muito tempo. Segundo Brito (2013), as políticas restritivas de entrada dos imigrantes e o ambiente cada vez mais adverso para estes, vincula-se também ao mercado de trabalho extremamente competitivo. Ao mesmo tempo, tem sido notável o ressurgimento de

movimentos nacionalistas em diversos lugares, estando o Brasil incluso.

> As imigrações internacionais assumiram uma dimensão inusitada [...]. De fato, a maioria dos imigrantes internacionais é temporária, pois a perspectiva de integração na sociedade de destino é mínima devido não só à competitividade no mercado de trabalho, mas também à quase total impossibilidade de qualquer tipo de mobilidade social ascendente. A institucionalização de diferenças sociais e culturais, que resvalam para um preconceito social e étnico, tem reforçado as adversidades aos imigrantes incentivando a temporalidade (BRITO, 2013, p. 91).

Diante da constante chegada de pessoas migrantes, advindas de inúmeros países, o Brasil promulgou, então, a Lei nº 13.445/2017, chamada nova Lei de Migração, que estabeleceu direitos e deveres dessas pessoas, substituindo o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980). Considerando que a lei anterior foi elaborada à luz de um regime ditatorial, percebe-se que o antigo Estatuto vinculava a condição dos imigrantes à discricionariedade das autoridades.

Em uma conjuntura onde eram comuns perseguições arbitrárias contra inimigos do país, vários de seus dispositivos vinculavam os migrantes à condição de ameaça, como se fossem nocivos à ordem pública e a interesses nacionais, elucidados pelos artigos 1º ao 21º.

Segundo Milesi *et al*. (2018), a palavra "estrangeiro" do estatuto supracitado "reforça o conceito de alienação, de estranho, e em nada condiz com a concepção de proximidade, de família universal formada por seres da mesma espécie humana, de

solidariedade, de dignidade e de respeito aos direitos humanos" (MILESI *et al*., 2018).

Todas essas atitudes discriminatórias ajudam a explicar o porquê da exclusão dos imigrantes no que tange a tomadas de decisão sobre assuntos relevantes de ordem política, a exemplo da Constituição de 88, quando ainda vigorava o Estatuto do Estrangeiro. Sprandel (2015) afirma que "a suspeição contra o estrangeiro faz parte de toda formulação legislativa dos últimos anos do Império e da República, dificultando o ingresso daqueles considerados indesejáveis ou facilitando sua expulsão".

Desta forma, percebe-se que o texto normativo atendia aos interesses de setores elitizados da sociedade, e, em termos de doutrina, de fato, a Constituição poderia ser considerada como a consolidação de um plano de controle com interesses bem definidos e de caráter excludente.

A fim de galgar um novo arcabouço legal, mais atualizado, e que fizesse jus ao regime democrático instaurado, é elaborada em 2017 a Nova Lei de Migração brasileira (Lei.13.445), na qual o imigrante passa a gozar de direitos e obrigações, assim como é levada em consideração a defesa dos direitos humanos. Segundo a nova Lei de Migração, os direitos básicos da Carta Magna são estendidos aos imigrantes, conforme constam os artigos 3º e 4º, onde estipulam que:

> Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
>
> I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de

> discriminação. Art. 4º. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - Independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, difere muito da legislação anterior, pois, no que se refere aos imigrantes, o texto anterior os considerava ameaças à segurança. A nova Lei, nº 13.445/2017, tem seu início a partir de uma alteração significativa, pois deixa de se chamar "Estatuto do Estrangeiro" e passa a ser "Lei de Migração". Essa mudança não é apenas uma questão de terminologia, como destaca Guerra (2017):

> No caso da nova legislação, o legislador preferiu adotar a figura do migrante e do visitante (artigo1), em conformidade com a política consagrada na atualidade em prol dos direitos humanos. De certo modo, o termo empregado na Lei n. 13.445/2017 faz com que o indivíduo, que não seja nacional do Estado, não se sinta estranho e preterido no local que se encontra, como se um forasteiro fosse (GUERRA, 2017, p. 7).

O texto carrega outra concepção acerca dos fluxos migratórios para o país, fixando novas condutas relativas ao migrante. A nova lei de migração também substituiu a Lei nº 818/1949 (sobre a aquisição, perda e reaquisição da nacionalidade e perda de direitos políticos) e a Lei nº 8615/1980 (Estatuto do Estrangeiro), que lidava com os imigrantes como um tipo de ameaça

aos brasileiros, e a imigração era vista como um problema de segurança nacional.

O artigo 2º do Estatuto do Estrangeiro (1980) estipulava que "a concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais", conferindo à emissão ou prorrogação de visto um sentido mais arbitrário. A lei de Migração estabelece alguns conceitos importantes, onde "imigrante" se refere a toda pessoa advinda de outro país ou apátrida que trabalha ou vive no Brasil e se estabelece de forma temporária ou permanente.

A diferença entre imigrantes e visitantes é que o segundo grupo são formados por pessoas que vem ao Brasil para uma estada curta e não pretendem se instalar temporária ou definitivamente no país: são turistas, artistas e empresários. A lei contém outras definições, como a de emigrante, onde é o brasileiro que estabelece temporária ou definitivamente no exterior.

Figura nessas definições também o residente fronteiriço, que é a pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho. E, por fim, o apátrida, pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto n. 4.246, de 22 de maio de 2002.

Entretanto, alguns trechos do artigo foram vetados, tais como o inciso I do artigo 1º, onde o migrante era definido como "[...] pessoa que se desloca de país ou região geográfica ao território de outro país ou região geográfica, incluindo o imigrante, o emigrante, o residente fronteiriço e o apátrida" (BRASIL, 1980). Para justificar o veto, foi alegado o seguinte:

> O dispositivo estabelece conceito demasiadamente amplo de migrante, abrangendo inclusive o

> estrangeiro com residência em país fronteiriço, o que estende a todo e qualquer estrangeiro, qualquer que seja sua condição migratória, a igualdade com os nacionais, violando a Constituição em seu artigo 5º, que estabelece que aquela igualdade é limitada e tem como critério para sua efetividade a residência do estrangeiro no território nacional (BRASIL, 2017).

O artigo 4º da Lei n. 13.445/2017 assegura vários direitos aos migrantes no Brasil, os quais versam sobre igualdade, segurança, propriedade e inviolabilidade à vida, como se observa no seguinte trecho:

> [...] direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável; direito de reunião para fins pacíficos; direito à associação, inclusive sindical, para fins lícitos; acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória (BRASIL, 2017).

O artigo 5º da Constituição Federal também prescreve que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, sendo garantidos tanto aos brasileiros quanto aos estrangeiros que aqui residem, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

Esse artigo resguarda a proteção de direitos a estrangeiros residentes no Brasil, todavia, a interpretação desse artigo pelo

Supremo Tribunal Federal vem estendendo a proteção dos direitos aos estrangeiros também não residentes no Brasil (JARDIM, 2017).

Da mesma forma, o artigo 3º, inciso IV da Constituição Federal de 1988, constituiu como um dos seus objetivos fundamentais "[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação [...]" (BRASIL, 1988), e, dessa forma, entra em consonância com o artigo 5º, que prevê a igualdade aos brasileiros e estrangeiros, sem distinção de qualquer natureza e a punição a qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais.

O novo texto traz consigo novos princípios e diretrizes que regem a política migratória a partir de então, em alinhamento com a Constituição Federal de 1988, e também com os tratados internacionais de que o Brasil é signatário, tais como a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação.

Ademais, versa também sobre a não criminalização da migração; não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; promoção de entrada regular e de regularização documental; acolhida humanitária; desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil; observância do disposto em tratados; dentre outros. Conforme elucida Gonçalves Portela (2017):

> [...] em decorrência da noção da universalidade dos direitos humanos, que estabelece que todos os indivíduos são igualmente destinatários dos mesmos direitos, sem distinção de qualquer espécie, e como consequência do incremento dos fluxos

> internacionais, inclusive de pessoas, e da formação de espaços internacionais comuns, como os blocos regionais, a situação jurídica dos não nacionais assemelha-se cada vez mais à dos nacionais, gozando aqueles de quase todos os direitos destes, sem o que o desenvolvimento das relações internacionais poderia encontrar obstáculos adicionais (PORTELA, 2017, p. 313).

Desta forma, o migrante deixa de ser visto sob uma perspectiva de segurança nacional, mas sim como uma pessoa que também goza de direitos e deveres, estando estes respaldados no novo diploma migratório. Portanto, é um grande avanço no sentido de alcançar um regime democrático pleno, onde as leis migratórias estão em harmonia com a Constituição do país.

Entretanto, apesar do progresso alcançado, ainda há muito o que se discutir sobre o texto normativo, principalmente tendo em vista os vetos presidenciais, pois estes evidenciam a manutenção da soberania estatal sobre pautas modernizantes da legislação.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA

Dada o contexto no qual se insere esta pesquisa, a localização da Venezuela é um importante fator a ser considerado para entender um dos motivos de o Brasil ser um dos principais lugares buscados pelos bolivarianos, como observa Senhoras (2021):

> A Venezuela possui uma fronteira com o Brasil, nos quais estão os Estados de Roraima e Amazonas. De modo que a geografia física importa na definição dos

fluxos de migração e refúgio, enquanto que na fronteira da Venezuela com o Amazonas, o Brasil apresenta o bioma amazônico com densa área de floresta que dificulta a fluidez, por outro lado, com relação a Roraima, se tem o bioma da savana brasileira que facilita os canais de fluidez, gerando uma dinâmica migratória direcionada para o Estado (SENHORAS, 2021, p. 9).

Figura 1 – Fronteira entre Brasil e Venezuela



Fonte: SENHORAS (2021).

Pode-se observar, a partir da Figura 1, que o país está em uma posição geográfica limítrofe ao estado de Roraima e do Amazonas, sendo o município de Pacaraima – RR, a maior porta de entrada ao país. Com uma população de 17.401 habitantes (IBGE, 2019), a cidade foi extremamente impactada pelo repentino aumento populacional.

A fim de melhor compreender o que levou a essa migração em massa de Venezuelanos, será feita uma breve contextualização histórica dos aspectos políticos, econômicos e sociais do país. A Venezuela, apesar de formalmente independente no plano político, ocupa posição subalterna na divisão internacional do trabalho em termos macroeconômicos, o que fortalece o legado colonial (MARINI, 1973). Segundo Vicente Ribeiro (2018):

> A história contemporânea da Venezuela é inaugurada pelo petróleo. O caráter lapidar desta frase, apesar de prescindir dos necessários aprofundamentos, expressa com clareza o traço distintivo da formação social das primeiras décadas do século XX até o presente. Em poucos anos, o petróleo passou a vincular-se de forma tão estreita com a identidade venezuelana, que o país passou a se reconhecer crescentemente como uma nação petroleira (RIBEIRO, 2018).

Conforme exposto por Wendling; Nascimento; Senhoras (2021, p. 2), a crise imigratória venezuelana iniciou-se no ano de 2010, intensificando-se no período compreendido entre 2016 e 2017, e teve suas origens a partir de fatores socioeconômicos, tendo em vista a crise do petróleo e o consequente aumento dos níveis inflacionários do país.

Analisa-se, aqui, o constante antagonismo econômico entre seus recursos disponíveis e a má administração, o que coloca o país em uma posição histórica de dependência em relação a grandes potências. Silva e Peres (2020) discutem a crise venezuelana a partir de seus aspectos históricos, e refletem sobre como o Pacto de *Punto Fijo* é um elemento intrínseco aos estudos sobre a estrutura econômica da Venezuela.

> O Pacto de *Punto Fijo* foi um amplo arranjo político iniciado em 31 de outubro de 1958, com o fim da ditadura de Marcos Pérez Jiménez, articulado pelos principais partidos do país, a Ação Democrática − AC e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente − COPEI, destinado a garantir a estabilidade política venezuelana por meio de uma alternância consentida entre ambos, sob a concordância do respeito às regras do jogo democrático (SILVA; PERES, 2020, p. 26).

Posto isso, verifica-se a relevância do petróleo no cenário econômico e estrutural do país, e ao passo em que o produto impulsionava os modelos mundiais de industrialização, a Venezuela deixava de investir em sua própria infraestrutura e tecnologia, e, desta forma, não possuía qualquer variedade produtiva, fator este que gerou uma alta dependência do país em relação à *commodity*.

Os preços do petróleo no cenário mundial foram favoráveis ao modelo adotado pela Venezuela "nos dez anos que sucederam o primeiro choque do petróleo, em 1973" (SILVA; PERES, 2020). Contudo, a vulnerabilidade deste modelo foi evidenciada no momento em que o preço do barril de petróleo começou a ser desvalorizado internacionalmente, e é a partir de então que a economia venezuelana encontra dificuldades, apesar de que este não é o único fator que explica a crise atual.

> O esgotamento do sistema de representação centrado na hegemonia dos partidos tradicionais; o surgimento de novos atores políticos; e a deterioração econômica após o "milagre venezuelano" dos anos de 1970, que levou ao empobrecimento de amplos setores da população e à gradual frustração das expectativas de melhoria de vida (MOREIRA, 2018, p. 40).

Diante do fracasso desse modelo, ocorrem diversas manifestações e protestos populares a partir da década de 1980. Em vista disso, novas representações são eleitas, com a esperança de melhoria do cenário em que o país se encontrava. O então presidente eleito, Hugo Chávez, representa uma quebra com os preceitos do modelo de *Punto Fijo*, em um viés político e institucional (MOREIRA, 2018; VILLA, 2005).

> Parte de suas intenções foram expostas no Programa Econômico de Transição 1999-2000. Dentre algumas medidas de caráter setorial empreendidas por meio do programa podemos citar: a defesa dos preços do petróleo, viabilizada por uma articulação entre os membros da OPEP voltado para o controle de oferta do insumo, e protagonizada por Chávez; de fomento da atividade agrícola; e de fortalecimento da atividade industrial do país, priorizando as pequenas e médias indústrias. É importante sublinhar que a concepção e a execução desse programa se deram em um contexto de "restricionismo ortodoxo", com pouco espaço de manobra para medidas mais radicais por parte de Hugo Chávez devido à presença ainda expressiva da elite *puntofijista* na máquina estatal, à base de apoio restrita que possuía no legislativo e à desfavorável situação de endividamento externo do país (BCV, 2013 *apud* SILVA; PERES, 2020, p. 29).

Nesta época, ocorre um processo de liberalização do sistema petrolífero, ou seja, a indústria do petróleo passa a ter protagonismo na formulação das políticas petroleiras, deixando para trás os objetivos característicos do nacionalismo petroleiro, baseados na maximização da renda petroleira em virtude de uma agenda própria de expansão. Uma das consequências desse processo é a redução da tributação do petróleo, esta política de preços administrados se prova ineficiente.

Com a morte de Hugo Chávez, Nicolás Maduro é quem ocupa o espaço da presidência, sob fortes críticas ao aspecto legal deste episódio. As condições econômicas da Venezuela já se encontravam deterioradas, e, em 2014, as flutuações do preço do barril despencam, pois o que antes era negociado a US$ 115, passou a US$ 50, refletindo perdas de 60 %, de acordo com o site do G1 (2015), o que contribuiu ainda mais para o cenário de crise generalizada.

Além da crise pela desvalorização do petróleo e boicotes por parte do setor privado do país, vale ressaltar que os Estados Unidos (na época governado por Donald Trump) começaram a impor uma série de sanções à economia venezuelana, em protesto ao autoritarismo de Nicolás Maduro, o que piorou a situação econômica do país, levando a uma crise sem precedentes.

Todos os fatores supracitados, somados às contínuas sanções por parte de países hegemônicos acabaram gerando uma hiperinflação na Venezuela, que atingiu 1 milhão por cento no ano de 2019, elevando a taxa anual de extrema pobreza para quase 80 % (CORAZZA; MESQUITA, 2019).

Devido aos constantes cortes de energia, o abastecimento de água do país foi severamente afetado, pois não havia eletricidade para seu bombeamento. Diante disso, famílias sem fontes potáveis recorreram a fontes de péssima qualidade para seu abastecimento, o

que sobrecarregou ainda mais outros setores essenciais, como a saúde (BERMÚDEZ *et al*., 2018).

Gráfico 1 – Hiperinflação na Venezuela



Fonte: SILVA; PERES (2020).

Ademais, o país também foi assolado por uma crise política, visto que a relação de Hugo Chavéz com a oposição era conturbada, e, após a ascensão de Nicolás Maduro ao poder, foi dada continuidade a um regime extremamente autoritário.

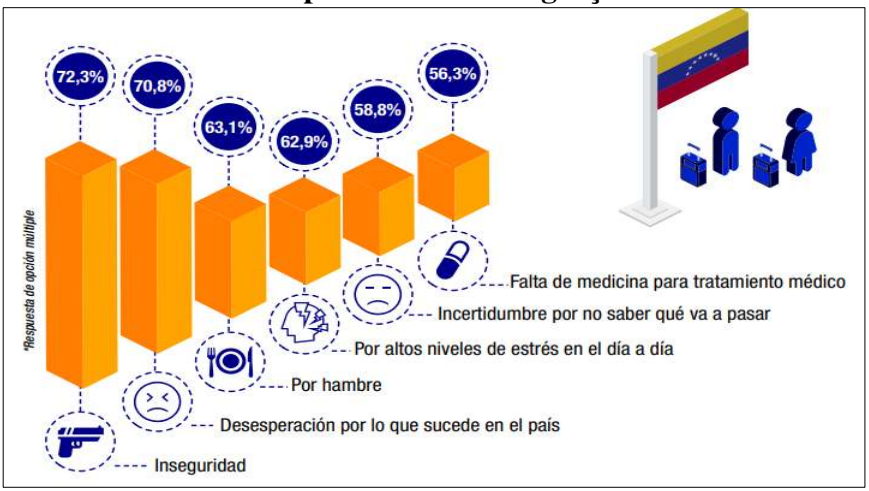
Em 2018, a oposição a Nicolás Maduro nas eleições era representada pela figura de Henri Falcón. Todavia, as perseguições do então governante aos seus opositores eram extremamente repressivas, o que contribuiu para garantir sua reeleição.

A vitória, contudo, não foi reconhecida por grande parcela da comunidade internacional, estando o Brasil incluso. No ano

seguinte, em 2019, Juan Guaidó autoproclamou-se presidente interino da Venezuela, o que movimentou o cenário internacional, dividindo opiniões.

Deste modo, o país encontrava-se em meio a uma crise de grande magnitude que abarcava todos os setores, e isso somado à repressão violenta de seus líderes, ocasionou a fuga de milhares de pessoas, dentre as quais, muitas vieram ao Brasil em busca de melhores condições para viver. Observa-se no Gráfico 2 alguns dados empíricos sobre as possíveis causas da migração:

Gráfico 2 – Principais causas da migração venezuelana



Fonte: BERMUDEZ *et al.* (2018).

A partir destes dados, percebe-se que, assim como em outros casos de migrações forçadas, o caso dos venezuelanos configura-se em mais um cenário onde as pessoas se viram obrigadas a ir para outra localidade em busca de melhores condições de vida, tendo em vista a falta de emprego e a carência de recursos básicos para a

sobrevivência, o que agravou o contexto de miséria, violência e doenças.

Figura 2 – Migração Venezuelana



Fonte: R4V (2022).

A crise econômica, política e social na Venezuela, provocou o deslocamento de grandes massas populacionais em busca de maior

estabilidade econômica e proteção social para diversas regiões. Esta crise desencadeou a migração dos venezuelanos que reagiram à recessão econômica, a desagregação social e do deterioro institucional (GARCIA, 2018).

De acordo com o Sistema de Tráfego Internacional (STI, 2022), até o mês de fevereiro de 2022, o quantitativo de refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil era de 325.763, dentre os quais 184.594 possuem autorização de residência no país (SISMIGRA, 2022), e 49.045 tem seu status de refugiado reconhecido no Brasil (CONARE, 2021). Na Figura 2, observa-se com mais detalhes os números atualizados da migração venezuelana por região.

A incidência de pessoas indocumentadas é alta, e muitos chegam apenas com a roupa do corpo, doentes e sem esperanças no futuro e, mesmo assim, não desejam solicitar refúgio, esperando que a situação melhore e possam cruzar a fronteira com frequência (THOMAS, 2019).

A escolha do Brasil e, especificamente Roraima, como um de seus destinos pode ser explicada pela facilidade de acesso, visto que é um estado fronteiriço que tinha o município de Pacaraima como via de livre acesso aos migrantes vizinhos. É perceptível o empenho para concluir o percurso, pois muitos deixam suas casas para seguir de carona até as proximidades da fronteira, e a partir daí, vem do jeito que conseguem, chegando até ao extremo caso de fazer o trajeto a pé.

A CIDADE DE BOA VISTA E O FLUXO VENEZUELANO

O estado de Roraima está localizado no extremo norte do Brasil e sua dinâmica econômica está relacionada ao seu distanciamento dos centros de poder político e econômico do Brasil.

Além do mais, encontra-se no espaço amazônico, que é uma região de difícil circulação, e caracteriza-se por ser uma área de fronteira política com outros dois países, Venezuela e Guiana.

> A fronteira é percebida pelos habitantes e utilizada cotidianamente. A sua presença produz um efeito de barreira e de descontinuidade, caracterizando-se como um novo elemento na organização territorial e também pode ser um campo de experiências individuais e coletivas. De uma maneira ou de outra, ela ocupa um espaço e assegura uma justaposição muito complexa. Cabe ao pesquisador dar um sentido às funções emergentes dos objetos e dos fixos territoriais que marcam o contexto fronteiriço, que pode ser exclusivo, inclusivo ou associativo em relação a fatores não fronteiriços (ANTUNES, 2019, p. 39).

Neste sentido, trabalha-se aqui a fronteira como um espaço ou zonalidade, constituindo, desta forma, um campo em que se desenvolvem processos econômicos, sociais, tecnológicos, culturais e políticos, que criam e fortalecem classes que diversifiquem o sentido do termo fronteira.

Atualmente, a conjuntura crise generalizada na Venezuela gerou muitos dissidentes, os quais se viram obrigados a fugir da difícil situação do país. O Brasil é um dos países escolhidos como destino, embora não seja a primeira escolha, como mostram os registros administrativos, principalmente a partir de 2018.

Devido à sua fronteira diretamente com a Venezuela, conforme observado na Figura 1, o estado de Roraima tem sido mais afetado pelas ondas migratórias. Por conta de diversos choques causados pela chegada dos imigrantes, muitas vezes visto com olhos

desaprovadores de brasileiros, fez-se necessária a atuação mais rigorosa por parte de esferas governamentais.

Antes de entrar nas respostas do Governo Federal à crise migratória, todavia, faz-se necessário contextualizar a estrutura socioeconômica de Roraima, uma vez que é o lugar de maior concentração de imigrantes. Desta forma, observa-se que este é um estado "marcado pelo isolamento, pela baixa diversificação de sua economia – muito focada no setor público –, e por diversas dinâmicas migratórias ao longo de sua história" (FGV DAPP *et al*., 2020).

Para Silva (2021), a dinâmica do estado de Roraima é pensada "a partir da visão de defesa do território, mas ao mesmo tempo sem a prestação de uma cidadania plena". Assim, não há incentivos que fomentem o interesse no local para além da perspectiva securitária, o que contribui, ainda na visão do pesquisador, para a perpetuação de estereótipos do "não lugar".

> O estado de Roraima, localizado no extremo setentrional do Brasil, possui uma dinâmica econômica marcada por sua distância em relação aos centros de poder político e econômico do Brasil. Além disso, está inserido em uma região de difícil circulação - o espaço amazônico - configurando-se, ainda, em uma região fronteiriça, o que, no caso brasileiro, representa uma dinâmica de isolamento, constituindo-se na periferia do Estado nacional (FGV DAPP *et al*., 2020).

Assim, a ocupação de Roraima se deu, inicialmente, a partir dessa dinâmica securitária. Após 1970, todavia, essa perspectiva começa a sofrer alterações, e a migração de pessoas para a localidade passa a ser incentivada pelo funcionalismo público e pelo garimpo.

Além disso, a pecuária ainda está associada à região, de forma ampla, bem como a chegada de ondas migratórias para produção agrícola.

Isto posto, observa-se que Roraima tem uma dinâmica econômica bastante restrita, composta pela posição dominante das instituições estatais no desenvolvimento da região, onde a "economia de contracheque" é predominante, ou seja, gira em torno dos salários pagos aos servidores públicos.

O setor agropecuário é muito tradicional no estado, no entanto, não é suficiente para ultrapassar a influência do setor público. O setor primário, por sua vez, dispõe de poucos empregos. Existem ainda outros potenciais na região que quase não são explorados, e por conta disso não se mostram como grandes geradores de renda, como o meio ambiente e a grande diversidade cultural. Logo,

> Percebe-se, portanto, que os refugiados e imigrantes venezuelanos adentram ao território brasileiro em uma localidade com baixa capacidade de inserção econômica, ainda mais em um contexto recessivo como o que o Brasil tem vivido desde 2015, em que até mesmo os importantes investimentos públicos, os quais sempre foram elementos impulsionadores da economia em Roraima, estão escassos (FGV DAPP *et al*., 2020).

Continuando a discussão acerca dos movimentos migratórios, nota-se que estes apresentam bem mais que apenas uma saída de pessoas de um local ou país para outro, pois há diversas alterações não só na vida dos migrantes, mas também em toda a dinâmica estrutural da sociedade que os recebe.

> Como o recente fluxo de solicitantes de refúgio e migrantes vindos da Venezuela passa majoritariamente pelo estado de Roraima, houve no estado um aumento populacional e consequentemente um aumento da demanda por bens e serviços (FGV DAPP *et al.*, 2020).

Boa parcela do processo migratório é feito por meios terrestres. No ano de 2016, em vista da crescente população migrante, o governo do estado de Roraima declarou situação de emergência na saúde pública, que já se encontrava em péssimas condições antes mesmo da imigração. Diante das circunstâncias advindas como consequência do forçoso processo migratório venezuelano, está a temática em questão, pelo que se destaca, de modo geral, a carência de políticas públicas.

Tais políticas devem ser pensadas para além da acolhida destes migrantes, versando sobre formas de proporcionar saúde, educação e capacitação para inseri-los devidamente no mercado de trabalho, a fim de gerenciar uma massa de pessoas em situação de rua, um alto índice de prostituição, que ampliam os índices negativos do Estado de Roraima.

> No que diz respeito à atividade econômica, de 2016 para 2017, quando os fluxos venezuelanos já eram realidade o crescimento observado do PIB de Roraima foi de 2,3 %, enquanto, na média dos estados brasileiros, foi de 1,4 %. Com base no cálculo de um índice de diversificação econômica observou-se um aumento do grau de diversificação em Roraima de 2017 para 2018 da ordem de 8 %, o que não foi verificado para o resto da região Norte ou para a média dos estados brasileiros (FGV DAPP, 2020, p. 15).

Uma das importantes facetas a serem analisadas no processo de inserção laboral das migrantes venezuelanas é o impacto socioeconômico para a cidade de Boa Vista. Refletir sobre isso implica na observância das dinâmicas que tem influenciado todo o espaço geográfico ocupado por esses migrantes,

> Compreender os efeitos dos fluxos de refugiados e imigrantes no país de destino não é uma tarefa fácil. É, na verdade, um problema de pesquisa que permeia a literatura acadêmica, sobretudo em Economia aplicada. Por se tratar de um fenômeno complexo, dificilmente esses efeitos são unidirecionais. Consequências positivas e negativas são possíveis do ponto de vista do local de destino, de modo que a tarefa de isolar os dois tipos de efeito não é nada trivial (FGV DAPP *et al.*, 2020, p. 18).
>
> [...] os possíveis efeitos positivos são pouco mencionados. A atividade econômica, a capacidade estatal e a oferta de vagas de trabalho não estão fixas na realidade. Na verdade, elas podem responder aos choques: a maior demanda por bens e serviços por parte de imigrantes e refugiados e de novos atores atuando localmente a partir da resposta governamental e das instituições internacionais pode implicar em uma resposta positiva por parte das firmas, que poderiam realizar investimentos e aumentar sua capacidade produtiva (FGV DAPP *et al*., 2020, p. 18).

De acordo com esta concepção, há extrema necessidade de se pensar sobre como, de fato, vem acontecendo este processo migratório local, identificando os possíveis aspectos positivos aos espaços geográficos para onde migrantes se deslocam, no caso da pesquisa, Boa Vista.

A RESPOSTA GOVERNAMENTAL BRASILEIRA

A baixa capacidade de absorção econômica do estado de Roraima e o crescente contingente de migrantes originou uma resposta conjunta do governo federal e de instituições humanitárias, que, por meio da Operação Acolhida, liberaram mais de quinhentos milhões de reais para lidar de forma emergencial com a crescente onda migratória.

Atualmente, o fluxo migratório mais expressivo no Brasil é o de venezuelanos, e ao final de 2019, dos 4,7 milhões de Venezuelanos que deixaram seu país, 250 mil se destinaram ao Brasil (FGV DAPP *et al*, 2020). Portanto, faz-se necessário abordar as duas principais vias de acolhimento ao imigrante no Brasil: a Operação Acolhida e o Auxílio Emergencial.

Desde 2018, o Governo Federal promove uma ação, executada pelas suas Forças Armadas, para organizar o fluxo de venezuelanos, chamada Operação Acolhida. Por essa ação, são montadas equipes interdisciplinares, com psicólogos, médicos, nutricionistas e assistentes sociais de diversos estados, que se dirigem sobretudo a Roraima, a fim de contribuir na acolhida dos imigrantes.

> Esta operação, muito concentrada em espaços urbanos específicos, é inédita e apresenta caraterísticas muito particulares. Localizada em Hot Spots específicos, numa primeira fase, em Pacaraima e Boa Vista (no Estado de Roraima) e, num segundo momento, estendendo-se a Manaus, (no Estado de Amazonas) acabaria por se ver estendida, por via do processo de interiorização a outros locais do Brasil (GÓIS; SILVA, 2021, p. 15).

Em fevereiro de 2018, o Governo Federal redigiu uma Medida Provisória, de número 820, que acabou se convertendo na Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, onde foi instituído o "Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária" (BRASIL, 2018).

Sua estruturação foi regulamentada pelo Decreto Nº 10.917 de 29 de dezembro de 2021, em três subcomitês, os quais versam sobre as principais preocupações governamentais relativas à gestão do fluxo migratório: recepção, identificação e triagem de imigrantes; acolhimento e interiorização de imigrantes em situação de vulnerabilidade; e ações de saúde a migrantes (BRASIL, 2021).

Esta operação tem seu início desde a entrada dos imigrantes ao Brasil, dando suporte em cuidados emergenciais como alimentação, abrigo e assistência médica. Para isso, foi construído em Pacaraima um Posto de Recepção e Identificação, com o intuito de gerenciar de forma mais precisa a entrada dos imigrantes.

No local, é feita a identificação da nacionalidade do imigrante, bem como a emissão de cartões de entrada e saída do país, para aqueles que não possuem o passaporte. Além disso, é realizado um cadastramento dos mesmos junto ao sistema da Polícia Federal.

> Tratando-se de uma missão civil é, na verdade, o reflexo de uma logística militarizada de fronteira entre o Estado e a sociedade civil, numa espécie de internalização no Brasil de uma organização militar testada nas missões internacionais das forças armadas brasileiras ao serviço de missões de paz no exterior. A compreensão da estrutura e gênese da Operação Acolhida e da sua evolução entre 2018 e 2021 permite-nos compreender a lógica de participação dos vários atores envolvidos nos Hot Spots de entrada no Brasil e, certamente, a análise do grau de sucesso e/ou

> insucesso desta missão influenciará a gestão de futuras "crises" migratórias um pouco por todo o mundo (GÓIS; SILVA, 2021, p. 16).

A Operação Acolhida tem como objetivo exercer suas atividades em três principais eixos: a ordenação de fronteiras, que envolve a formalização dos migrantes após a chegada ao Brasil, bem como assistência social e médica; estrutura de acolhimento aos imigrantes que se encontram em situação de vulnerabilidade, como se observa na Figura 3.

Figura 3 – Estrutura de abrigos



Fonte: Roriz (2019).

Por último, tem-se o processo de interiorização dos imigrantes, configurando uma ação estratégica que visa busca

atenuar os impactos sociodemográficos, como também econômicos e político-institucionais, distribuindo, assim, entre os demais estados da federação a responsabilidade pelo acolhimento e inserção socioeconômica dos venezuelanos.

Desde abril de 2018, mais de 64 mil venezuelanos foram interiorizados para 778 municípios brasileiros (BRASIL, 2021). Este processo é uma estratégia que ajuda não apenas a minimizar os impactos demográficos nas regiões fronteiriças, mas também promove a inclusão socioeconômica destas pessoas.

Ainda no tocante ao processo de interiorização, é válido mencionar que, apesar de ser um meio engenhoso de lidar com o aumento demográfico no estado de Roraima e ainda assim integrar os imigrantes ao território brasileiro, não é uma tarefa simples de ser executada.

Posto isso, faz-se necessário abordar de forma mais clara como é realizada tal ação. Portanto, verifica-se que o processo é realizado em quatro modalidades, a primeira de caráter institucional, onde a pessoa é transferida de um abrigo em Roraima para outro, mantido por entidade governamental, seja ela estadual, municipal ou da sociedade civil de outro estado da federação, podendo permanecer três meses.

Em seguida, tem-se a reunificação familiar, destinada àqueles com família fora de Roraima e Amazônia, bastando apenas comprovar o parentesco e as condições econômicas exigidas para o acolhimento no destino. A modalidade de reunião social, em contrapartida, não exige parentesco para o reagrupamento familiar. Por fim, tem-se a modalidade por vaga de emprego sinalizada, ou seja, o imigrante se desloca para ocupar uma vaga em outro estado.

Partindo da observância da lei, a Operação Acolhida visa implementar ações que dizem respeito às normas estabelecidas pelo Comitê Federal de Atendimento a Emergências para o contexto da

imigração venezuelana no estado de Roraima, especialmente Pacaraima e Boa Vista.

Sob a coordenação do governo federal, por intermédio da Casa Civil e diversos ministérios, são articuladas ações de organismos internacionais (ACNUR, OIM, Fraternidade, AVSI, Jesuítas, entre outros), entidades governamentais e da sociedade civil.

No contexto de pandemia da COVID-19, foi elaborado um Plano Emergencial de Contingenciamento do vírus, com diretrizes e protocolos para prevenir e controlar o contágio, bem como para tratar os infectados nas instalações da Operação.

A execução do plano de contingenciamento contou com o apoio do Exército, do ACNUR e da sociedade civil. Para garantir a frequência do trabalho educacional e sanitário, a ONU destaca 54 comitês e mais de 400 voluntários, compostos principalmente pelos migrantes, para gestão da limpeza, alimentação, manutenção e segurança dos abrigos da Operação em Pacaraima e Boa Vista, estando inclusos os indígenas, que representam cerca de seis mil pessoas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, nesta conjuntura pandêmica, as medidas econômicas e sociais por vezes adotadas para tentar conter a curva de contágio tornam os imigrantes mais suscetíveis à xenofobia, ou mesmo demissões injustas, e por isso acabam dependendo mais de ajuda humanitária (OMS, 2020).

Desta forma, o principal organismo de proteção a refugiados no mundo, o ACNUR, optou por intensificar seu programa de apoio financeiro a essa população, chamado *Cash Based Intervention* (CBI). No Brasil, cerca de 700 famílias (a maioria venezuelanas) foram apoiadas só no primeiro quadrimestre (GODINHO; PACHIONI; HUGUENEY, 2020).

Por conseguinte, com a aprovação do auxílio emergencial, o governo brasileiro disponibilizou R$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, inicialmente por três meses, para pessoas em vulnerabilidade econômica (BRASIL, 2021). Tendo em vista que a Constituição Federal de 1988 (art. 203) prevê assistência social universal, os imigrantes que se encontravam nessa situação também poderiam recebê-lo.

A partir das considerações feitas neste capítulo, pretende-se, a partir do próximo, contextualizar os processos de inserção das mulheres imigrantes no mercado de trabalho, uma vez que a pesquisa tem como público alvo mulheres venezuelanas e sua inserção no setor estético da economia.

As barreiras à inserção laboral formal das mulheres imigrantes são muitas, portanto, é de extrema importância abordar os problemas que estão enraizados na sociedade, como a discriminação de gênero e as condições de trabalho, pois são recorrentes os casos de baixa remuneração salarial, excessivas horas de trabalho, relatos de assédio, além da xenofobia que é muito latente no contexto social estudado.

CONCLUSÕES FINAIS

Este capítulo dedicou-se a trazer, inicialmente, conceitos e concepções sobre as Migrações Internacionais, refletindo sobre sua gênese e evolução. Em seguida, partiu-se para a contextualização da crise na Venezuela, a qual não se deu de uma hora para outra.

Depois, considerou-se relevante fazer um estudo sobre a dinâmica socioeconômica da cidade de Boa Vista, para que, assim, fosse possível um melhor entendimento da resposta governamental brasileira ao fluxo migratório na cidade estudada.

O processo de globalização tem como uma de suas manifestações mais expressivas a migração internacional, e, como previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), "toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país". É a partir desta premissa que a discussão deste capítulo se inicia.

Segundo pesquisa das Organizações das Nações Unidas (2020), o quantitativo de imigrantes chegou a 3,5% da população global em 2019, ao passo em que nos anos 2000 somavam 2,8%, e desse quantitativo, 47, 9% eram mulheres. Portanto, é de suma importância a abordagem do fenômeno migratório sob uma perspectiva de gênero, principalmente tendo em vista seu caráter cada vez mais urgente.

Deste modo, considerou-se relevante fazer essa abordagem introdutória dos tópicos supracitados, pois a crise generalizada instaurada na Venezuela nos últimos anos afetou crescente e decisivamente os movimentos migratórios no Brasil, especialmente o estado de Roraima, e, portanto, entende-se que é fundamental a abordagem destes conceitos intrínsecos à temática, a fim de um melhor entendimento da pesquisa aqui realizada.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, E. M. **Estudo sobre a faixa de fronteira do Brasil**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. O. S. "Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil". **Revista Latinoamericana de Población**, vol. 16, 2022.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de janeiro: Zahar, 2017.

BERMÚDEZ, Y. *et al.* **Informe sobre la movilidad humana venezolana**: Realidades y perspectivas de quienes emigran. San Cristóbal: SJR, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/06/2021.

BRASIL. **Decreto n. 10.917, de 29 de dezembro de 2021**. Brasília: Diário Oficial da União, 2021. Disponível em: <www.in.gov.br>. Acesso em: 02/02/2022.

BRASIL. **Lei n; 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Brasília: Planalto, 1980. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02/02/2022.

BRASIL. **Lei n. 13.684, de 21 de junho de 201, de 29 de dezembro de 2021**. Brasília: Planalto, 2021. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02/02/2022.

BRASIL. **Mensagem N. 163, de 24 de maio de 2017**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02/02/2022.

BRICEÑO-LEÓN, R. "A violência na Venezuela: renda petroleira e crise política". **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 11, 2007.

BRITO, F. "A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional". **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 30, n. 1, 2013.

BRZOZOWSKI, J. "Migração internacional e desenvolvimento econômico". **Estudos Avançados**, vol. 26, n. 75, 2012.

CASTLES, S.; MILLER, M.; HAAS, H. **The Age of Migration**: International Population Movements in the Modern World. New York: Guilford Publication, 2014.

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados. "Refúgio em números". **Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra** [2021]. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 27/03/2022.

FGV DAPP *et al*. **A Economia de Roraima e o Fluxo Venezuelano**: Evidências e subsídios para políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020.

GODINHO, L.; PACHIONI, M.; HUGUENEY, V. "Sem esse dinheiro eu estaria na rua com meu companheiro e filhos". **ACNUR** [08/05/2020]. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 14/06/2021.

GÓIS, P.; SILVA, J. "República Bolivariana da Venezuela: uma sociedade em debandada, um regime político em negação, um continente inteiro sob pressão migratória. As migrações como consequência da geopolítica global no século XXI". **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, vol. 13, n. 26, 2021.

JARDIM, T. "A lei migratória e a inovação de paradigmas". **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, vol. 12, n. 12, 2017.

MARINI, R. "Dialética da Dependência". **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, vol. 9, n. 3, 1973.

MOREIRA, E. *et al*. **Refúgio, Migrações e Cidadania**. Brasília: IMDH / ACNUR, 2017.

OIM - Organização Internacional para as Migrações. **World Migration Report 2020**. Genebra: OIM, 2020. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/>. Acesso em: 27/03/2022.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Covid-19 strategy update**. Genebra: OMS, 2020. Disponível em: <www.who.int>. Acesso em: 15/07/ 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: OHCHR,1948. Disponível em: <www.ohchr.org>. Acesso em: 09/09/2020.

PORTELA, P. **Direito internacional público e privado**: incluindo noções de direitos humanos e direito comunitário. Salvador: JusPODIVM, 2017.

PÓVOA NETO, H. "Barreiras físicas à circulação como dispositivos de política migratória: notas para uma tipologia". *In*: Anais do 6º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Geografia. Rio de Janeiro: ANPEGE, 2007.

R4V. "Venezuelan Refugees & Migrants in The Region". **R4V** [2022]. Disponível em: <www.r4v.info>. Acesso em: 27/03/2022.

RIBEIRO, V. **Os caminhos de uma nova *siembra petrolera***: distribuição e circulação da renda petroleira na Venezuela Bolivariana (2003-2012). Niterói: UFF, 2018.

SARTORETTO, L. **Direito dos refugiados**: do eurocentrismo às abordagens de terceiro mundo. Porto Alegre: Arquipélago, 2018.

SASAKI, E.; ASSIS, G. "Teorias das Migrações Internacionais". **Anais do XII Encontro Nacional da ABEP**. São Paulo: ABEP, 2000.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP. 1998.

WENDLING, K. C. S.; NASCIMENTO, F. L.; SENHORAS, E. M. "A crise migratória Venezuelana". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 8, n. 24, 2021.

SENHORAS, E. M. (org.). **Migração venezuelana no Brasil e em Roraima**. Boa Vista: IOLE, 2021.

SEYFERTH, G. "A Dimensão Cultural da Imigração". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 26, n. 77, 2011.

SILVA, J. C. J.; "A gente só aparece no extraordinário". **Radis** [17/05/2021]. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br>. Acesso em: 02/02/2022.

SILVA, J. C. J.; PERES, V. P. S. "Rentismo e Crise". **Textos e Debates**, n.34, 2020.

SISMIGRA. "Venezuelanos com autorização de residência no Brasil". **R4V** [2022]. Disponível em: <www.r4v.info>. Acesso em: 27/03/2022.

SPRANDEL, M. A. "Migração e Crime: A Lei 6.815, de 1980". **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, n. 45, 2015.

STI - Sistema de Tráfego Internacional. "Total de Refugiados e Migrantes da Venezuela no Brasil". **R4V** [2022]. Disponível em: <www.r4v.info>. Acesso em: 27/03/2022.

THOMAS, J. A. "Fuga de uma ditadura: a saga dos venezuelanos no Brasil". **Veja** [02/08/2019]. Disponível em: <https://veja.abril.com.br>. Acesso em: 19/07/2021.

CAPÍTULO 2

Crise Humanitária na Venezuela: Uma Reflexão sobre a Rede de Atendimentos dos Fluxos Venezuelanos em Roraima

CRISE HUMANITÁRIA NA VENEZUELA: UMA REFLEXÃO SOBRE A REDE DE ATENDIMENTOS DOS FLUXOS VENEZUELANOS EM RORAIMA

Kelma Cristina da Silva Wendling

Francisleile Lima Nascimento

Elói Martins Senhoras

A presente pesquisa aborda a temática da crise humanitária decorrente da crise política e econômica, ocorrida na Venezuela no período de 2010 a 2016/2017, refletindo sobre a rede de atendimento aos fluxos de imigrantes venezuelanos em Roraima.

Este estudo tem por objetivo mostrar que essa rede de atendimento foi estabelecida através de um Acordo de Cooperação Técnica bilateral entre o Ministério de Desenvolvimento Social e o Alto Comissariado das Nações Unidas par Refugiados (ACNUR), visando gerenciar as principais tomadas de decisões sobre a crise migratória da Venezuela no Brasil. A metodologia parte de uma revisão de literatura de caráter descritivo exploratório sob a abordagem qualitativa e análise de conteúdo.

Nesse sentido, o artigo realizou um mapeamento das principais instituições que trabalham com o auxílio à recepção desses fluxos migratórios venezuelanos em Roraima. Dentre essas instituições foram identificadas três categorias: As instituições Governamentais, no nível Municipal, no nível Estadual e no nível Federal; Os Organismos Multilaterais, com destaque para as que compõem a ONU (ACNUR, OIM, ONU Mulheres, UNFPA); e As Organizações não Governamentais e ações da sociedade civil. Dessa

forma, foi feita uma ampla caracterização das instituições que estão presentes na Operação Acolhida.

A primeira categoria compreende as instituições governamentais (Municipal, Estadual e Federal). Sendo assim, a esfera municipal que atua na Operação acolhida são basicamente as Prefeituras de Boa Vista e Pacaraima, na esfera estadual, destaque para o Governo do Estado, na esfera federal, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas são as principais forças operacionais de gestão na Operação Acolhida, sendo responsáveis por toda estrutura e infraestrutura, bem como a logística.

Além do nível municipal e governamental, cabe ressaltar o trabalho dos Organismos Multilaterais, com destaque para a ACNUR como principal ator na gestão bilateral da crise migratória e humanitária.

Sendo assim, o capítulo ressalta ainda o papel das Organizações Não Governamentais (ONG's) e as ações da sociedade Civil. Quanto as ONG's, deve-se esclarecer que se classificam em dois tipos: ONG's Internacionais e ONG's Nacionais, sendo que as ONG's estrangeiras estão eventualmente ligadas às ações locais vinculadas às igrejas ou instituições filantrópicas, como Anjos de Luz. Com relação às ações da Sociedade Civil basicamente algumas ações também estão ligadas à Igreja (como a Consolata, que fica atrás do Abrigo São Vicente I). Essas instituições além de oferecer toda estrutura e infraestrutura, bem como a logística, ofertam ainda serviços de acolhida, documentação, e de combate a violência contra a mulher, assim como assistência médica.

A AÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NA OPERAÇÃO ACOLHIDA: ABRIGOS

A rede de atendimento aos fluxos de imigrantes venezuelanos em Roraima, foi estabelecida por meio de um Acordo de Cooperação

Técnica tendo como fonte das principais tomadas de decisões, a parceria entre o Ministério de Desenvolvimento Social e o Alto Comissariado das Nações Unidas par Refugiados (ACNUR), sendo os responsáveis pela Administração dos Abrigos, que contam com parceiros que atuam diretamente no gerenciamento e apoio da proteção e acolhimento desses imigrantes.

De acordo com Brasil (2018), o Acordo de Cooperação Técnica firmado pela União, através do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em conjunto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) tem o seguinte objetivo:

> Promover soluções humanitárias com estratégias que possam garantir a identificação, o acolhimento e encaminhamento de refugiados e imigrantes em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório, assim como o acesso aos direitos socioassistenciais dos refugiados e imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade e risco social ou pessoal (BRASIL, 2018, p. 1).

Dessa forma, foi formada uma rede de serviços que conta com uma diversa e extensa estrutura com instituições governamentais, no nível Municipal, no nível Estadual e no nível Federal; os Organismos Multilaterais, formados com a base da Organização das Nações Unidas (ONU); Migração da Organização Internacional de Migrações (OIM/ACNUR); Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres); Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); bem como pelas Organizações não Governamentais e ações da sociedade civil (ACNUR, 2020).

Conforme Senhoras (2019), os imigrantes venezuelanos que entraram no Brasil pela fronteira de Pacaraima, no Estado de Roraima, têm buscado serviços de saúde para cuidados médicos e proteção, principalmente para o público com maiores vulnerabilidades (crianças, mulheres grávidas, idosos, pessoas com deficiência), bem como por causa de mendicâncias urgentes de assistência humanitária, como alimentação, abrigo, entre outros.

Com base num roteiro metodológico de Senhoras e Senhoras (2019), para um mapeamento de uma rede institucional de atendimento a *stakeholders* específicos, é possível visualizar no caso dos venezuelanos, as seguintes instituições que se encontram envolvidas na rede de assistência aos refugiados em Roraima (Figura 1).

Figura 1 – Rede de atendimento aos refugiados em Roraima



Fonte: BRASIL (2020).

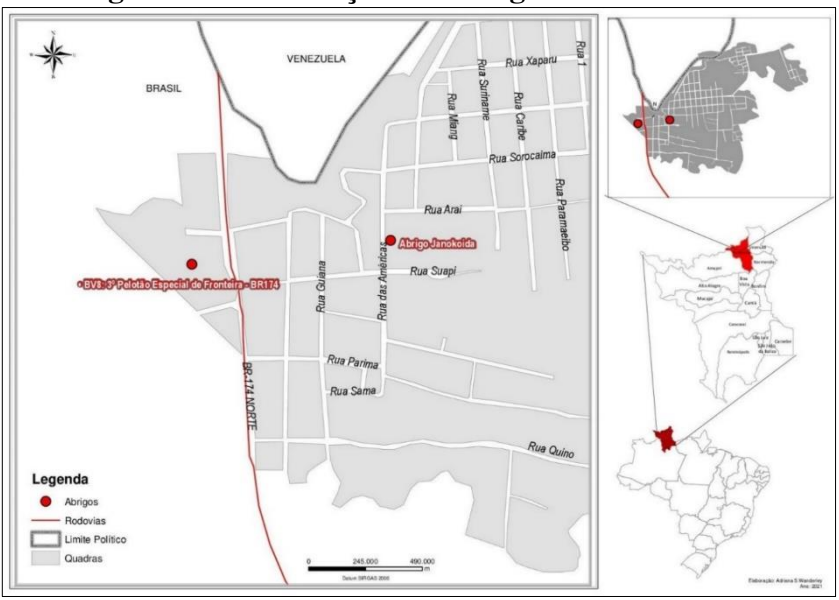
Entretanto, apesar das 600 instituições apresentadas que compõem as instituições governamentais, percebe-se que os atendimentos se resumem as instituições da sociedade civil, universidade públicas e privadas, e aos organismos multilaterais, assim como as não Governamentais, mostrando que as ações acabam sendo rarefeitas quando se relaciona os números de instituições aos atendimentos (SENHORAS, 2019).

Dessa forma, foram criados em Boa Vista e Pacaraima, 13 abrigos públicos para a proteção dos imigrantes venezuelanos. Em Boa Vista tem a maior concentração, sendo 11 abrigos: Jardim Floresta, Rondon I, Tancredo Neves, Pintolândia, São Vicente, Nova Canaã, Hélio Campos, Rondon II, Latife Salomão, Santa Tereza e Rondon III (G1, 2018). Em Pacaraima se localiza duas unidades: O Centro de Passagem Temporário BV8, destinado para casos de urgência e o Janokoida destinado aos Indígenas. Ver nas Figuras 2 e 3, e Quadro 1.

Com base na Figura 2, percebe-se que a rede de atendimento prestada aos migrantes venezuelanos no município de Pacaraima constituídos por dois abrigos, o Centro de Passagem Temporário BV8, destinado para casos de urgência e o Janokoida destinado aos Indígenas, não comportam a demanda do fluxo migratório que na grande maioria não são atendidos ou assistidos pelos serviços, tendo que se deslocar em um fluxo mais intenso para a capital Boa Vista, no qual tentam se regularizar para conseguir um emprego e permanecer no País (SENHORAS, 2019).

Conforme Fernandes e Oliveira (2021), as condições dos abrigos em Pacaraima têm gerado uma série de discussões a respeito da segurança física e sanitária, pois conforme denúncias, os abrigos se encontram superlotados e apresentam condições precárias de higiene e sanitária colocando crianças e mulheres em situação de vulnerabilidade e contribuindo para a proliferação da COVID-19.

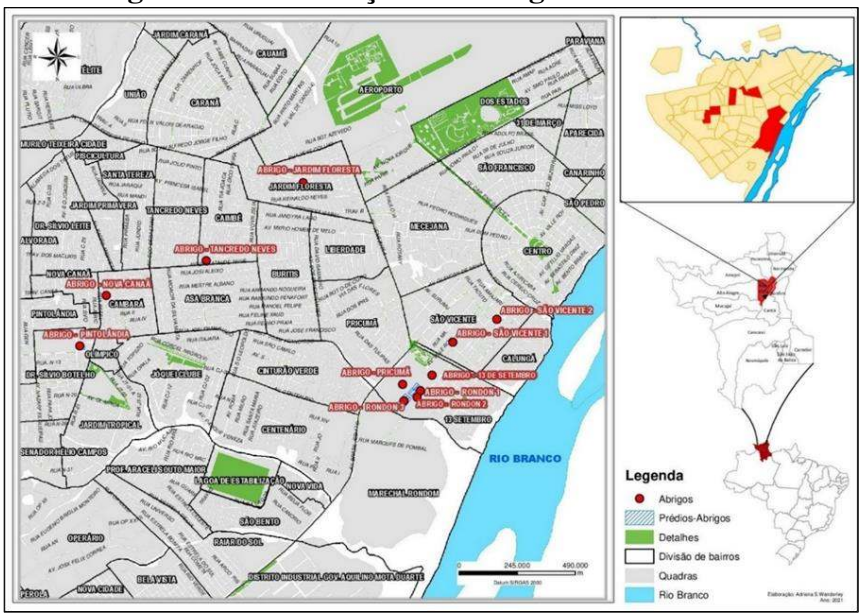
Figura 2 – Localização dos abrigos em Pacaraima



Fonte: WENDLING; SENHORAS; WANDERLEY (2021).

Com relação aos abrigos do município de Boa Vista, apesar de serem 14 como se observa na Figura 3, alguns se encontram superlotados excedendo sua capacidade, no entanto, outros como o Rondon 3, com capacidade para mil refugiados tem apenas 210 migrantes, mostrando que existe falta de comunicação entre as instituições da Operação e até mesmo conflitos internos que podem atrapalhar a gestão dos abrigados e a oferta dos serviços (SENHORAS, 2019).

Figura 3 – Localização dos abrigos em Boa Vista



Fonte: WENDLING; SENHORAS; WANDERLEY (2021).

De acordo com o Quadro 1, nesses 14 abrigos, o Ministério da Defesa com o apoio da Operação Acolhida, criada para prestar assistência humanitária, fornece infraestrutura adequada para cada abrigo, segurança 24 horas fornecidas pelo Exército, sete dias por semana, além de três refeições diárias (Café da Manhã, Almoço e Jantar). Consultas médicas estão sendo feitas nos abrigos por agentes das Forças Armadas. Medidas estas tomadas, através do Comitê Federal de Assistência Emergencial, em virtude da grande calamidade que o fluxo migratório trouxe a Roraima (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019) (Figura 4).

Quadro 1 – Abrigos públicos para a proteção dos imigrantes venezuelanos em Roraima

ABRIGO	LOCAL	ADMINISTRAÇÃO	FUNÇÃO	LOTAÇÃO
Tancredo Neves	• Estabelecido no ginásio de esportes, com iniciativa do Governo de Roraima que deslocou imigrantes que dormiam na rodoviária de Boa Vista.	• Atualmente administrado pela FFHI – Fraternidade - Federação Humanitária Internacional.	• Designado a acolhida de homens e mulheres solteiras em tendas individuais ou coletivas.	61%
Jardim Floresta	• Estabelecido pelo ACNUR, através da locação de imóvel. A infraestrutura foi estabelecida pelo Governo Federal por Meio do Ministério da Defesa.	• Atualmente administrado pela: FFHI – Fraternidade - Federação Humanitária Internacional.	• Designado a famílias, com crianças e deficientes.	101%
São Vicente 1	• Estabelecido pelo Governo Federal por meio do Ministério da Defesa.	• Atualmente administrado pela AVSI – Associazione Volontari Servizio Internazionale	• Designado a famílias e mulheres sozinhas com crianças.	78%
São Vicente 2	• Estabelecido pelo Governo Federal por meio do Ministério da Defesa.	• Atualmente administrado pela AVSI – Associazione Volontari Servizio Internazionale	• Designado a famílias e mulheres sozinhas com crianças.	65%
Nova Canaã	• Estabelecido pelo Governo Federal por meio de Ministério da Defesa.	• Atualmente administrado pela: FFHI – Fraternidade - Federação Humanitária Internacional.	• Designado a famílias e mulheres com crianças.	82%
Santa Teresa	• Estabelecido pelo Governo Federal por meio do Ministério da Defesa, em imóvel locado pela Prefeitura Municipal de Boa Vista.	• Atualmente administrado pelas Forças Armadas	• Destinado para o acolhimento temporário de pessoas que foram retiradas das praças Simon Bolívar, em Boa Vista.	61%
Latife Salomão	• Estabelecido em um galpão ofertado pelo Governo do Estado de Roraima e reestruturado pelo Ministério da Defesa	• Atualmente Administrado pelas Forças Armadas.	• Destinado para receber temporariamente venezuelanos retirados da Praça Simon Bolívar.	61%
Rondon 1	• Estabelecido pelo Governo Federal através do Ministério da Defesa.	• Atualmente administrado pela AVSI – Associazione Volontari Servizio Internazionale.	• Destinado a famílias.	106%

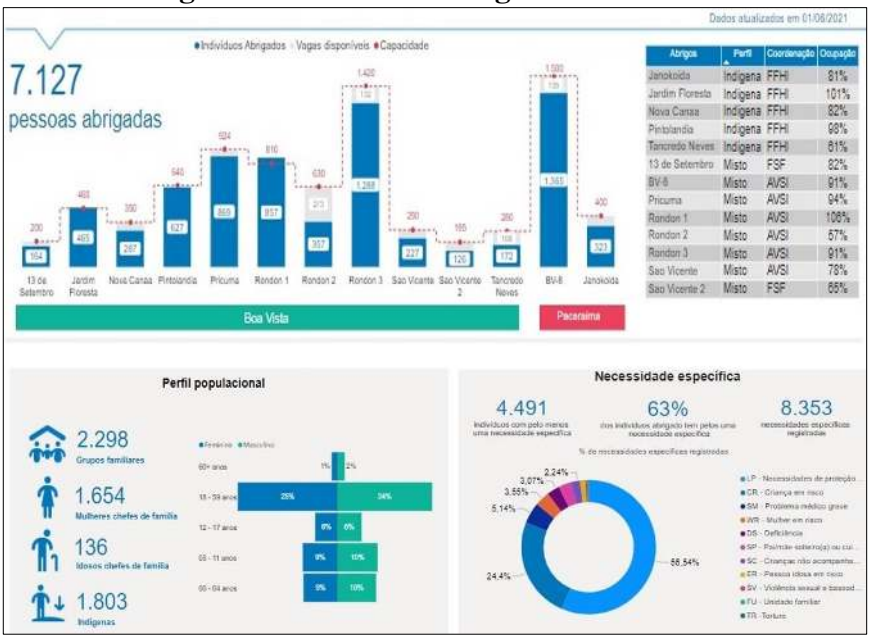
Quadro 1 – Abrigos públicos para a proteção dos imigrantes venezuelanos em Roraima (continuação)

Rondon 2	• Estabelecido pelo Governo Federal por meio do Ministério da Defesa.	• Atualmente administrado pela AVSI – Associazione Volontari Servizio Internazionale.	• Destinado a famílias.	57%
Rondon 3	• Estabelecido pelo Governo Federal por meio do Ministério da Defesa.	• Atualmente administrado pela AVSI – Associazione Volontari Servizio Internazionale.	• Destinado a famílias.	91%
Pricumã	• Estabelecido pelo Governo Federal por meio do Ministério da Defesa.	• Atualmente administrado pela AVSI – Associazione Volontari Servizio Internazionale.	• Destinado a famílias com apoio de alimentação, segurança 24 horas e atendimento médico.	94%
Pintolândia	• Estabelecido e estruturado em um ginásio de esportes. Apoiado pelo ACNUR, Prefeitura de Boa Vista e a Assistência Humanitária SUD.	• Atualmente administrado pela FFHI – Fraternidade - Federação Humanitária Internacional.	• Destinado aos Indígenas.	98%
Abrigo Temporário BV-8	• Centro Transitório com estadia localizados em BV-8/Pacaraima.	• Atualmente administrado pelas Forças Armadas.	• Destinado a famílias em situações emergenciais.	91%
Janokoida	• Estabelecido em um galpão doado pelo Governo do Estado de Roraima. Comporta indígenas da Etnia Warao. O governo Federal por meio do Ministério da Defesa realiza obras de melhoria da infraestrutura. • O governo federal fez a reestruturação após sua expansão externa efetuada pelo Ministério da Defesa.	• Administrado pela ONG FFHI – Fraternidade - Federação Humanitária Internacional.	• Destinado aos Indígenas.	81%

Fonte: Elaboração Própria. Baseada em: ACNUR (2020).

Conforme Senhoras (2019), numa visão geral, a Operação Acolhida por meio da instalação dos abrigos tanto em Pacaraima, quanto em Boa Vista apresenta um parâmetro de atendimento muito simplório, pois não atende toda comunidade migrante e existem muitas falhas na gestão e nos serviços ofertados. Há centenas de instituições governamentais que cria uma face de atendimento, no qual a grande maioria dos serviços é executada pelas ações da sociedade civil, de forma, que os abrigos como um todo não conseguem cumprir com seu objetivo.

Figura 4 – Perfil dos abrigos em Roraima



Fonte: ACNUR (2021).

A AÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NA OPERAÇÃO ACOLHIDA: ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL E NÃO GOVERNAMENTAL

Dentre as Organizações não governamentais que prestam assistência aos refugiados, podem-se mencionar: Conselho Norueguês para Refugiados (NRC); Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI); Fraternidade – Federação Humanitária Internacional (FFHI); Fraternidade sem Fronteira (FSF) (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019).

Quanto as instituições governamentais, no nível Municipal, no nível Estadual e no nível Federal, pode-se citar a Prefeitura Municipal de Boa Vista, o Governo do Estado de Roraima, a Prefeitura Municipal de Pacaraima, por intermédio do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social (Suas), IV Conferência Nacional de Assistência Social, Polícia Federal, Receita Federal (CPF), Ministério do Trabalho (Carteira de Trabalho - CTPS), Forças Armadas, Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Força Aérea Brasileira, Sistema Único de Saúde, e Secretaria Municipal de Saúde (vacinação e atendimento médico) (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019).

Nesse contexto, é importante mencionar também a rede de serviços prestado diretamente as mulheres em Roraima, como mostra Senhoras e Senhoras (2019):

> A Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM), a Sala Lilás do Instituto Médico Legal, a Patrulha Maria da Penha da Guarda Municipal de Boa Vista, o Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth, o Centro de Referência da Saúde da Mulher

> e a Carreta da Mulher, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Abrigo Feminino, Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres (SETRABES), Conselhos Municipal e Estadual dos Direitos da Mulher, Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher, Juizados de Violência e Familiar contra a Mulher, Ministério Público de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o Núcleo Reflexivo Reconstruir, a Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa de Roraima, Humanitário de Apoio à Mulher (CHAME) da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa de Roraima, e Casa da Mulher Brasileira (SENHORAS; SENHORAS, 2019, p. 19).

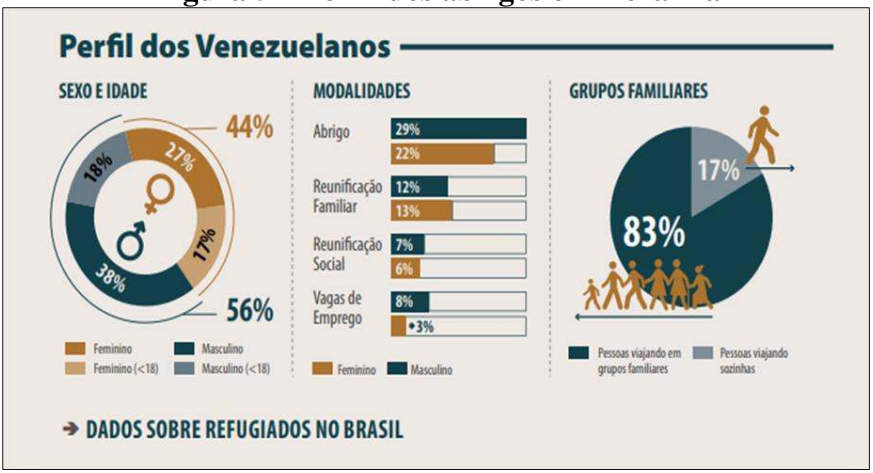
Com relação aos Organismos Multilaterais, pode-se mencionar o UNFPA (proteção e questões de gênero), OIM (interiorização), ACNUR (registro e abrigamento), UNICEF (espaço para crianças), Cruz Vermelha (ligações internacionais) (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019).

Conforme o relatório da ACNUR (2020), a rede de atendimento aos fluxos de imigrantes venezuelanos em Roraima, estabelecida através do Acordo de Cooperação Técnica, por meio dos serviços ofertados, concebe o seguinte perfil dos refugiados venezuelanos no Brasil (Figura 5).

É importante mencionar que em decorrência do aumento do fluxo de imigrantes venezuelanos em Roraima, os serviços públicos, especialmente a saúde pública e assistência social têm sofrido colapsos, em virtude de ter ultrapassado a amplitude estabelecida. O Acordo de Cooperação Técnica como medida paliativa, promoveu o processo de interiorização transferindo centenas de imigrantes para

outros Estados, com o intuito de aliviar o funcionalismo público de saúde, sendo o mais afetado.

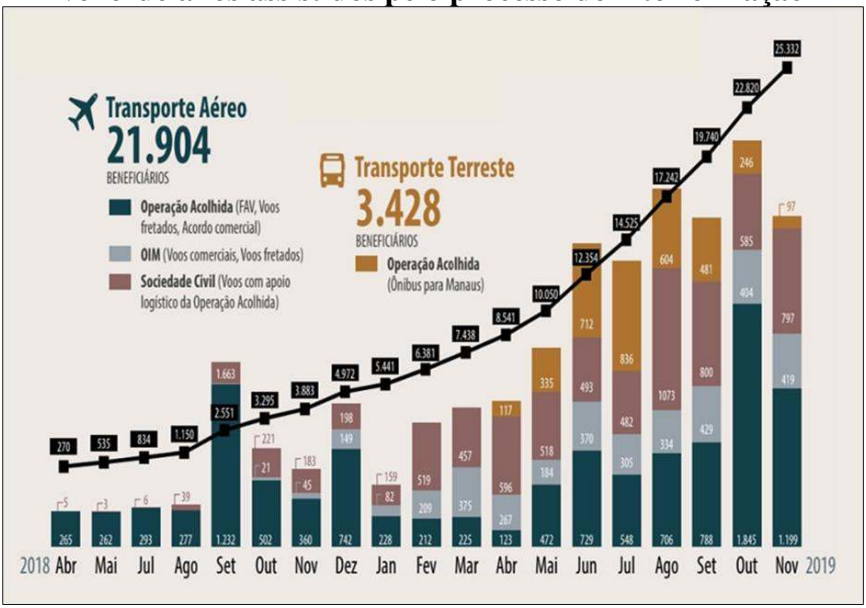
Figura 5 – Perfil dos abrigos em Roraima



Fonte: BRASIL (2020).

Com relação ao quantitativo de imigrantes venezuelanos assistidos pela rede de atendimento, estabelecida através do Acordo de Cooperação Técnica, composta pelo Ministério de Desenvolvimento Social e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), observa-se que o processo de interiorização do contingente venezuelano em diferentes estados brasileiros aconteceu por meio dos modais terrestre e aéreo (Figura 6).

Figura 6 – Quantitativo de imigrantes venezuelanos assistidos pelo processo de interiorização



Fonte: BRASIL (2020).

De acordo com os dados do Posto de Triagem e Documentação temporário em Boa Vista e Pacaraima, após a verificação da documentação e condições de saúde, o Acordo de Cooperação Técnica, por meio da Operação Acolhida, traçou o presente perfil do quantitativo de imigrantes que solicitaram reconhecimento como refugiados no Brasil e em Roraima (Figura 7).

Figura 7 – Quantitativo de imigrantes que solicitaram reconhecimento como refugiados no Brasil e em Roraima



Fonte: BRASIL (2020).

Por sua vez, no que se refere aos atendimentos prestados pela rede de atendimento pelos Postos de Triagem, é possível enumerar os seguintes, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Atendimentos prestados nos Postos de Triagem em Roraima

SERVIÇO	Nº DE ATENDIMENTOS
Vacinação	473
Atendimentos médicos	605
Registros Acnur	556
Alocações em abrigos	210
Atendimentos pela UNICEF	275
Atendimentos pela UNFPA	42
Levantamento para interiorização	427
Emissão de CPF	374
Ligações (Cruz Vermelha)	103
Total	**3.065**

Fonte: Elaboração Própria. Baseada em Chaves (2019).

Conforme observado, a rede de atendimento aos imigrantes venezuelanos, é gerenciada pela ACNUR que fornece apoio ao Ministério de Desenvolvimento Social na gestão temporária dos abrigos, com parceiros da sociedade civil e com o Ministério da Defesa, e o ACNUR fornece apoio ao Ministério da Cidadania (MdCid) e por meio de empresas privadas e participantes externos, como a Fraternidade Humanitária Internacional (FFHI), a Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI), a Fraternidade Sem Fronteiras, organizações da sociedade civil parceiras do ACNUR, a Força Tarefa Logística Humanitária das Forças Armadas, a Agência Humanitária da Igreja Adventista do Sétimo Dia (ADRA) e o Instituto Pirilampos, bem como diversas agências da ONU, como Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), entre outras que se solidarizam com a causa dentro do escopo da Operação Acolhida (ACNUR, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se responder o objetivo, de mostrar que essa rede de atendimento foi estabelecida através de um Acordo de Cooperação Técnica bilateral entre o Ministério de Desenvolvimento Social e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), visando gerenciar as principais tomadas de decisões sobre a crise migratória da Venezuela no Brasil. A pesquisa aponta a rede de atendimentos dos fluxos venezuelanos em Roraima, que foi firmado sobre o Acordo de Cooperação Técnica instalado pela parceria entre o Ministério de Desenvolvimento Social e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), destacando as principais

instituições envolvidas na gestão e manutenção dos 13 abrigos públicos para a proteção dos imigrantes venezuelanos.

Dessa forma, foi realizado um mapeamento das principais instituições que trabalham com o auxílio à recepção desses fluxos migratórios. Dentre essas instituições foram identificadas três categorias: As instituições Governamentais, no nível Municipal, no nível Estadual e no nível Federal; Os Organismos Multilaterais, com destaque para as que compõem a ONU (ACNUR, OIM, ONU Mulheres, UNFPA); e As Organizações não Governamentais e ações da sociedade civil, sendo assim, foi feita uma ampla caracterização das instituições que estão presentes na Operação Acolhida.

Ressalta-se que o controle vigente realizado pelo ACNUR, necessita a identificação e o cadastro biométrico dos abrigados, emissão de carnês, segurança, distribuição de alimentos nas refeições, distribuição de kits de limpeza e higiene, além de outros itens de primeira necessidade, impulsionando e apoiando a organização comunitária, divulgando informes, coordenando as barracas disponíveis para acomodação das famílias e pessoas, seja nos dormitórios ou em barracas, sempre visando à coordenação geral dos abrigos.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. ““Refugiados” e “Migrantes”: Perguntas Frequentes”. Brasil: ONU, 2021. **Portal Eletrônico da ACNUR** [2021]. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 05/08/2021.

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. “Conheça os abrigos que acolhem refugiados e migrantes em Roraima”. Brasil: ONU,

2020. **Portal Eletrônico da ACNUR** [2020]. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 05/08/2021.

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. "Coronavírus e refugiados: o que o ACNUR está fazendo no Brasil e no mundo". Brasil: ONU, 2020. **Portal Eletrônico da ACNUR** [2020]. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 05/08/2021.

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. "Histórico Brasil 2001". Brasil: ONU, 2001. **Portal Eletrônico da ACNUR** [2001]. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 05/08/2021.

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. "Número de refugiados e migrantes da Venezuela ultrapassa 4 milhões, segundo o ACNUR e a OIM". Brasil: ONU, 2019. **Portal Eletrônico da ACNUR** [2019]. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 05/08/2021.

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. "Participação comunitária fortalece prevenção à COVID-19 nos abrigos para venezuelanos em Roraima". Brasil: ONU, 2020. **Portal Eletrônico da ACNUR** [2020]. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 05/08/2021.

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. **A situação dos refugiados no mundo**: cinquenta anos de ação humanitária. Almada: A Triunfadora Artes Gráficas, 2000.

BRASIL. "Acordo de Cooperação Técnica nº 35/2018, Processo nº 71000.031696/2018-00". **Portal Eletrônico JUSBrasil** [2018]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 05/08/2021.

BRASIL. Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). **Percursos, percalços e perspectivas**: a jornada do projeto Atuação em Rede: capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil. Brasília: ESMPU, ACNUR, 2020.

CHAVES, A. "Posto de triagem para imigrantes em Boa Vista faz mais de 3 mil atendimentos em uma semana". **Portal Eletrônico G1 Roraima** [2018]. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 05/08/2021.

G1/RR. "13º abrigo para refugiados venezuelanos é aberto em Roraima". **Portal Eletrônico G1Roraima** [2018]. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 05/08/2021.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Defesa do Brasil** – Operação Acolhida. Brasília: Ministério da Defesa, 2019. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br>. Acesso em: 05/08/2021.

SENHORAS, C. A. B. M.; SENHORAS, E. M. **Trinta anos de Delegacia da Mulher em Boa Vista (1986-2016)**. Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 43. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

SENHORAS, E. M. "Venezuela em rota de colisão: da estabilidade à crise". **Portal Eletrônico Jornal Roraima em Foco** [1° abr. 2019]. Disponível em: <https://roraimaemfoco.com>. Acesso em: 05/08/2021.

WENDLING, K. C. S.; SENHORAS, E. M.; WANDERLEY, A. S. **Arquivo de mapas dos abrigos de migrantes nos municípios de Boa vista e Pacaraima** (mídia eletrônica). Boa Vista: UFRR. 2021.

CAPÍTULO 3

Cobertura Jornalística dos Fluxos Migratórios Venezuelanos em Roraima

COBERTURA JORNALÍSTICA DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS VENEZUELANOS EM RORAIMA

Paulo Henrique Rodrigues da Costa

Elói Martins Senhoras

A influência da mídia nos fluxos migratórios internacionais nunca se fez tão presente quanto nos tempos atuais. Essa característica dar-se pelo atual contexto da história da humanidade, que transforma todo e qualquer dado em informação vinculável, não atoa tal período recebe um nome característico a chamada era da informação. Não diferente, os fluxos migratórios não escaparam dos holofotes da mídia, que influência direta e indiretamente no processo de integração dos migrantes ao novo local.

Este capítulo, portanto, versa sobre o processo de construção e veiculação da imagem dos migrantes na *mass media*, sobretudo, faz um estudo de caso sob o contexto da construção da imagem dos migrantes venezuelanos na mídia jornalística roraimense.

A justificativa dessa pesquisa tem em vista que a forma como os meios midiáticos em massa ao veicular e construir a imagem dos fluxos migratórios dificultam no processo de acolhimento, adaptação e recepção dos migrantes ao Estado acolhedor. Este estudo, portanto, busca contribuir com a conscientização da popular nacional e internacional sobre os processos e finalidades que a mídia jornalística usa para apresentar o migrante internacional ao Estado receptor e seus efeitos para ambas as sociedades, a receptora e a em fluxo.

Assim, tem-se como objetivos mapear a forma como os estudos sobre a temática mídia e migração são realizados nos

contextos nacional e internacional, de forma sistematizar a maneira como a imprensa veicula e constrói a imagem dos migrantes, visa também em particular, analisar as características da mídia jornalística brasileira, de forma a sumarizar as formas e técnicas que a mídia em massa usa ao cobrir os contextos de fluxos migratórios, uma análise que vai do macro ao micro, e se recai sobre o contexto mais recente no Brasil de fluxo migratório caso de venezuelanos em Roraima.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos da presente pesquisa são caracterizados em sua natureza como um estudo exploratório, descritivo e explicativo quanto aos fins e quali-qualitativo quanto aos meios, sendo utilizado o método histórico-teórico-dedutivo na estruturação das discussões e análises.

Os procedimentos metodológicos de levantamento de dados foram os de revisão bibliográfica e documental bem como o levantamento de textos jornalísticos que resultaram na construção de uma hemeroteca, principal fonte na análise do caso de venezuelanos. Por sua vez os procedimentos de análises de dados foram de hermenêutica internacionalista e jornalística, com base em recortes teóricos.

Na primeira parte desse capítulo foi realizado um levantamento referencial por meio de uma revisão sistemática com enfoque bibliométrico com base nos estudos que refletem o estado da arte na plataforma científica *Google Scholar*, e realizado uma sinterização de como a *mass media* veicula e constrói a imagem dos migrantes em contexto de fluxos.

Na segunda parte discorreu-se sobre o contexto da migração venezuelana, especificamente para o estado de Roraima contextualizando os motivos do fluxo e suas características sociodemográficas, para além, de uma análise aprofundada sobre a atuação midiática nesse contexto.

A MÍDIA E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS

De forma a compreender a dinâmica de atuação da mídia, nacional e internacional, em contextos de fluxos migratórios e de como os jornais influenciam na construção da percepção da população local quanto aos fluxos e analisar, quando existente, o processo de estigmatização dos mesmos por esse meio midiático. Este tópico, portanto, analisa e discorre sobre pesquisas acerca da mesma temática.

Para tanto, foi realizado um levantamento referencial por meio de uma revisão sistemática com enfoque bibliométrico na plataforma científica *Google Scholar*, de forma a levantar os materiais necessários para a pesquisa. O recorte do objeto consistiu na busca pelas seguintes palavras-chave: (1) jornalismo e migração; (2) jornalismo e imigração; e (3) jornalismo na construção da imagem do imigrante, sem um recorte de periodização dos textos, a coleta dos dados foi realizada durante o ano de 2020.

A primeira forma de filtragem dos textos consistiu em uma análise quantitativa onde no primeiro resultado de pesquisa foram encontrados 26.100 materiais, dentre artigos, livros, teses e dissertações, a segunda pesquisa resultou em 15.100 e a terceira em 18.500 resultados. Devido a vasta quantidade de materiais encontrados foram analisados somente as três primeiras páginas de resultados de cada busca, sendo que em cada página continham dez referências cada, dando um total de 30 referências analisadas por pesquisa e um total final de 90 análises realizadas.

A segunda forma de filtragem consistiu na análise qualitativa, pela leitura dos títulos, dos resumos das obras e a pela leitura das obras em si, de forma a selecionar as dez obras mais relevantes a serem utilizadas como referencial principal desse subitem, não descartando o uso de materiais complementares fora do

escopo dessa metodologia julgados como relevantes, mas pouco referenciados. Os resultados desse levantamento encontram-se no quadro 1.

Embora a temática seja recente no Brasil, é grande o número de estudos sobre mídia no contexto de fluxos migratórios transfronteiriços, tendo em vista a quantidade de resultados encontrados nas buscas realizadas anteriormente. Ao analisar esses materiais constatou-se que tais estudos abarcam a construção da imagem dos migrantes internacionais pelos meios midiáticos sob três recortes: (1) um recorte geral, que analisa a construção imagética, discursiva dos migrantes pelos grandes *players* da mídia nacional, analisando fluxos migratórios de várias nacionalidades ao mesmo tempo; (2) um recorte mais específico, focado geralmente em apenas uma nacionalidade e na cobertura midiática local da região de onde o fluxo se inicia; e (3) na mescla das duas anteriores, consistindo tanto na utilização de veículos locais quanto nacionais na cobertura de um ou mais fluxos migratórios.

A presente obra pertence, portanto, ao segundo grupo e foca especificamente na construção imagética, discursiva dos migrantes venezuelanos pelo jornal local da Folha de Boa Vista em sua versão online, pertencente ao maior grupo midiático do estado de Roraima, o Grupo Folha (ao qual pertence a Rádio Folha, Papelaria Folha, Gráfica Folha e o Jornal Folha de Boa Vista).

Um dos principais autores que relaciona as duas temáticas desse capítulo, mídias (na forma de comunicação eletrônica) e migrações transnacionais é o renomado antropólogo Arjun Appadurai que em sua teoria de ruptura geral no teor das relações intersocietais aponta os meios de comunicação social e a migração como os seus dois diacríticos principais interligados de forma a "explorar o seu efeito conjunto sobre a obra da imaginação como característica constitutiva da subjetividade moderna" (APPADURAI, 2004, p. 13-14).

Quadro 1 – Estado da Arte de pesquisas sobre jornalismo e migração

N	Título	Autor(a)	Tipo	Instituição	Ano
1	Imagens discursivas de imigrantes e suas implicações no discurso de receptividade do brasileiro na imprensa nacional: uma perspectiva dialógica	DUGNANI, B. L. F	Tese	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2017
2	A construção discursiva dos imigrantes na imprensa	SILVERINHA, M. J.; CRISTO, A. T. P.	Artigo	Revista Crítica de Ciências Sociais	2004
3	O imigrante em tempos de crise pelas notícias do *El País*	RENÓ, D. P.; MOLTEFELTRO, M.; PAULA, S. L	Artigo	*Revista Razón y Palabra*	2010
4	Bolivianos no Brasil e o discurso da mídia jornalística	MANETTA, A.	Artigo	Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; UNFPA	2012
5	MÍDIAMIGR: Observatório de Comunicação e Migração Contemporânea no Brasil	ZANFORLIN, S. C. *et al.*	Artigo	Revista *Razón y Palabra*	2014
6	Aspectos da representação dos imigrantes haitianos no jornal Gazeta do Povo, de Curitiba/PR	LIMA, M. R. D. V.; ÁVILA, O. C.; SILVA, A. R.	Artigo	Revista Intexto	2016
7	Mídia, Imigração e Minorias Étnicas	CARNEIRO, R (Coord.)	Livro	Alto Comissariado para a imigração e minorias étnicas (ACIME)	2004
8	A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa. Uma análise comparativa de dois jornais diários	CARVALHO, M. D.	Dissertação	*University Institute of Lisbon*	2007
9	A imigração e a mídia. Entre a utopia da invisibilidade social e os Direitos Humanos Universais	SILVA, J. C. J.; GÓIS, P.	Artigo	Revista de Estudos Internacionais (REI)	2017
10	A construção da imagem do brasileiro em Portugal e as estratégias de afirmação identitária	MONTEIRO, R. L. T.	Dissertação	Universidade de Lisboa	2010

Fonte: Elaboração própria (COSTA; SENHORAS, 2020). Base de dados: Google Scholar (2020).

Para Appadurai (2004), a comunicação eletrônica se configura como um campo mais vasto da comunicação, atinge um número maior de pessoas em um tempo curto, os meios eletrônicos estejam eles propagando notícias sobre política, diversão, vida familiar tendem a subverter e transformar condutas pré-existentes provocando, não obstante, a transformação do discurso cotidiano.

Menos pessimista que os demais autores citados nessa obra, Appadurai ao mesmo tempo em que acredita que as formas de comunicações eletrônicas em massa constroem a imagem do "outro" (das minorias e dos migrantes), acredita também que a facilidade de uso dessas mídias ajuda, paralelamente, na auto afirmação imagética do "Eu" (das próprias minorias estereotipadas pela grande mídia), na mesma linha em que Chonsky vislumbra o engatinhar das auto afirmações pelo surgimento de mídias independentes.

Em sua pesquisa em formato de tese, mais tarde livro, Gustavo Campos (2015), explora a construção da imagem dos migrantes internacionais que entraram no Brasil durante os anos de 1808 a 2015, em uma análise de mais de 11 mil edições de periódicos jornalísticos impressos, o autor revela uma dicotomia entre a falácia da hospitalidade brasileira e o real tratar dos imigrantes nas folhas de jornais impressos no Brasil em mais de dois séculos de análise.

Sua pesquisa mostra, para além do mito da "hospitalidade brasileira" vendida pela imprensa e por políticos, a existência, construída ao longo de décadas da história nacional, de uma espécie de escalonamento étnico dos imigrantes, dados critérios de cor, raça, formação e país de origem, tanto nas políticas migratórias de embranquecimento dos séculos XIX e XX, quanto pelas narrativas jornalísticas que constroem e frisam estereótipos das nacionalidades distintas que aqui entram. Tais fatores, segundo o auto, intensificam a intolerância, o racismo e a xenofobia, ainda fortemente presente no país.

Corroborando com a pesquisa de Campos (2015), Dugnani (2017) também atesta a existência de um conflito paradigmático da "hospitalidade brasileira" em contraponto as políticas de migração e embranquecimento e o construir da imagem dos imigrantes pela grande mídia brasileira.

Dugnani também apresenta em sua tese a existência de um duplo posicionamento político discursivo em relação a receptividade legal dos fluxos migratórios pelo Estado Brasileiro ao longo das décadas analisada (1808 a 2017), a começar em 1870 com a desconsideração dos alemães como um "colono ideal" por parte dos políticos nacionalistas do Estado, sob a alegação de não assimilarização desses à nacionalidade Brasileira.

Esses posicionamentos políticos antagônicos ainda hoje permeiam a imprensa nacional, como visíveis nos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* e ao longo da tese de Dugnani. Para a autora, as tenções dialógicas entre os discursos políticos, legais e jornalísticos sustentam a tese do mito da hospitalidade brasileira, e completa:

> [...] as formas como as falas dos e sobre os imigrantes são citadas pela mídia impressa brasileira e a relação das afirmações contidas nessas formas de citação com os discursos que participaram e participam da historicização do Brasil revelam que o discurso da receptividade do povo brasileiro engendra e é engendrado pela tensão dialógica entre os variados valores atribuídos aos imigrantes (DUGNANI, 2017, p. 18).

Alguns dos resultados das diferentes formas de citar o discurso sobre os migrantes internacionais contemporâneos empregadas pela mídia nacional implicaram (e ainda hoje implicam)

na construção da imagem dos imigrantes enquanto adaptado, não adaptado, (in)desejável, sobrecarga ao Estado, contraventor e mercadoria (DUGNANI, 2017).

Essas concepções ressaltam as argumentações de Eduard Sayd quanto a percepção do imigrante para o Estado ao qual imigra (Estado receptor). Segundo o autor, a dupla condição de permanência dos imigrantes (provisória de direito e definitiva de fato) se constrói partir de um balanço dos custos e vantagens comparados (em termos econômicos, sociais, políticos e culturais) que esses imigrantes darão ao Estado a que se destinam, geralmente medido pelo nível educacional (SAYAD, 1998).

Segundo Sayad, a permanência ou não dos imigrantes no país ao qual se destinam está condicionada a um balanço entre os custos e as vantagens (econômicos, sociais, políticos e culturais) de recepção desses imigrantes, logo, quando não vantajosos, ou ao mudarem as condições dessa avaliação, são taxados e estigmatizados, na mídia e por políticos, como geradores e potencializadores de problemas sociais. O imigrante, portanto, só existe como trabalhador e é impensável conceber um imigrante sem trabalho.

Um dos fatores em se considerar como vantajosa a presença dos imigrantes, e a facilidade de assimilação que esses terão da nova cultura a que estrarão submetidos, o novo lugar exige deles o rompimento dos laços sociais, econômicos, culturais, políticos e habituais do seu país de origem, a dar lugar aos valores sociais da nova comunidade (SAYAD, 1998), como explicitado na história do Brasil dos séculos XIX e XX e agora no século XXI pela mídia.

Nesse processo o imigrante perde sua própria representatividade ao tentar se desfazer de suas características socioculturais para ser aceito nesse novo mundo, abdicando de seu espaço de fala. Esse espaço, até então de auto representatividade,

passa a ser ocupado pela mídia que constrói ao seu bel prazer tônicas anti-imigratórias e valorativas do imigrante ideal (imigrante trabalhador altamente qualificado que ocupa cargos pouco atrativos ou empresários, imigrantes que, por meio do trabalho, ajudaram no desenvolvimento do país).

A imagem do imigrante, portanto, é construída pela imprensa investido de um papel passivo, totalmente dependente da ação das instituições sobretudo nacionais. Essa forma que a imprensa projeta as relações entre os imigrantes (o Outro, de fora do grupo) e a comunidade de acolhimento (o Nós, e suas instituições), "permite mostrar que a forma como nos entendemos colectivamente, como identificamos a pertença aos grupos e comunidades, é parcialmente construída pelos *media*" (SILVERINHA; CRISTO, 2004, p. 133-135).

Embora a mídia controle a tônica discursiva dos imigrantes, ainda assim, é na mídia um dos poucos lugares privilegiados que eles têm voz, tendo em vista que sua percepção pública depende de um conjunto de fatores que vão das práticas do Estado e da intervenção institucional de organizações que lidam com a migração. Na *mass media* o imigrante quase não tem voz perdendo assim sua identidade pública que foge do seu controle, mas em mídias alternativas como nas redes sociais, sua identidade e histórias se fortalecem sob suas próprias falas.

O discurso jornalístico, entretanto, não é homogêneo, no seu processo de construção perpassam diversos fatores os quais vão desde a linha editorial, o espaço disponível para a criação dos textos, as prioridades de agenda do jornal, a disponibilidade de jornalistas, a formação profissional dos redatores para além de fatores como a própria ideologia que a instituição partilha, as influências externas como a econômica (interesse dos consumidores) e a política.

Os discursos jornalísticos representam um idioma público, que assim como a sociedade não é homogêneo devido, sobretudo, ao fato de que cada jornal cria sua própria versão dos acontecimentos em função da audiência a quem se dirige, essas concepções por sua vez implicam nos processos de codificação e decodificação, não eximindo a interpretação dos leitores como fator construtivo da perpetuação, ou não, da imagem criada dos imigrantes pela imprensa (SILVERINHA; CRISTO, 2004).

Um estudo do Observatório de Migração e Comunicação Intercultural (MidiaMigra) completa, que a atividade jornalística e os meios de comunicação de massa atuam no nível da construção e reformulação do senso comum e também da circularidade de estereótipos e reafirmação de estigmas, alguns dos resultados da pesquisa apontam a vinculação da imagem dos imigrantes a temáticas específicas como: criminalização (29,9%); trabalho (21,82%) e migrante ideal (12,72%) (ZANFORLIN; SILVA, 2017, p. 185).

Como apontaram os autores muitos sites priorizam uma visão negativa, associando o migrante a temas de criminalização outros poucos, no entanto, preferiram relacionar o estrangeiro a questões de superação e receptividade. O que corrobora com as percepções anteriores do imigrante como trabalhador, imigrante ideal (banco europeu) e do mito da hospitalidade brasileira, estabelecendo assim as características base da mídia brasileira na construção/percepção da imagem dos migrantes internacionais que se estabelecem no Brasil ou que por aqui passam, para além de acentuarem um fator ainda fortemente presente no país, o racismo.

Corroboram ainda com essas afirmações, estudos particulares sobre luxos migratórios de nacionalidades específicas mostram os resultados da cobertura da mídia brasileira aos imigrantes e a sociedade de recepção. Em um estudo sobre a cobertura do fluxo de africanos no contexto do vírus *ebola,* Frazão e

Assis (2017) apontam que a forma como a mídia brasileira retrata os imigrantes contribui para a disseminação de um pânico moral[1] na sociedade brasileira. Exemplos desse pânico moral foram percebidos também no contexto do fluxo migratório de venezuelanos ao estado de Roraima (FOLHA DE BOA VISTA, 2018A; SALES, 2018B).

Esse estado de pânico moral desencadeado pela imprensa através da estereotipação dos migrantes gera, dentre outros fatores: discursos de ódio, xenofobia, racismo e preconceito, que dificultam, por sua vez, o processo de integração/adaptação do estrangeiro ao novo país, para além, de marcá-lo psicologicamente como, de certa forma, indivíduos socialmente inferiores, excluídos dos direitos dos quais gozam a sociedade local.

Esse escalonamento de nacionalidades aparece também na pesquisa de Renó, Moltefeltro e Paula (2010) em uma análise da cobertura do jornal *El País,* nessa pesquisa os autores mostram que a imagem da população latino-americana é construída sutilmente de forma negativa pelo jornal, abordando apenas temas que mostram os problemas dos países do continente, o que de certa forma aumenta no público do jornal a crença de inferioridade e dependência desses povos em relação aos Estados desenvolvidos.

Essa análise revela assim outro estigma dos fluxos migratórios, para além do preconceito, racismo e da xenofobia por cor, etnia, credo, gênero e condições financeiras individuais é importante ainda, para serem aceitos em outro país, os migrantes provirem de regiões desenvolvidas economicamente. A antiga classificação dos países em primeiro, segundo e terceiro mundo,

[1] "O pânico moral é definido por uma reação provocada por um grupo em particular, o qual pode desencadear uma representação e percepção equivocada sobre algum comportamento cultural ou grupo de indivíduos, em especial as minorias. Desse modo, os estereótipos construídos nos meios de comunicação também podem facilitar a promoção de um pânico moral à sociedade sobre um tema específico" (THOMPSON, 2014 *apud* FRAZÃO; ASSIS, 2017, p. 119).

nesse contexto, ainda ganha forma não mais apenas classificando as nações, mas agora taxando as pessoas que delas migram.

Outros estudos que acentuam as características estigmatizadoras e estereotipantes da mídia na cobertura de fluxo migratórios internacionais são os estudos de Manetta (2012) Zanforlin *et al.,* (2014) e Lima *et al.,* (2016) sobre os fluxos migratório de bolivarianos e haitianos para o Brasil. Manetta (2012, p.268) aponta que o "discurso veiculado pela mídia jornalística tende a reforçar, quando não gera, estereótipos relacionados aos bolivianos", devido à forte associação desses a práticas sociais indesejáveis ou moralmente inaceitáveis na construção de textos jornalísticos tendenciosos, voltados a temáticas de crime, contravenção, miséria, escravidão contemporânea, informalidade, contrabando, etc.

A mesma vinculação pessimista em relação a presença de imigrantes é feita também na cobertura do fluxo migratório de haitianos pela imprensa nacional onde seus discursos "assumem um tom alarmista em que a xenofobia se traveste por proteção a cidadãos de estados nacionais e integra plataformas eleitorais" (ZANFORLIN *et al.,* 2014, p. 14).

Segundo Lima *et al.* (2016) o jornal paranaense *Gazeta do Povo* ao reproduzir notícias de agências nacionais sobre a cobertura do fluxo migratório de haitianos ao Brasil enfatizava o fenômeno migratório como um problema, acentuando o processo de estigmatização dos haitianos com o uso constante de termos pejorativos como: irregulares, clandestinos e a consideração dos mesmos apenas como mão-de-obra barata invasores, sem o interesse por seus antecedentes (motivos de vinda).

É perceptível, portanto, que a cobertura dos fluxos migratórios, nacional e internacional, está, majoritariamente, ligada a temáticas negativas que visam de alguma forma camuflar as

condicionantes da migração e as reais histórias desses andarilhos, de forma a induzir os leitores a rechaçar a presença de migrantes internacionais considerados indesejáveis ao som de discursos nacionalistas.

Pode-se reparar como uma das técnicas de indução do pensamento popular o selecionar de notícias trágicas em prol de notícias positivas, característica fortemente presente nas referências analisadas até então, para além da forma paradoxal de falar sobre migrantes sem dar voz aos migrantes, e quando aos fazem a preferência ainda continua sendo por notícias trágicas e de miséria em prol das de sucesso e ganhos com a presença deles na região.

Tais características, da forma como a imprensa brasileira veicula a imagem de fluxos migratórios internacionais (majoritariamente de forma pessimista) estão presentes também em outras partes do mundo, como por exemplo na mídia portuguesa. De acordo com pesquisas realizadas sobre tal temática, Carneiro (2004), Carvalho (2007), Silva e Góis (2017), a imprensa portuguesa veicula a imagem dos imigrantes a temáticas particulares de criminalidade, clandestinidade, exploração laboral, prostituição e dentre outras, atividades socialmente vistas como negativas de forma a fortificar um sentimento anti-imigratório.

A própria imagem dos migrantes brasileiros, precisamente das brasileiras, é construída por meio de estereótipos ligados a prostituição e a criminalidade (CARVALHO, 2007; MONTEIRO, 2010). Não diferente do processo de percepção imagética dos migrantes que entram no Brasil e aqui têm sua imagem deturpada, onde a simples facilidade em nacionalizar os méritos e externalizar a culpa e percebida, nesse viés, não somente como uma das características da imprensa brasileira, mas também foi percebido em outras partes do mundo.

Os efeitos de tais abordagens, a execração aos imigrantes por meio da generalização e hiperbolização de casos negativos particulares, foram tão impactantes no contexto social português que o próprio órgão regulador das migrações o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), estabeleceu políticas para evitar a estigmatização dos migrantes e das minorias étnicas alvos dessas práticas mudando assim a forma de abordagem aos imigrantes e acentuando a diferença na qualidade de abordagem de tais temáticas entre a imprensa popular (tendenciosa) e a imprensa especializada (SILVA; GÓIS, 2017).

Ações como essa já vêm sendo tomadas a muito tempo na Comunidade Internacional a UNESCO (1978), por exemplo, na *Declaration on Race and Racial Prejudice* frisa a importância da mídia de massa na promoção a compreensão, a tolerância e a amizade entre indivíduos e grupos e para a erradicação do racismo, discriminação racial e preconceito racial, abstendo-se de apresentar uma imagem estereotipada, parcial, unilateral ou tendenciosa de indivíduos e de vários grupos humanos (UNESCO, 1978).

Na Europa já em 1997, foi criada o *European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia* (EUMC), pelo Conselho da União Europeia, cujo papel principal era monitorar os fenômenos e manifestações de racismo, xenofobia e antissemitismo, em um de seus relatórios o órgão ressalta:

> O papel importante dos Media na formação da opinião e nas atitudes perante a compreensão da diversidade, não só pelo impacto na modulação da percepção, como na geração de atitudes da população maioritária perante os imigrantes e as minorias étnicas (ERC, 2009, p. 34-35).

Recentemente, em 2007, essa mesma instituição é incorporada pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que dá continuidade as suas ações com a promoção de programas como: *Media II, Media Training, Media Plus, Media 2007,* que contribuíram para a formação dos profissionais europeus de jornalismo aos moldes das propostas da instituição (ERC, 2009).

Estes mesmos objetivos foram apresentados na Carta de Roma em 2008, promovida pela Associação Nacional dos Jornalistas Italianos e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a carta se propôs a criar um Código de Conduta para os jornalistas referente a notícias sobre asilo, refugiados, vítimas de tráfico e migrantes, com a finalidade de promover uma cobertura isenta e plural dessas temáticas. Tendo em vista que a opinião pública se configura como um fator extremamente importante para a integração social dos migrantes.

Tais ações, entretanto, ainda não se configuram como suficientes, sobretudo a se considerar a alta volatilidade das comunicações e do surgimento de novos meios tecnológicos que as transportam, as *Fake News* e a exacerbada concorrência entre os meios de comunicação de massa ainda possuem forte presença e impacto na geração de estigmas nas minorias e nas migrações internacionais.

Em outra perspectiva, desconsiderar a responsabilidade dos leitores seria, em termos mais brandos, realizar uma análise incompleta, tendo em vista que eles (os nacionais) também são responsáveis por cocriar e sustentar os estigmas que se perpetuam na grande mídia. Essa responsabilidade de coautoria e sustentação desses estigmas se condicionam pelas diferenças socioeconômicas e socioculturais de cada indivíduo que interferem na forma como as pessoas interpretam e avaliam os textos que circulam na mídia, e na forma como esses indivíduos vão internalizar e externalizar esses discursos em forma de opiniões.

MÍDIA E OS FLUXOS MIGRATÓRIOS EM RORAIMA: UM ESTUDO DO JORNAL FOLHA DE BOA VISTA

Nessa mesma conjuntura, não diferente dos padrões apresentados anteriormente, seguem a forma de veiculação e construção da imagem do fluxo migratório de venezuelanos no estado de Roraima. Frente as crises política, econômica e social que assolaram o Estado venezuelano levando a migração de mais de cinco milhões de seus nacionais, sobretudo aos países vizinhos (R4V, 2020). O Brasil por intermédio do estado de Roraima, fronteiriço a Venezuela, tornou-se um dos principal Estado receptor e acolhedor do fluxo sem precedentes na história da região.

Em busca de sobrevivência e melhores condições de vida da população venezuelana que a partir de 2015 começa, em pequena escala, a migrar. Em Roraima esse fluxo foi percebido inicialmente como uma dinâmica pendular para a compra de gêneros alimentícios básicos em falta na Venezuela, e posteriormente em 2017 com o agravamento da crise, refletido em fluxos mais intensos chamou a atenção dos meios de comunicação.

O tema migração então passou a fazer parte do cotidiano da população roraimense, em uma simples ida ao mercado, praças, ônibus, postos de saúde, locais públicos em geral, conversas cotidianas sobre o fluxo estavam presentes, para além das redes sociais e nos comentários de portais de notícias que se tornaram verdadeiros palcos para discurso de ódio e de compaixão sobre as mudanças ocorridas no estado a partir da presença dos venezuelanos (BEZERRA, 2020).

Essa conjuntura logo se tornou objeto da *mas media*, que por intermédios de seus textos jornalísticos passaram a relatar, divulgar e construir a imagem desses andarilhos, por meio de notícias, entrevistas, reportagens e notas, discursos que no geral estão

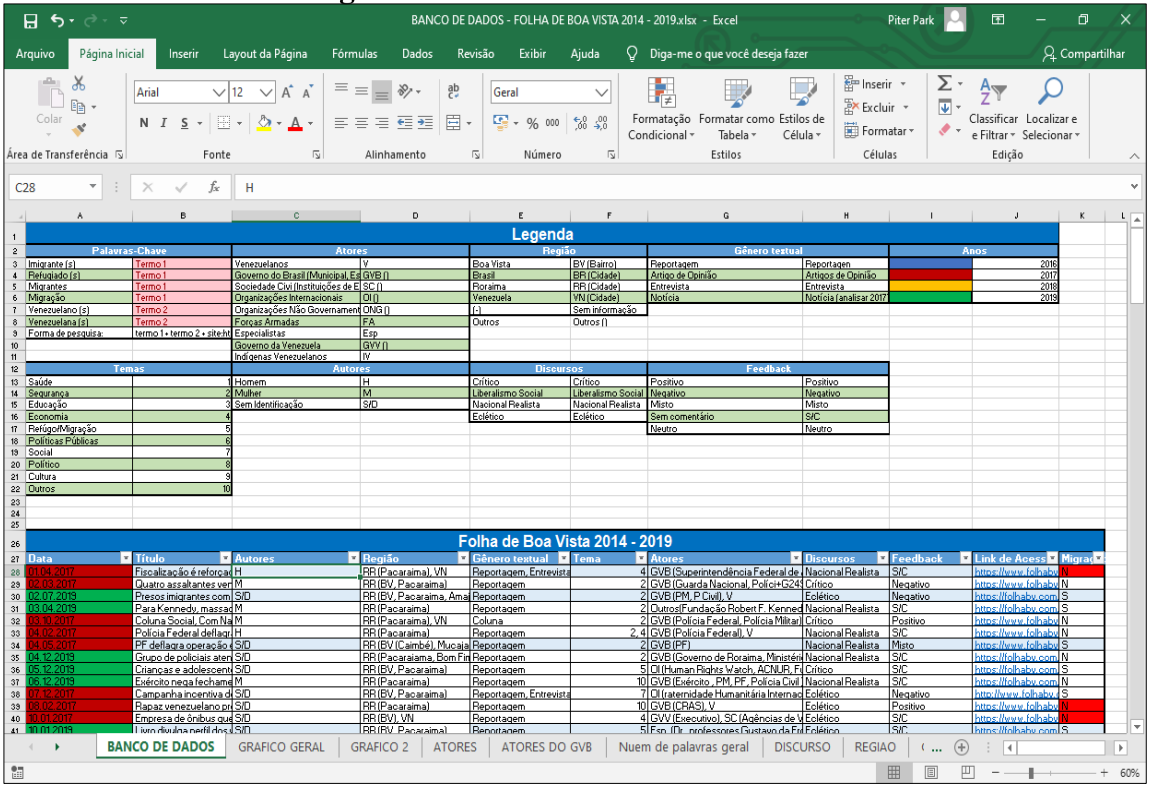
assentados em temáticas negativas (ocupação de locais públicos e privados, aumento da mendicância, superlotação de hospitais, aumento da sensação de insegurança, prostituição, questões de xenofobia etc.) que influenciam e moldam a opinião pública local e nacional, que por sua vez sustentam esses estigmas no seu dia a dia.

De forma a compreender o processo de cobertura e veiculação do fluxo migratório de venezuelanos ao estado de Roraima e a sustentar os dispostos no tópico anterior reafirmando a hipótese da existência de um padrão de veiculação e construção da imagem de fluxos de migrantes internacionais pela *mas media,* foi desenvolvido um banco de dados, uma hemeroteca, dos textos jornalísticos do Jornal Folha de Boa Vista, maior jornal local, em sua versão digital durante os anos de 2014 a 2019 que envolviam a temática, como aponta a Figura 1.

A partir da sistematização dos textos do jornal na hemeroteca acima fora percebido as mesmas dinâmicas de produção e veiculação dos textos jornalísticos roraimense vinculados a temática migratória venezuelana conforme sintetizado na Figura 2.

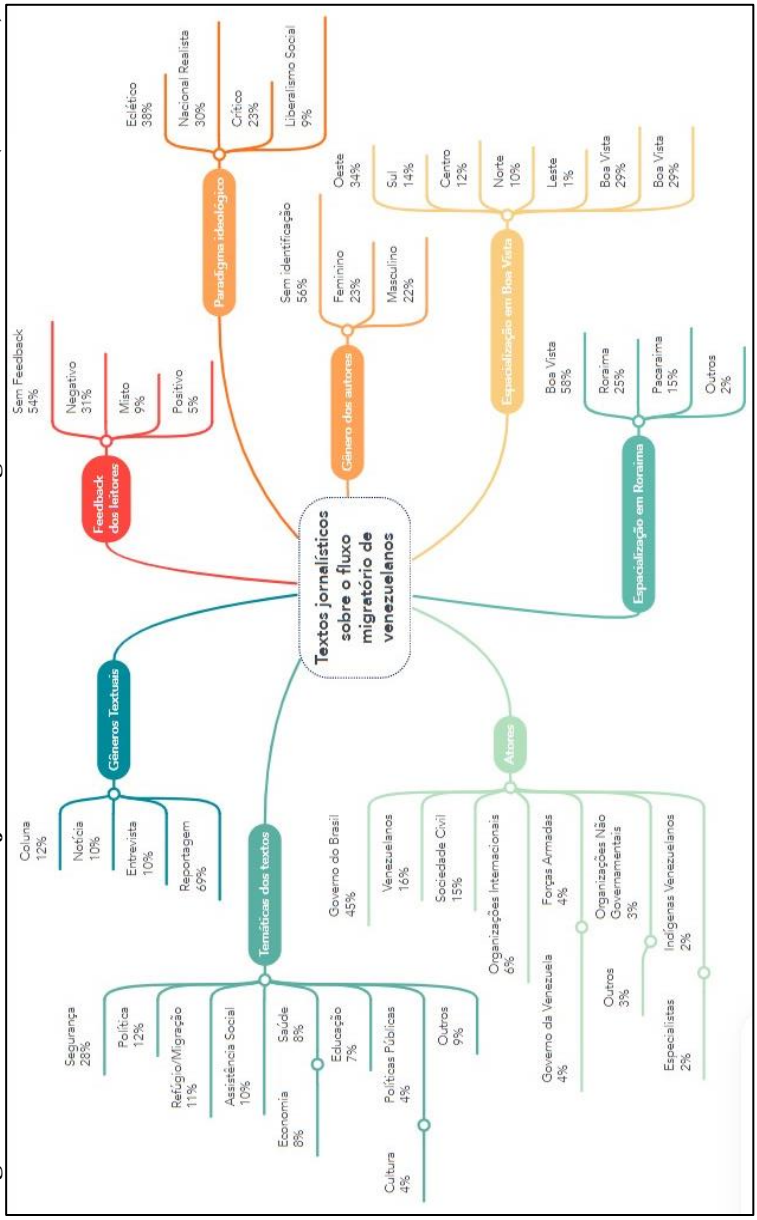
A dinâmica de produção dos 221 textos levantados seguia a acentuação do fluxo de migrantes para o estado distribuídos por cada ano em análise: 2014 (0); 2015 (0); 2016 (15); 2017 (87); 2018 (24) e 2019 (95), tendo altas em 2017 e 2019, anos que coincidiram com maiores desestabilizações políticas da Venezuela.

Figura 1 – Tela inicial do banco de dados



Fonte: Elaboração própria (COSTA; SENHORAS, 2020).

Figura 2 – Análise dos textos jornalísticos sobre o fluxo migratório de venezuelanos (2014-2019)



Fonte: Elaboração própria (COSTA; SENHORAS, 2021).

Em uma perspectiva macro, ao se analisar a referenciação dos textos publicados por geoespacialização a maior parte dos textos se referiam ao município de Boa Vista seguido do município de Pacaraima (porta de entrada do fluxo) tendo em vista a maior concentração dos migrantes nessas duas regiões. Especificamente na micro região do município de Boa Vista a maior parte dos textos se referia a zona Oeste e Sul partes mais periféricas ao centro da cidade justificados tanto pela maior quantidade de bairros e abrigos de acolhimento nessas regiões quanto pela divisão estrutural de classes (baixa, média, alta) pré-estabelecida e fortificada com a chegada dos migrantes.

Ao se analisar o conteúdo dos textos publicados pelo jornal, como mostra a imagem 2, percebeu-se que os mesmos seguiam os padrões das pesquisas sumarizadas no estado da arte no tópico anterior (os textos davam pouca voz aos migrantes, construíam estereótipos, maior parte das reportagens eram de tendência negativa, os migrantes eram considerados causadores dos problemas locais já existentes etc.). Características percebidas quando analisado as Temáticas dos Textos e os Atores mais citados no caso venezuelano.

Quanto as temáticas dos textos, 28% da veiculação do conteúdo aos migrantes foram abordados na perspectiva de segurança em prol de notícias positivas existentes e não veiculadas pelo meio de comunicação, as notícias em sua maioria de abordagem policial (delitos como: furto, roubo, agressões contra mulher e xenofobia) envolviam os atores das forças de segurança pública, cidadãos locais e os migrantes, notícias as quais fortificavam os estigmas contra a população venezuelana.

Quanto aos atores envolvidos, seguindo o padrão de citação nos textos os mais referenciados foram o Governo Brasileiro, os venezuelanos e a sociedade civil, entretanto, embora os textos se referiam aos migrantes poucos deles davam de fato voz aos

migrantes e os tratavam como coadjuvantes em suas próprias histórias, característica recorrente também apontada nas outras pesquisas sobre a temática como já abordado no tópico anterior.

Quanto aos gêneros e formatos jornalísticos, foi encontrado no jornal uma prevalência no gênero jornalismo informativo, divulgados nos formatos de Notícias, Reportagens e Entrevistas e do gênero de jornalismo opinativo, divulgados nos formatos de coluna. Devido ao alto número de textos no formato de reportagem encontrados, percebe-se que a maioria das informações publicadas pelo jornal tiveram um aprofundamento no conteúdo das histórias abordadas, entretanto, sob um viés tendencialista construídas com base em discursos nacionalistas e conservadores vinculados aos representantes políticos, sobretudo locais.

Esses apontamentos corroboram com a padronização das características de veiculação da imprensa em contexto de fluxos migratórios estabelecida no tópico anterior, onde sustenta que a imagem dos migrantes não é construída pelos próprios migrantes, mas sim pelos diversos atores com maior "credibilidade" envoltos nessa dinâmica, o migrante portanto, não possui voz ativa e suas histórias só são creditadas quando contadas ou confirmadas por especialistas.

Esses posicionamentos ideológicos foram melhor observados ao se analisar os paradigmas ideológicos presentes nos textos levantados. De todos os textos houve uma maior incidência de discursos ecléticos seguido pelos posicionamentos nacional-realista e crítico. Embora em uma primeira percepção haja uma predominância do discurso eclético há que se salientar que a veiculação dos mesmos passa a ser maior a partir do ano de 2018 com a instauração da Operação Acolhida no estado o que diversificou o tendencialismo do jornal devido a pesão de outros atores como as Organizações Internacionais e as Não Governamentais.

Quanto aos redatores, percebeu-se que a maioria dos textos publicados não possuíam identificação dos jornalistas que os redigiram (56%), nessa variável constavam os textos cujos autores eram nomeados como Folha de Boa Vista. Em contra partida, há uma diferença ínfima de 1% em relação ao gênero dos redatores, masculino (22%) e feminino (23%), nessa perspectiva fora percebido um olhar mais cauteloso nos textos escritos pelo gênero feminino.

A influência da imprensa sobre a população local, sobretudo nos seus leitores, pôde ser melhor percebida na análise dos comentários dos textos jornalísticos levantados, onde majoritariamente foram encontrados comentários negativos sobre a presença dos migrantes no estado, mostrando que as informações difundidas pela mídia corroboram com a opinião popular. Como forma de analisar essa opinião foi criado o campo *Feedback* nele consistiu a análise do teor e direcionamento dos discursos presentes nos comentários dos leitores nos textos de jornal encontrados divididos em 5 categorias.

Por mais que a categoria Sem *Feedback* tenha representado 54% de todo o levantamento realizado, é inegável a presença massiva de posicionamentos Negativos (31%), os quais não se limitavam apenas aos assuntos abordados na matéria em si, mas perpassavam para comentários ofensivos aos migrantes, abarcando também críticas a outras temáticas como e principalmente as do campo da Saúde Pública e da Educação.

No mesmo patamar se encontravam os comentários Mistos, os quais consistiam na presença tanto de comentários de posicionamentos Negativos quanto de comentários de posicionamentos Positivos a cerca de um mesmo texto, isso revela, por outro lado, uma margem percentual para mais nas categorias Positivo (5%) e Negativo (31%), acentuando-se a visão negativa do fluxo pelos leitores.

A relevância de se estudar a forma como a mídia jornalística roraimense constrói e veicula a imagem dos migrantes venezuelanos é de suma importância, tendo em vista que essa dinâmica influencia no processo de adaptação e integração dos migrantes a nova localidade, sobretudo, influencia a população local quanto a percepção e aceitação da presença dos migrantes em seu território.

Com base nas discussões presente neste capítulo, é possível afirmar que o Jornal Folha de Boa Vista segue os mesmos padrões de cobertura da imprensa nacional e internacional dos fluxos migratórios. No início do fluxo a construção dos textos eram em sua maioria de tendência negativa e nacionalista voltada para a estereotipação dos migrantes, alterando-se para um discurso mais eclético a partir do ano de 2018 com a presença de novos atores pró migração como as OIs e as ONGs que com seus discursos e influência no meio dinamizaram as produções jornalísticas e o olhar da imprensa sobre a migração, embora ainda muito distante do ideal.

Ao mesmo tempo em que acreditam na hospitalidade como uma das principais característica da nação, os brasileiros agem, em sua maioria, contrários a imagem que vendem ao exterior - de ser uma nação acolhedora e receptiva, afirmando a tese do "homem cordial" de Sérgio Buarque de Holanda, uma falsa cordialidade que baseia-se em benefícios particulares.

Características essas de receptividade e cordialidade desconstruídas ao longo de anos de estudos midiáticos na cobertura de fluxos migratórios e que não se encontra presente somente no Brasil como também em outras regiões do mundo, conforme as pesquisas analisadas. Quando carente de mão-de-obra barata ou para fins políticos e econômicos, donde se alcançará benefícios imediatos, a cordialidade e a receptividade das nações vêm à tona, já quando fora de uma necessidade palpável, tão logo os migrantes são ignorados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fluxos migratórios e os fluxos de dados estão, nos últimos anos, no topo da agenda internacional sejam em forma de notícias sejam nos debates em conferências internacionais. Esse fato deve-se a que ambos impactam significativamente nas estruturas sociais. Por onde passam, transformam e influenciam pensamentos que por sua vez modificam hábitos e culturas. A junção de ambos fenômenos em um mesmo contexto revela-se como um desafio não só de análise como também de resposta tendo em vista suas características particulares.

Como resultados das discussões presentes neste capítulo, constatou-se que os estudos sobre a temática de mídia e migração abarcam a construção da imagem dos migrantes transfronteiriços pelos meios midiáticos sob três recortes:

(1) um recorte geral, que analisa a construção imagética, discursiva dos migrantes pelos grandes *players* da mídia nacional, analisando fluxos migratórios de várias nacionalidades ao mesmo tempo;

(2) um recorte mais específico, focado geralmente em apenas uma nacionalidade e na cobertura midiática local da região de onde o fluxo se inicia;

(3) na mescla das duas anteriores, consistindo tanto na utilização de veículos locais quanto nacionais na cobertura de um ou mais fluxos migratórios.

Outro resultado encontrado na análise desse capítulo, de modo a sistematizar a forma como a imprensa veicula e constrói a imagem dos imigrantes, é possível concluir a existência de cinco

características principais de como a mídia jornalística noticia os fluxos migratórios:

(1) os imigrantes possuem pouco acesso aos meios de comunicação de massa, e quando conseguem tem seus discursos moldados nos recortes das matérias, sob as vozes dos Estados e de instituições diversas que lidam com os fluxos;

(2) são majoritariamente descritos de forma negativa, quando não, como contraventores dos valores locais e como inimigos da sociedade "receptora";

(3) quando não, são considerados desventurados merecedores do acolhimento "altruísta" da sociedade local, somente quando e se se submetem aos valores e ideologias locais;

(4) embora sejam temas das reportagens, são raramente citados como fontes, tendo suas histórias representadas fora de seu alcance discursivo;

(5) a existência de poucas matérias valorativas quanto a presença dos imigrantes.

De forma particular, não distante do escopo estabelecido anteriormente, foram percebidas duas características específicas de como a mídia brasileira realiza a construção/vinculação da imagem dos imigrantes e minorias que residem ou que por aqui passam, a citar:

(1) a existência do mito da hospitalidade brasileira;

(2) a existência de uma hierarquia de nacionalidades aceitáveis a integrar a sociedade brasileira.

Tais pressupostos teóricos que serviram de base na análise da cobertura midiática do fluxo migratório de venezuelanos ao estado de Roraima mostraram que a mídia regional roraimense não foge desses padrões, embora construído com base na correlação entre os diferentes discursos dos diferentes atores que compõem os textos jornalísticos da Folha de Boa Vista a veiculação da imagem dos migrantes venezuelanos assentaram-se, sobretudo nos anos antes da operação acolhida, em discursos nacionalistas anti-migratório e a reportagens negativas.

Notou-se que os migrantes venezuelanos possuem pouca voz ativa nos meios de imprensa e quando conseguem obter um espaço têm seus discursos moldados nos recortes das matérias sob as vozes do Estado receptor e das instituições diversas que lidam com o fluxo no local.

Como analisado eles são majoritariamente descritos de forma negativa, pejorativamente, quando não, como contraventores dos valores locais e como inimigos da sociedade "receptora", os venezuelanos são assim responsabilizados pela incapacidade do estado em atender as demandas sociais por segurança, saúde e educação, entre outros problemas já existentes no estado e pouco percebido pela população local.

Embora a esteriotipação dos migrantes venezuelanos no jornal local tenha diminuído, devido à diminuição da intensidade dos textos publicados e a presença de novos atores, que diminuíram o tendencionismo político local quanto a temática migratória, ver-se ainda uma grande necessidade da tomada de ações que instiguem a mídia para a promoção de compreensão, tolerância e amizade entre indivíduos e grupos diferentes e para a erradicação de todo o tipo de discriminação e preconceito.

Conclui-se neste capítulo que a mídia se configura como um instrumento de influência e indução da percepção pública norteada

nos interesses e ideologias de seus proprietários. Em contexto de cobertura de fluxos migratórios não se faz diferente, independente da localidade e do tempo a mídia jornalística segue os mesmos padrões de construção da imagem dos migrantes, sobretudo, quando estes são considerados indesejáveis pela elite governante do local de recepção.

Concluiu-se, portanto, que a construção da imagem do migrante transfronteiriço segue um mesmo padrão, independente da localidade do meio midiático o mesmo constrói a imagem dos migrantes sobre cinco padrões comuns que estereotipam a imagem dos migrantes dificultando o seu processo de integração local.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. B. F. **Intervenção humanitária em contexto migratório venezuelano**: estudo de caso da ação do ACNUR e da OIM no estado de Roraima (Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteiras). Boa Vista: UFRR, 2021.

APPADURAI, A. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Editorial Teorema, 2004.

BEZERRA, G. N. **Mídia e diáspora venezuelana**: Recepção dos leitores sobre a migração no G1 Roraima (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social). Belém: UFPA. 2020.

CARVALHO, M. D. **A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa**. Uma análise comparativa de dois jornais diários (Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação). Lisboa: ISCTE. 2007.

CASTILLO, O.; MOTTA, A.; BASTOS, M. **Contexto Básico de Las Migraciones en La Repúblca Bolivariana de Venezuela**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. 2013.

COSTA, P. H. R. "Análise do Sistema Único de Saúde do estado de Roraima durante o fluxo migratório de venezuelanos (2014-2019)". *In*: SENHORAS, C. A. B. M.; SENHORAS, E. M. (orgs.). **Políticas Públicas**: Agendas em tempos de crise. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

COSTA, P. H. R.; SENHORAS, E. M. **Base de dados sobre a cobertura jornalística da migração venezuelana para o estado de Roraima (2014-2019)**. Boa Vista: UFRR/NAPRI, 2021.

COSTA, P. H. R; SENHORAS, E. M. "A cobertura jornalística do fluxo migratório de venezuelanos pela Folha de Boa Vista". *In*: SENHORAS, C. A. B. M.; SENHORAS, E. M. (orgs.). **Políticas Públicas**: Agendas em tempos de crise. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

DUGNANI, B. L. F. **Imagens discursivas de imigrantes e suas implicações no discurso de receptividade do brasileiro na imprensa nacional** (Tese de Doutorado em Linguística). São Paulo: PUCSP. 2017.

ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social (coord.). **Imigração, diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na imprensa e na televisão**: 2008. Lisboa: ERC, 2009.

FRANCHI, T. "Operação Acolhida: a atuação das Forças Armadas Brasileiras no Suporte aos Deslocados Venezuelanos". **Military Review**, janeiro. 2019.

HITNER, V. "O esgotamento do modelo *puntofijista* e a ascensão de Chávez". **Revista Espaço Acadêmico**, vol. 12, n. 137, outubro 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Roraima". **IBGE** [2019]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12/07/2020.

INE - Instituto Nacional de Estadística. **Población nacida en el exterior, por año llegada a Venezuela, según pais de nacimiento, censo 2001**. Caracas: INE, 2001. Disponível em: <https://web.archive.org>. Acesso em: 07/08/2019.

LIMA, M. R. D. V.; ÁVILA, O. C.; SILVA, A. R. "Aspectos da representação dos imigrantes haitianos no jornal Gazeta do Povo". **Intexto**, n. 35, janeiro, 2016.

MAGALHÃES, M. G. S. **Amazônia Brasileira**: processo histórico do extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima (Tese de Doutorado em História). Porto Alegre: PUCRS. 2006.

MANETTA, A. "Bolivianos no Brasil e o discurso da mídia jornalística". *In*: BAENINGER, R. (org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2012.

OLIVEIRA, G. A. G. "A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente à Crise Migratória da Venezuela". **Military Review**, novembro, 2018.

R4V - Coordinaton Platform for Refugees and Migrants from Venezuela. "Regional Inter-Agency Coordination Platform". **R4V** [2020]. Disponível em: <https://r4v.info>. Acesso em: 13/07/2020.

RENÓ, D. P.; MOLTEFELTRO, M.; PAULA, S. L. "O imigrante em tempos de crise pelas notícias do El País". **Razón y Palabra**, vol. 15, n. 73, agosto 2010.

SAYAD, A. "O que é um imigrante". *In*: MURACHCO, C.; SAYAD, A. (orgs.). **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

SEPLAN - Secretaria do Estado de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Artigo técnico n. 034, 2018**. Boa Vista: SEPLAN, 2018. Disponível em: <https://seplan.gov>. Acesso em: 15/07/2020.

SILVA J. C J.; ABRAHÃO, B. A. Migração pela Sobrevivência: O Caso dos Venezuelanos em Roraima. *In*: JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. O. (orgs.). **Migrantes forçados**: conceitos e contextos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

SILVA, J. C. J.; GÓIS, P. "A imigração e a mídia. Entre a utopia da invisibilidade social e os Direitos Humanos Universais". **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, vol. 8, n. 3, 2017.

SILVA, M. I. C.; BARBOSA, L. S. S.; COSTA, P. H. R.; GOMES, B. S.; SILVA, A. A. S.; SOUSA, K. P. V. A **Atuação das Forças Armadas na Crise Migratória Venezuelana no Estado de Roraima**. Rio de Janeiro: Escola Naval, 2019.

SILVERINHA, M. J.; CRISTO, A. T. P. "A construção discursiva dos imigrantes na imprensa". **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 69, 2004.

SIMÕES, G. F. (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Declaration on Race and Racial Prejudice**. Paris: UNESCO, 1978. Disponível em: <http://portal.unesco.org>. Acesso em: 07/07/2020.

UNISINOS - Instituto Humanista Unisinos. "Transporte caro ou dias a pé: como é a travessia dos venezuelanos para viver no Brasil". **Instituto Humanitas Unisinos** [2018]. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 19/07/2020.

WENDLING, K. C. S. **Operação acolhida**: o papel do Governo Federal e do ACNUR na migração venezuelana em Roraima (Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais). Boa Vista: UFRR, 2021.

ZANFORLIN, S. C.; MARANHÃO, A. C. K.; DRAVET, F. M.; BARBOSA, K. G. MÍDIAMIGRA: "Observatório de Comunicação e Migração Contemporânea no Brasil". **Razón y Palabra**, n. 86, abril 2014.

ZANFORLIN, S. C.; SILVA, A. M. "Observatório de Migração e Comunicação Intercultural: uma proposta metodológica de monitoramento de notícias". **Revista INTERIN**, vol. 22, n. 1, janeiro 2017.

CAPÍTULO 4

O Papel das Igrejas e Organizações Religiosas na Migração Venezuelana em Roraima (2018-2022)

O PAPEL DAS IGREJAS E ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS NA MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM RORAIMA (2018-2022)

Fernando Lima Mendes

Carlos Alberto Borges da Silva

Elói Martins Senhoras

As redes institucionais de atendimento a migrantes e refugiados que surgiram ao longo dos séculos XX e XXI guardam em comum uma trajetória histórica comum caracterizada pela presença da máquina pública e da sociedade civil organizada, trabalhando em parceria com organismos internacionais especializados que surgiram no âmbito da Organizações das Nações Unidas (ONU), como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

Na experiencia internacional, observa-se que a participação da sociedade civil organizada no atendimento a determinadas crises migratórias tem em comum uma predominante presença de agências voluntárias de natureza religiosa (NAWYN, 2005), atendendo a fluxos de refugiados e migrantes por meio de distintas formas de organização, desde a participação direta das Igrejas e movimentos religiosos até se chegar a associações, fundações, institutos e organizações não governamentais.

Embora o papel missionário seja um objetivo estratégico de várias Igrejas e movimentos religiosos, ocasionando a situações de consenso e conflito com migrantes e refugiados de distintas religiões, a história de estruturação de uma indústria da migração ao

longo do século XX se fez permeada internacionalmente pela presença de agências religiosas voluntárias que materializam uma "desprivatização da religião" a fim de promoverem seus serviços humanitários (CASANOVA, 1994).

O fenômeno da "desprivatização da religião" em um conjunto significativo de agências voluntárias religiosas demonstra que a construção internacional dos sistemas de atendimento a migrantes e refugiados aconteceu com uma relativa laicização, com iniciativas de solidariedade prioritárias ou mesmo exclusivas, indicando um espaço secundário para os objetivos de doutrinação religiosa, em função do papel de coparticipação operacional e financeira do Estado e de organismos internacionais especializados da ONU.

Muitas organizações religiosas são profundamente preocupadas com assuntos sociais e políticos, tal como os ligados a crises migratórias internacionais, razão pela se torna característica a promoção de agendas cívicas (STEPICK; REY; MAHLER, , as quais se caracterizam muito além das atividades ritualísticas e doutrinárias e acabam ocasionando situações em que as atividades de engajamento com a sociedade civil passam a fornecer estímulos para o surgimento de agências especializadas, caracterizadas por organizações não governamentais (ONGs), associações, fundações e institutos.

Partindo desta temática, o objeto de pesquisa do presente capítulo se manifesta como uma antítese às tradicionais abordagens sobre religiosidade e seu papel cosmológico nas populações vulneráveis de imigrantes (LEVITT, 2004), ao propor um enfoque analítico sobre a institucionalização de ações e políticas públicas aos migrantes e refugiados por parte das Igrejas e movimentos religiosos através da operacionalização de atividades de recepção, acolhimento e interiorização dos fluxos deslocados de venezuelanos para o estado de Roraima.

A finalidade da presente pesquisa é analisar o papel desempenhado por instituições religiosas e um conjunto diferenciado de agências religiosas (organizações não governamentais, institutos, fundações e institutos) na institucionalização de redes de solidariedade aos migrantes e refugiados, focando, não a clássica abordagem da religiosidade, mas exclusivamente ações que consolidaram uma relevante agenda pública para o atendimento às pressões dos crescentes fluxos venezuelanos deslocados para Roraima.

Para atingir os objetivos propostos neste livro, a pesquisa se estruturou por meio de um método dedutivo, o qual se caracterizou por uma natureza quali-quantitativa nos meios utilizados, e, por uma abordagem exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins, utilizando-se de dados secundários extraídos do Jornal de maior circulação em Roraima, Folha de Boa Vista, os quais manifestam a memória da migração venezuelana no estado no período entre janeiro de 2018 a março de 2022.

A triangulação metodológica da pesquisa foi construída com base, tanto em uma revisão integrativa de textos jornalísticos que foram publicados no jornal Folha de Boa Vista, sendo este o procedimento de levantamento de dados e organização de uma hemeroteca temática sobre o papel das Igrejas e movimentos religiosos na migração venezuelana em Roraima, quanto no uso de hermenêutica sociológica e análise gráfica, como procedimentos metodológicos de análise de dados.

O mapeamento dos textos jornalísticos se utilizou de uma técnica de filtragem amostral conhecida como snowball (BOCKORNI; GOMES, 2021), justamente por ser apropriada para pesquisas com grupos de difícil acesso e com um número limitado de publicações, sendo um conjunto de palavras-chave - “migração”, “migrações”, “migrantes”, “imigrantes”, refúgio”, “refugiados”, “venezuelanos” - os gatilhos iniciais para pesquisa, fornecendo a

massa crítica para adensar na forma de bola de neve novos conceitos chave, principalmente a identificação de nomes de igrejas e organizações religiosas envolvidas.

Com base nas palavras chave que emergiram do uso da técnica de bola de neve, utilizadas no motor de busca do Jornal Folha de Boa Vista, a pesquisa encontrou um universo de 74 artigos, os quais foram lidos na íntegra para conferência de adequação temática e análise de conteúdo, sendo selecionada uma amostra de 72 textos jornalísticos após a exclusão de apenas 2 duas reportagens repetidas em datas distintas.

A hemeroteca montada sobre textos que trabalham as agendas e atores religiosos no contexto migratório venezuelano se caracteriza como um banco de dados com 72 textos que foram submetidos ao rigor metodológico de uma dupla análise (PEREIRA, 2022), por meio de uma etapa de macroanálise, com caracterização macroagregada dos textos, e, de uma microanálise, com a análise de conteúdo.

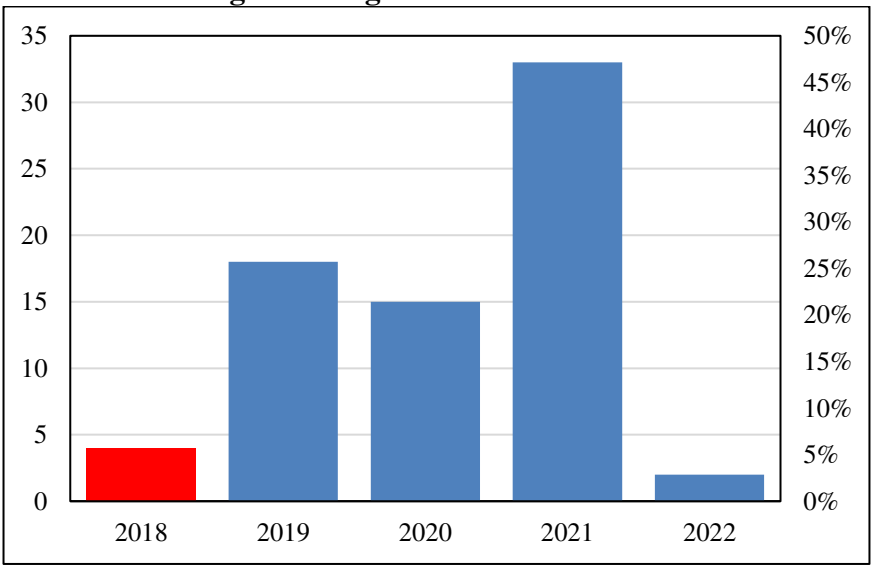
Não é por acaso que a amostra de textos selecionados se fundamentou em uma periodização que se iniciou no ano de 2018 e que vai até março de 2022, uma vez que há uma clara correlação com o *boom migratório* venezuelano (WENDLING; NASCIMENTO, SENHORAS, 2021), engendrado com ampla difusão a partir de 2017.

A evolução das 72 publicações lançadas no jornal Folha de Boa Vista sobre a agenda e atores religiosos no contexto migratório venezuelano no estado de Roraima demonstra uma periodização relativamente curta, entre os anos de 2018 e 2022, a qual é reflexiva ao contexto de *boom* dos fluxos migratórios e de estabelecimento da "Operação Acolhida" pelo Governo Federal brasileiro no ano de 2018, passando pelo fechamento da fronteira no ano de 2020 desde a difusão da pandemia da Doença do Coronavirus 2019 – Covid-19

(SENHORAS; GOMES, 2020), até se chegar à sua reabertura em 2022.

Conforme o Gráfico 1 é possível observar que as instituições e organizações religiosas, bem como suas ações e projetos relacionados ao atendimento dos fluxos de migrantes e refugiados venezuelanos em Roraima, são apresentadas em termos quantitativos de modo crescente a partir de um ciclo de vida de publicações lançadas, de modo a se registrar um *período embrionário*, com poucas reportagens em 2018, passando para um período de maturação desde 2019 até se chegar aos três primeiros meses de 2022, com uma massa crítica maior de textos.

Gráfico 1 – Periodização das publicações sobre temáticas religiosa e migratória venezuelana em Roraima



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Folha de Boa Vista.

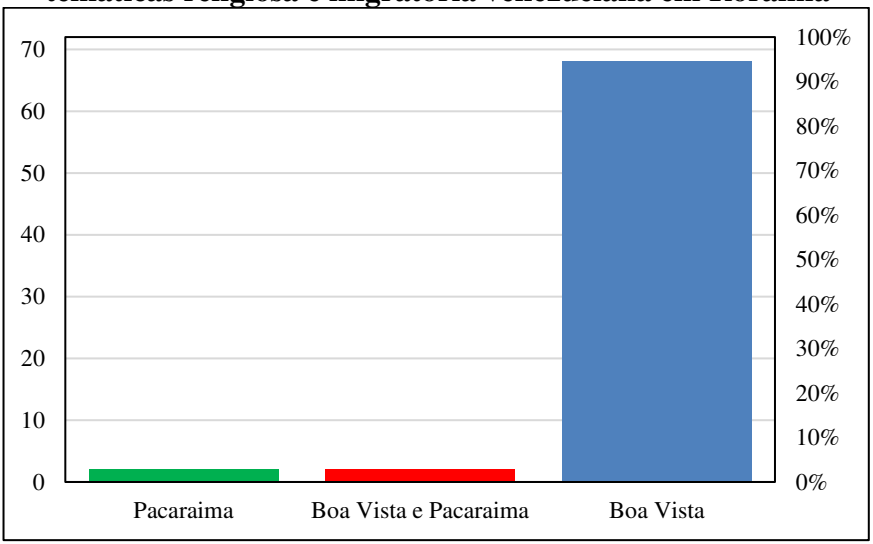
Na análise dos textos selecionados entre 2018 e 2022, observou-se um volume significativo de discussões relacionados à Operação Acolhida, engendrada pelo Governo Federal na Gestão Michel Temer, em parceria com os governos subnacionais – Roraima, Pacaraima e Boa Vista – e com organismos internacionais especializados da Organização das Nações Unidas (ONU) e entidades da sociedade civil organizada, sendo a maioria delas de natureza religiosa.

Por sua vez, o objeto de espacialização, abordado nos textos jornalísticos, demonstra um foco claramente assimétrico dentro do estado de Roraima à medida que apenas dois dos quinze municípios aparecem nas discussões sobre os fluxos de migração e refúgio venezuelano, sendo eles respectivamente identificados como ponto inicial de entrada no território roraimense (Pacaraima) e como ponto final ou de passagem para outros estados (Boa Vista).

É compreensível que a maioria das notícias e reportagens sobre migração venezuelana e com alguma abordagem sobre agendas ou atores religiosas incida na capital, Boa Vista, já que se trata um município de destino devido à densidade política e econômico, possibilitando assim melhores oportunidades de recepção socioeconômica ou mesmo opções logísticas como *hub* de passagem para outras localidades no Brasil.

Observou-se na amostra de publicações que em todas os textos jornalísticos que focavam os municípios de Pacaraima (3%) ou, conjuntamente, Pacaraima e Boa Vista (3%), existiam reportagens que detalhavam ações ou projetos de instituições católicas e evangélicas desenvolvidas diretamente nas referidas localidades com a comunidade de migrantes e refugiados venezuelanos (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Espacialização das publicações sobre temáticas religiosa e migratória venezuelana em Roraima



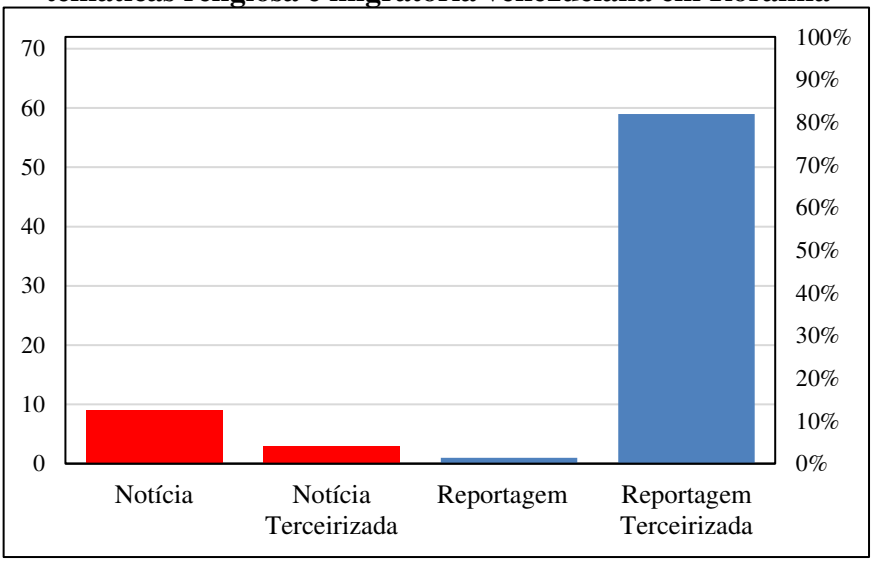
Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Folha de Boa Vista.

Quando se analisa que os gêneros textuais do jornalismo são tradicionalmente classificados entre jornalismo opinativo e jornalismo informativo (SEIXAS, 2013; PEREIRA, 2022), se observa uma clara presença integral de 72 textos de natureza informativa, os quais são enquadrados nas categorias de *notícia* (13%), 12 textos informativos curtos (9 notícias da própria Folha de Boa Vista e 3 notícias terceirizadas), e, *reportagem* (87%), 60 textos mais profundos, autorais e com presença de entrevistas ou dados detalhados (59 reportagens do veículo local e 1 reportagem terceirizada).

O perfilamento dos gêneros textuais demonstra uma predominância de reportagens em relação a notícias no Jornal Folha de Boa Vista, uma vez que há uma maior preocupação em relatar

com entrevistas e fotos o papel das Igrejas e de organizações religiosas no atendimento ao contingente de refugiados e migrantes venezuelano no estado de Roraima, havendo uma preocupação não para temas de religiosidade, mas de solidariedade e atendimento humanitário (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Perfil de gênero das publicações sobre temáticas religiosa e migratória venezuelana em Roraima

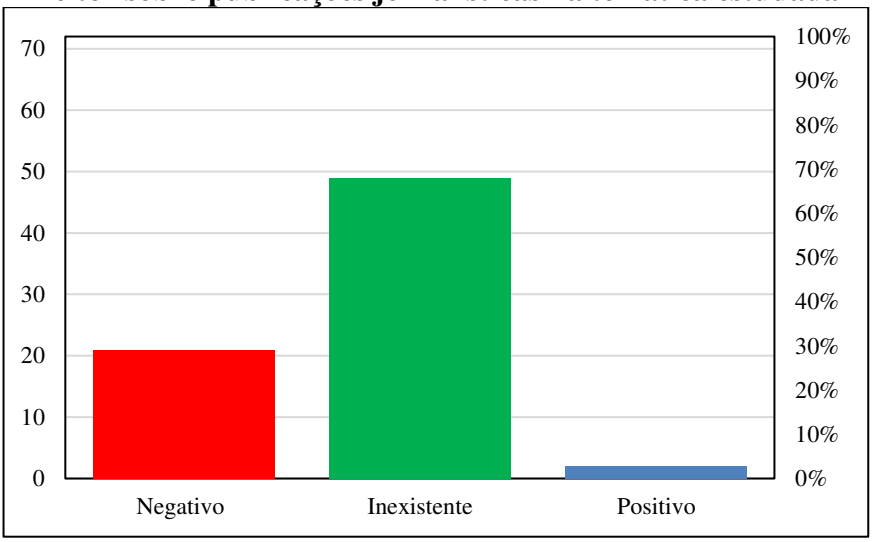


Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Folha de Boa Vista.

A avaliação da resposta do público leitor aos 72 textos jornalísticos da amostra selecionada, publicados pelo Jornal Folha de Boa Vista, demonstra um contexto majoritariamente caracterizado pela inexistência de comentários por parte dos leitores em contraposição a um grupo minoritário que se manifestou por meio de comentários positivos ou negativos à temática abordada, registrados anonimamente na página eletrônica do veículo.

Os 23 textos jornalísticos que recebem comentários registrados online permitem indicar o perfil da percepção da opinião pública na temática estudada, de modo que se observa que as agendas religiosas ou os atores religiosos não são objetos de críticas ou elogios, mas antes, os *feedbacks* negativos e positivos focam concentradamente os migrantes e refugiados venezuelanos e de modo marginal o Poder Público ou a omissão de ações (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Perfil de *feedback online* do público Leitor sobre publicações jornalísticas na temática estudada



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Folha de Boa Vista.

Destarte, torna-se pertinente analisar que nos 21 textos com comentários negativos (29% da amostra) há a expressão de palavras xenófobas e racistas, bem como um forte desconforto e descontentamento em parte da sociedade roraimense, a qual interpreta a vinda de fluxos de migração e refúgio venezuelano como

pernicioso ao *status quo*, repercutindo na ampliação de concorrência com cidadãos locais nas dinâmicas do mercado econômico e das políticas públicas.

O mapeamento dos movimentos e organizações religiosas envolvidas diretamente em ações de recepção, acolhimento, integração, reinserção laboral e interiorização no país demonstra um contexto de clara participação de Igrejas de natureza cristã, de modo que no Jornal Folha de Boa Vista foi possível identificar um conjunto de seis Igrejas, sendo uma delas, a Igreja Católica, e as cinco demais, Igrejas Evangélicas.

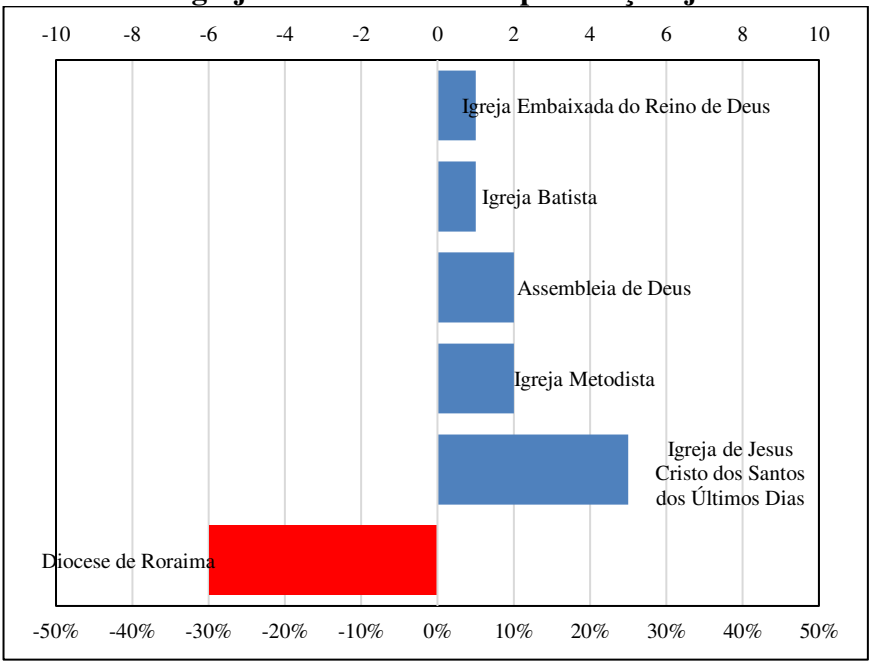
Enquanto a Igreja Católica, representada pela Diocese de Roraima, apareça em 22% dos textos jornalísticos da amostra selecionada, por sua vez, as Igrejas Protestantes são identificadas em 78%, segundo uma ordem descrente de denominação: a) Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (19%); b) Igreja Metodista (7%); c) Assembleia de Deus (7%); Igreja Batista (4%) e Igreja Embaixada do Reino de Deus (4%) (Gráfico 5).

Quando analisado o perfilamento de ações humanitárias desenvolvidas pelas Igrejas, observou-se que doações e ações voluntárias são transversais para todas as denominações em função da doutrina de solidariedade cristã comum, não obstante há que se destacar que no caso das Igrejas Católica, Metodista e no caso mórmon, da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias há um conjunto de atividades desenvolvidas em conjunto com a Operação Acolhida.

No caso das atividades de recepção, acolhimento e integração, destacam-se as Igrejas Católica e Metodista, através de seus respectivos projetos Humanitários “Mexendo a Panela”, “Caminhos da Solidariedade”, e, “Missão Brasil-Venezuela” *vis-à-vis* ao diferenciado papel logístico exercido pela Igreja de Jesus

Cristo dos Santos dos Últimos Dias na interiorização de migrantes e refugiados brasileiros em direção a outros estados brasileiros.

Gráfico 5 – Igrejas identificadas nas publicações jornalísticas

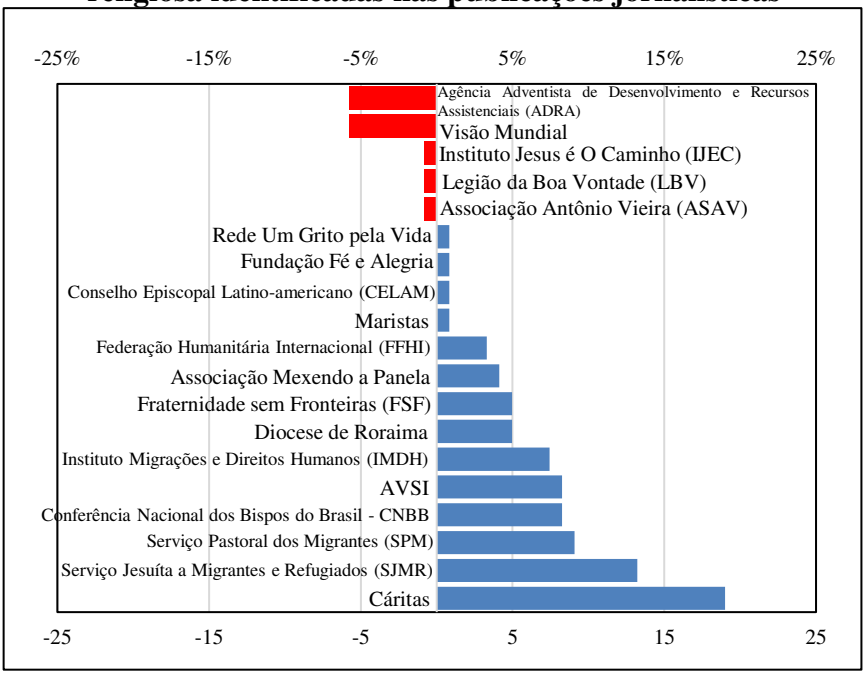


Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Folha de Boa Vista.

Além da participação das Igrejas nos processos de recepção, acolhimento, integração e interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos, observou-se, na análise da amostra de textos jornalísticos selecionada, a existência de um amplo conjunto de organizações não governamentais, institutos, fundações e associações com algum grau de ligação a Igrejas e movimentos religiosos.

O mapeamento nos textos jornalísticos da Folha de Boa Vista permitiu identificar um conjunto de 19 instituições ligadas a Igrejas e a movimentos religiosos que prestam serviços humanitários com imigrantes e refugiados venezuelanos em Roraima, sendo a grande maioria delas de fora do estado (84%) em comparação ao baixo capital social materializado localmente com a atuação de 3 instituições locais (16%) (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Organizações com filiação religiosa identificadas nas publicações jornalísticas



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Folha de Boa Vista.

Uma parte significativa das instituições possui um amplo *expertise* prévio na atuação internacional com migrantes e refugiados em diferentes casos de crise humanitária no mundo ao

longo do século XX e XXI, tal como evidenciado nas atuações da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), Fundação AVSI, Caritas, Fraternidade Sem Fronteiras, Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), Federação Humanitária Internacional (FFHI).

No universo de instituições ligadas direta ou indiretamente a Igrejas e a movimentos religiosos, observa-se que na totalidade existe uma natureza cristã, bem como um elevado grau de capilaridade católica em função da presença de 14 instituições (74%) em comparação ao menor volume numérico de institutos, associações, agências e organizações não governamentais evangélicas que atuam com venezuelanos em Roraima (26%).

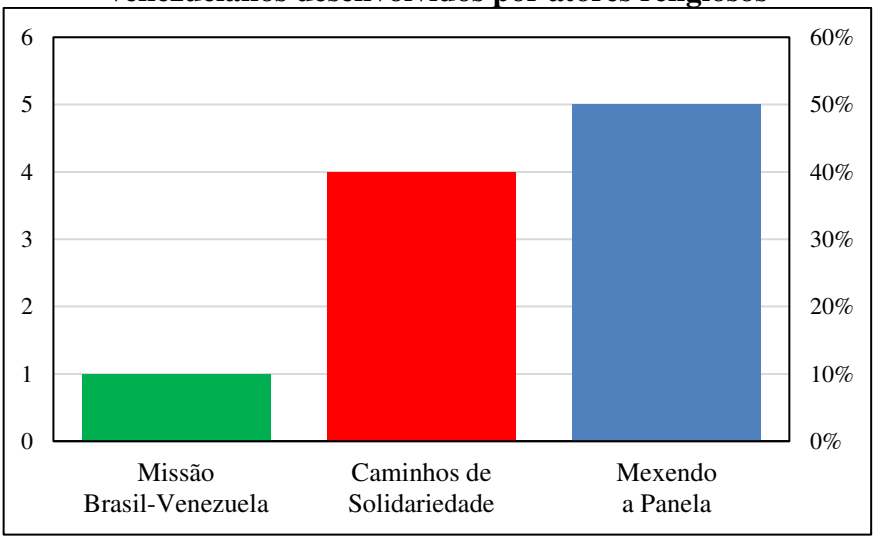
A análise dos textos jornalísticos permitiu evidenciar que existe um forte trabalho desenvolvido em rede, demonstrando que a atuação pontual e isolada com a população venezuelana é uma exceção em relação à predominante regra de trabalho contínuo, realizado em parceria entre as próprias instituições ou em conjunto com organizações internacionais das Nações Unidas, coordenadoras da Operação Acolhida.

A análise da amostra de textos jornalísticos publicados no Jornal Folha de Boa Vista demonstra que no universo das ações das Igrejas e das organizações e associações religiosas três projetos foram objeto de cobertura, sendo eles: a) Missão Brasil-Venezuela; b) Caminhos de Solidariedade; e c) Mexendo a Panela, os quais são todos desenvolvidos no município de Boa Vista, capital de Roraima.

Conforme o Gráfico 7, é possível de se observar que os dois projetos engendrados pela Igreja Católica possuem uma maior publicização na mídia (90%) em comparação ao projeto da Igreja Batista (10%) em função das características mais proativas e do maior número de entidades envolvidas na divulgação das ações nos meios jornalísticos e não propriamente em função da maior

relevância, haja vista que todos os três projetos analisados possuem uma significativa escala de atendimento dos migrantes e refugiados venezuelanos.

Gráfico 7 – Projetos direcionados a migrantes venezuelanos desenvolvidos por atores religiosos



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Folha de Boa Vista.

De um lado, a "Missão Brasil-Venezuela" trata-se de uma iniciativa desenvolvida pela Convenção Batista Brasileira, a qual se fundamenta em uma casa alugada (Figura 1A) com ações para, tanto fornecer atendimento religioso, quanto prover ensino de português, atendimento médico e odontológica emergencial e fazer ponte para ações de acolhimento e inserção no mercado de trabalho por meio interiorização dos migrantes e refugiados venezuelanos através dos projetos "Casa Minha Pátria", e, "Igreja Acolhedora", desenvolvidos em outros estados brasileiros (CBB, 2020).

A “Missão Brasil-Venezuela” faz parte de um projeto maior chamado “Missões Nacionais”, tendo o foco específico de atender a famílias venezuelanas cadastradas, propiciando assim um espaço destinado a cultos evangélicos e aos serviços de apoio para alimentação e lavagem de roupas, bem como de assistência social, funcionando por meio de doações e ações voluntárias, bem como o financiamento da Igreja Batista e de entidades parceiras (MISSÕES NACIONAIS, 2019).

Figura 1 – Arquivo iconográfico de projetos humanitários com venezuelanos em Boa Vista



Casa da “Missão Brasil-Venezuela”	A	B	*Centro de Alimentação do Projeto Mexendo a Panela*

Fonte: A. Missões Nacionais (2019); B. Operação Acolhida (2022).

De outro lado, as iniciativas da Igreja Católica identificadas nas matérias jornalísticas da Folha de Boa Vista são, respectivamente, os projetos “Caminhos de Solidariedade” e “Mexendo a Panela”, os quais são desenvolvidos no município de Boa Vista, por meio da ação de voluntários, sendo coordenados por entidades locais das Igreja e contando com a colaboração de entidades religiosas e não religiosas.

O projeto “Caminhos de Solidariedade: Brasil e Venezuela” trata-se de uma iniciativa nacional da Igreja Católica que visa promover sistematizar um conjunto de ações solidárias de

acolhimento e integração de imigrantes e refugiados venezuelanos no Brasil. Executado pelas arquidioceses e dioceses e financiada pelo Fundo Nacional de Solidariedade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no estado de Roraima, o projeto é promovido pela Cáritas Diocese de Roraima (RODRIGUES, 2019).

O projeto "Mexendo a Panela", focado na distribuição de marmitas para moradores de rua e pessoas em situação vulnerável foi criado na Paróquia Nossa Senhora da Consolata no ano de 2015, período anterior ao *boom migratório* venezuelano, mas foi reestruturado e ampliado como uma associação de voluntários[2] a partir de 2018, ganhando parcerias com instituições como Fraternidade sem Fronteira, Maçonaria, Rotary e outras entidades religiosas a fim de atender ao público de migrantes e refugiados venezuelanos por meio da produção de mais de 1.500 refeições diárias (Figura 1B), além do fornecimento de material de higiene e leite direcionados para crianças e mulheres (GIRADI, 2019; VIVA CIDADANIA, 2020).

A comparativa macroanálise da amostra de 72 textos jornalísticos na Folha de Boa Vista quando combinada a uma microanálise de conteúdo permitiu evidenciar que as Igrejas e organizações religiosas de natureza cristã, tanto católicas, quanto protestantes, possuem um conjunto de ações de solidariedade aos migrantes e refugiados venezuelanos deslocados para Roraima, propriamente para Pacaraima, porte de entrada para o Brasil, e, Boa Vista, maior cidade e capital do estado.

O relevante papel desempenhado por estas instituições religiosas foi evidenciado nesta pesquisa mais além das construções

[2] O projeto Mexendo a Panela surgiu como uma iniciativa da Igreja Católica em 2015, por meio das ações solidárias criadas pelo Padre Revislande Araújo, não obstante tenha se institucionalizado como uma associação sem fins lucrativos, composta por voluntários de diferentes crenças em 2018. O funcionamento das atividades de recepção e apoio do projeto Mexendo a Panela continua a ocorrer nas dependências da Igreja Nossa Senhora da Consolata (OPERAÇÃO ACOLHIDA, 2022).

de religiosidade, demonstrando uma forte proatividade na construção de ações humanitárias para recepção, acolhimento, integração e interiorização dos fluxos venezuelanos, repercutindo assim na consolidação de políticas públicas dentro de uma rede institucional governamental e não governamental da Operação Acolhida.

O protagonismo das instituições religiosas no contexto de funcionamento da Operação Acolhida, desde a recepção até a interiorização dos migrantes e refugiados venezuelanos permite afirmar que "não é exagero dizer que o termo ´sociedade civil organizada´ poderia muito bem ser substituído por ´sociedade religiosa organizada´ (VASCONCELOS, 2021), uma vez que as Igrejas Cristãs e uma série de agências voluntárias religiosas de natureza católica e protestante constituem quase que a totalidade dos membros não estatais engajados nas políticas públicas destinadas aos venezuelanos deslocados para Roraima.

Conclui-se com base nos resultados apresentados ao longo desta pesquisa que as instituições religiosas materializam uma construção social *ímpar* para os migrantes e refugiados venezuelanos deslocados para Roraima, a qual vai além do alento dos sentidos cosmológicos da religiosidade, materializando-se pela consolidação de ações humanitárias e de uma rede interinstitucional de trabalho dentro da agenda pública da Operação Acolhida, conjuntamente com organismos internacionais especializados da ONU, outras instituições da sociedade civil, bem como com os entes e instituições estatais.

REFERÊNCIAS

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. "A amostragem em *snowball* (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração". **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, vol. 22, n. 1, 2021.

CASANOVA, J. **Public religions of the modern world**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CBB – Convenção Batista Brasileira. "Saiu na mídia - Missão Brasil Venezuela na Band Roraima". **CBB** [2020]. Disponível em: <http://convencaobatistabrasileira.com.br>. Acesso em: 25/04/2022.

GIRARDI, P. "Projeto 'Mexendo a panela' completa 4 anos alimentando imigrantes". **Folha de Boa Vista** [24/06/2019]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 25/04/2022.

LEVITT, P. "Redefining the Boundaries of Belonging: The Institutional Character of Transnational Religious Life". **Sociology of Religion**, vol. 65, n. 1, 2004.

MISSÕES NACIONAIS. "Missão Brasil Venezuela: 365 dias amparando os refugiados". **Missões Nacionais** [07/05/2019]. Disponível em: <https://missoesnacionais.org.br>. Acesso em: 25/04/2022.

NAWYN, S. J. "Faithfully Providing Refuge: The Role of Religious Organizations in Refugee Assistance and Advocacy". **UC San Diego Working Papers**, n. 115, April, 2005.

OPERAÇÃO ACOLHIDA. "O Mexendo a Panela surgiu em 2015, como iniciativa do Padre Revislande Araújo". **Youtube da Operação Acolhida** [01/04/2022]. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 25/04/2022.

PEREIRA, C. J. **Webjornalismo nos Principais Sites Jornalísticos Brasileiros**. Estudo de Gêneros e Formatos. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

RODRIGUES, S. "Solidariedade II". **Folha de Boa Vista** [15/01/2019]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 25/04/2022.

SEIXAS, L. "Teorias de jornalismo para gêneros jornalísticos". **Revista Galaxia**, n. 25, junho, 2013.

SENHORAS, E. M.; GOMES, M. L. "Covid-19 nos municípios de Roraima". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 9, 2020.

STEPICK, A.; REY, T.; MAHLER, S. J. **Churches and charity in the immigrant city**: Religion, Immigration, and Civic Engagement in Miami. New Brunswick: Rutgers University Press, 2009.

VASCONCELOS, I. S. **"Desejáveis" e "indesejáveis"**: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas (Tese de Doutorado em Antropologia Social). São Carlos: UFScar, 2021.

VIVA CIDADANIA. "Projeto Mexendo a Panela alimenta pessoas carentes em Boa Vista (RR)". **Instituto Viva Cidadania** [14/07/2020]. Disponível em: <https://www.vivacidadania.org.br>. Acesso em: 14/07/2020.

WENDLING, K. C. S.; NASCIMENTO, F. L.; SENHORAS, E. M.

CAPÍTULO 5

Operação Acolhida e o Padrão de Mobilidade da Interiorização de Migrantes Venezuelanos em Território Brasileiro (2018–2020)

OPERAÇÃO ACOLHIDA E O PADRÃO DE MOBILIDADE DA INTERIORIZAÇÃO DE MIGRANTES VENEZUELANOS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO (2018-2020)

Lídia Pinheiro de Matos

Marimar dos Santos Lima

Elói Martins Senhoras

A Venezuela desde 2010 vem passando por um ciclo recorrente de uma crise econômica e política, culminando no intenso fluxo migratório venezuelano de maneira multilateral, cujo perfil segue o padrão Sul/Norte e Sul/Sul. A recorrente crise se fundamenta primeiramente no comprometimento da condição de governabilidade do atual governo, o crescente isolamento internacional; como também na crescente deterioração da condição econômica e concomitantemente, no aprofundamento e a generalização da crise social como os elevados indicadores de criminalidade e violência.

Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2021), cerca de 262,5 mil migrantes e refugiados da Venezuela vivem no Brasil, a quinta maior nação anfitriã destes cidadãos na América Latina. Entre janeiro de 2017 e agosto de 2020, o Brasil acolheu 609.049 venezuelanos e viu partir 345.574, depois do fluxo disparar 922% no biênio anterior, esses dados refletem o intenso padrão migratório de venezuelanos no país, o que de certa forma leva ao mesmo a reorganizar a agenda migratória no sentido de recepção e acolhimento aos migrantes e refugiados venezuelanos.

As dificuldades, tanto sociais, quanto econômicas que a Venezuela enfrenta no âmbito interno causam implicações para todo

o continente, e, especialmente, para países que compartilham fronteira com essa nação. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), foi reconhecido que "Aproximadamente 2,3 milhões de pessoas haviam abandonado o país até 1º de julho – cerca de sete por cento da população total (...) Esta é uma corrente migratória que se acelera" (ONU, 2018).

Partindo desta discussão, o objetivo geral deste capítulo é caracterizar os fluxos migratórios em Roraima oriundos da Venezuela e mapear a mobilidade do migrante venezuelano no contexto da "Operação Acolhida", baseando-se em dados do período de 2018 a 2020. Dessa forma, ressalta-se que a crise migratória venezuelana ocorreu no desenrolar da crise político-econômica na Venezuela, impulsionando tais deslocamentos migratórios pelo mundo.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa caracterizam-se por um estudo exploratório-explicativo-descritivo quantos aos fins, e por uma análise quali-quantitativa quanto aos meios, utilizando-se de um método dedutivo. Dessa forma, os procedimentos de levantamento de dados estão fundamentados em revisão bibliográfica e documental e a análise de dados estruturada com base na interpretação da hermenêutica geográfica e análise geoespacial.

Na primeira seção, "A intensificação da migração venezuelana no Brasil", é contextualizado o modelo de gerenciamento dos fluxos migratórios venezuelanos no Brasil a partir das estratégias de interiorização, essas que delineiam a espacialização e o padrão de mobilidade da migração venezuelana pelo território brasileiro, assim como as implicações políticas, sociais e econômicas de tais deslocamentos às regiões de interiorização.

Por fim, as últimas considerações são trazidas à guisa de conclusão de modo a apresentar uma síntese dos principais conceitos, debates e análises relacionados à temática de migração que perpassam o campo geográfico e permeiam as mais diversas ciências. Cabe ainda destacar que o estudo vem a corroborar com eventuais sugestões de melhoria para os *policymakers* de instituições envolvidas direta ou indiretamente com a tônica migratória, assim como a elaboração de outras pesquisas que tomam como referência o presente estudo.

A INTENSIFICAÇÃO DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL

A crescente importância das migrações internacionais no cenário mundial tem sido objeto de um número expressivo de contribuições importantes, de caráter teórico e material, que atestam para sua multiplicidade, seus significados e suas inferências. Parte significativa desse conjunto de contribuições se volta à reflexão das grandes transformações econômicas, sociais, políticas, demográficas e culturais em andamento no âmbito internacional. Como eixo de reflexão, situam-se as mudanças advindas do processo de reestruturação da produção, o que implica novas modalidades de mobilidade do capital e da população em diferentes partes do mundo.

Em uma linha de pensamento que enfoca a migração internacional contemporânea na perspectiva de considerar o fenômeno pelo conjunto de variáveis relevantes no processo de integração global, é frequentemente causa e efeito de várias formas de conflitos e não um fenômeno isolado. A historicidade é elemento integrante do entendimento do que se passa no mundo contemporâneo; a migração internacional não é uma invenção do século XX ou da modernidade; tem sido parte da história da

humanidade nos últimos tempos, embora tenha aumentado em volume e significância desde 1945 e, mais particularmente, desde meados dos anos 1980.

O fluxo migratório entre Brasil e Venezuela sempre existiu, principalmente em razão de fatores econômicos e comerciais, contudo, mais recentemente este padrão foi se intensificando, estribado pela crise político-econômica que o país venezuelano enfrenta. Em meados de 2015, durante o governo de Nicolás Maduro, se inicia timidamente a imigração de venezuelanos no Brasil, impulsionada pela crise econômica, falta de suprimentos básicos e extrema desvalorização da moeda daquele país. Todavia faz-se necessário a reflexão de como os países que recebem estes imigrantes realizaram este acolhimento, onde podemos observar:

> O intenso fluxo de venezuelanos, não só para o Brasil, mas também para outros países latino-americanos, é um dos elementos mais marcantes e concretos da crise na Venezuela, sobretudo porque exige reflexão sobre como lidar com essa situação por parte dos países receptores (JAROCHINSKI, 2019, p. 356).

Em relação ao Brasil, com o agravamento da crise venezuelana, o país vizinho passou a receber, desde 2015, um contingente inédito de pessoas da Venezuela. Desde então, o fluxo vem aumentando e atingiu seus números mais significativos em 2017. A maioria dos venezuelanos entraram no território brasileiro pela fronteira entre os dois países, no norte do Brasil. Trata-se de uma área de baixa densidade populacional, com serviços públicos de má qualidade, com dificuldades de integração com o resto do território nacional, e longe de capitais brasileiras e venezuelanas. É importante notar que do lado Brasil, não há escolha de caminhos que levem ao centro político e ao economicamente mais afluentes do

país, o que torna as alternativas de transporte para sair da região fronteiriça caras e com oferta abaixo das necessidades (JAROCHINSKI, 2019).

A crise política (instabilidade governamental) e econômica (altos níveis inflacionários, desequilíbrios macroeconômicos e microeconômicos) instaurada na Venezuela, implica diretamente em processos sociais, contribuindo para cenários de crise generalizada no país. A situação de crise na Venezuela se dá pela conjugação de fatores de natureza política e econômica os quais contribuem para o agravamento da crise social que vem se acentuando de forma gradativa no país, estimulando a intensificação de fluxos migratórios de venezuelanos para países da América Latina assim como da Europa.

De acordo com Senhoras (2019), a crise migratória venezuelana é dividida em dois períodos, 2010 e 2017, mas teve seu processo de intensificação principalmente nos anos de 2017 em razão da crise do petróleo (principal produto do país) e altos processos inflacionários que desencadearam cenários de crise de maneira multilateral, afetando principalmente a sociedade. Algumas tentativas através de ajuda humanitária e embargos econômicos unilaterais foram realizadas, porém, sem êxito. Em decorrência da crise, os fluxos migratórios venezuelanos vieram a ocorrer de forma gradativa, manifestados em forma de refúgio, migração forçada ou espontânea cujo processo de caracterização e perfilamento ocorrem segundo padrões de mobilidade espacial a níveis internacionais ou regionais.

Segundo Gortázar (2018), a categorização da migração venezuelana é regida por parâmetros que tomam como referência o padrão Sul/Norte, quanto Sul/Sul, sendo utilizados como base para se compreender o padrão de mobilidade espacial de migrantes e refugiados venezuelanos. O padrão Sul/Norte está voltado para países como a Espanha, Portugal, Itália, Canadá e os Estados Unidos,

já o padrão Sul/Sul caminha em sentido a Colômbia, Peru, Argentina e o Brasil.

Nesse cenário de instabilidade, refugiados e migrantes venezuelanos cruzaram a fronteira por meio de rotas terrestres com destino a países da América Latina, a exemplo da Colômbia, Argentina e o Brasil, impondo ao Estado brasileiro a necessidade de diálogo entre as esferas de governo ao melhor gerir os fluxos migratórios por meio da elaboração de estratégias de acolhimento, interiorização e assistência social. Parte dos migrantes são indígenas pertencentes às etnias Warao e E'ñepá, distribuídos por várias cidades do estado, sobretudo com concentração acentuada em Pacaraima, cidade fronteiriça (OTERO; TORELLY; RODRIGUES, 2008).

Roraima por fazer fronteira com a Venezuela, se tornou uma das principais rotas terrestres para a entrada de milhares de migrantes e refugiados venezuelanos, que adentram no estado pela cidade de Pacaraima, tal fenômeno vem se intensificado, de modo a implicar nas mudanças socioespaciais dos municípios acolhedores. A intensa migração venezuelana para o país representou diversas problemáticas, uma vez que o mesmo não estava preparado para receber esse contingente populacional, revelando ainda as falhas de fiscalização do Governo brasileiro na região de fronteira resultando em migrações ilegais por meio das rotas alternativas.

A necessidade de gerenciar a migração venezuelana a partir da consolidação de estratégias de ordenamento da fronteira, oferta de acolhimento humanitário por meio dos abrigos, alimentação e outros serviços sociais foram implementados por meio da Operação Acolhida. O Estado brasileiro adotou como referência tal ferramenta de organização do fluxo migratório venezuelano principalmente em Roraima, inclusive por meio da interiorização dos migrantes, assim como adoção de políticas públicas de acolhimento ao migrante e

refugiado a partir da construção de abrigos temporários localizados na cidade de Pacaraima e Boa Vista.

A espacialização dos fluxos migratórios venezuelanos em Roraima ocorre de maneira diferenciada tanto nos 12 abrigos, sendo 2 localizados em Pacaraima e 10 em Boa Vista, quanto nos bairros dessas cidades acolhedoras. Segundo dados do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, os abrigos possuem espaços de lotações diferenciadas, alguns com a taxa de ocupação chegando a 100%, que abrigam 7.442 pessoas, entre indígenas, mulheres, idosos e crianças, os quais necessitam de atenções específicas, sendo a proteção a principal delas (ACNUR, 2022a).

Vale destacar que as implicações do fenômeno migratório ultrapassam as barreiras políticas e geográficas, o que de certa forma promove o estabelecimento de conexões entre atores políticos e sociais. Partindo dessas discussões, a reestruturação das ações e estratégias migratórias ou das políticas públicas pelos Estados Nacionais é realizada em função das constantes transformações das dinâmicas dos fluxos migratórios, o que gera nos mesmos a necessidade de organizar a agenda migratória.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Os recortes metodológicos da pesquisa são caracterizados quanto aos fins, por uma abordagem exploratória-descritiva-explicativa, e quanto aos meios, como quali-quantitativos, que utilizam como base o método dedutivo. Os procedimentos de levantamento de dados estão fundamentados em revisão bibliográfica e documental e os mecanismos de análise de dados em hermenêutica geográfica e análise geoespacial.

O perfil de dados se caracteriza tanto por dados primários levantados em documentos e estatísticas, seja do Governo Federal e de organizações internacionais envolvidas na Operação Acolhida, quanto por dados secundários levantados por meio de revisão bibliográfica consultada em artigos, livros e portais eletrônicos da internet.

Para a construção de mapas temáticos sobre o padrão de mobilidade de migrantes venezuelanos em território brasileiro, a mesma será realizada em ambiente SIG (Sistema de Informações Geográficas), através do software QGIS @3.22 (A Coruña), utilizando-se a base cartográfica vetorizada do IBGE para o Brasil.

OPERAÇÃO ACOLHIDA E O PADRÃO DE INTERIORIZAÇÃO DE MIGRANTES VENEZUELANOS (2018-2020)

No âmbito jurídico, em nível federal, foi mediante o Decreto n° 9.285/2018 que o governo brasileiro reconheceu a situação de vulnerabilidade, decorrente do fluxo migratório provocado pela crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Onde no mesmo ano, foi publicada a Lei n° 13.684/2018, pelo governo federal, e a Diretriz Ministerial n° 3/2018, pelo Ministério da Defesa (MD). A primeira norma define ações de assistência emergencial para migrantes (IPEA, 2021).

A segunda diretriz trata especificamente da mobilidade, uma vez que diz respeito à aprovação da inauguração da chamada "Operação Acolhida", que tem como objetivo geral prestar assistência humanitária aos migrantes e refugiados venezuelanos que chegam ao Brasil. A Operação está sob a responsabilidade da Marinha, do Exército e da Força Aérea Brasileira, em cooperação

com outras agências municipais, estaduais e federais, com o intuito de garantir a proteção dos migrantes, mediante apoio em áreas críticas, especificamente aquelas de política social, segurança e saúde.

Diante da crise migratória venezuelana, a Operação Acolhida surge caracterizada por duas vertentes, uma de acolhimento e outra de interiorização. No acolhimento, o exército brasileiro é responsável pela moradia, pela alimentação e a gestão, em parceria com as Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações Internacionais (OIs), por outro lado a interiorização tem o apoio da força aérea e também a participação das OIs, ONGs, no sentido de dinamizar a distribuição da migração venezuelana pelo território brasileiro.

Cabe destacar que quando se trata da questão migratória e a elaboração de políticas públicas de gerenciamento de fluxos migratórios, é importante considerar a experiência prévia do Brasil na crise dos haitianos em meados de 2010. Torna-se necessário analisar a partir do caso dos haitianos, como o Estado Brasileiro reordenou a política migratória e veio a construir a estrutura e logística de recebimento de venezuelanos.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) é um exemplo de cooperação dentro da estrutura de acolhimento aos migrantes e refugiados, pois é responsável pelo desenvolvimento operacional das interiorizações desde o processo de identificação do migrante até a distribuição do mesmo pelo território brasileiro. Quando se trata da inserção de migrantes a partir da interiorização, torna-se necessário compreender o padrão de distribuição da migração, de modo a efetivar a estruturação dos municípios acolhedores no sentido de políticas públicas por meio da oferta de serviços básicos, como saúde e emprego.

Os fluxos migratórios e seu padrão de mobilidade trazem desafios às agendas governamentais no sentido de adoção de ações e estratégias político-sociais, principalmente quando se trata da ajuda humanitária a grupos em situação de vulnerabilidade social. A crise migratória e sua repercussão multilateral, impôs ao Governo Brasileiro a necessidade de gerenciar a entrada de venezuelanos assim como sua interiorização pelo território.

Entre as estratégias adotadas pelo Governo Federal de gerenciamento dos fluxos migratórios venezuelanos está a interiorização, programa criado pelo mesmo para atender a demanda de migrantes em situação de vulnerabilidade social que vivem em Roraima e Amazonas. Posteriormente tal público pode ser direcionado para outras cidades do Brasil sem precisar pagar taxas, uma vez que o programa é estabelecido de maneira voluntária e acontece por meio de parcerias entre o Governo Federal, Nações Unidas e outras empresas e órgãos (ACNUR, 2022b).

Os fluxos migratórios venezuelanos no Brasil implicaram ao Estado Brasileiro a necessidade de reordenar a política migratória e as estratégias de acolhimento como também assistência social aos venezuelanos, uma vez que a intensificação da migração tende a interferir nas dinâmicas socioespaciais dos estados acolhedores. A Interiorização, que é uma das bases da Operação Acolhida, foi uma das ferramentas adotadas para gerenciar a crise migratória venezuelana e o padrão de mobilidade dos migrantes e refugiados.

A política de interiorização do Governo Federal é realizada por meio de parcerias entre outras esferas do poder público (estados e municípios), instituições filantrópicas e ONGs, e agências como o ACNUR e a OIM. Essa proposta visa a reorganizar o fluxo migratório venezuelano no país, desde a entrada, recepção e acolhimento desses indivíduos, contribuindo a posteriori para a espacialização dos mesmos pelas regiões brasileiras (OTERO, 2018).

O processo de interiorização é realizado de maneira voluntária e gratuita, de modo que o migrante ou refugiado é avaliado segundo alguns critérios, a exemplo do estado de saúde, regularização migratória e assinatura do termo de voluntariedade. Dessa forma, o migrante deve ser informado sobre mercado de trabalho, serviços de saúde e assistência social dos municípios acolhedores, de modo que o mesmo passe a ter mais oportunidades e melhores condições de vida frente a novas realidades (CARNEIRO, 2019).

A base de dados do Governo Federal é limitada, com baixo grau de transparência, de modo que a página eletrônica da Operação Acolhida fornece apenas dados parcializados e em recortes de notícias, sem propriamente existir uma organização de base estatística de dados, sendo assim a maior estrutura temporal disponibilizada pelos relatórios consultados da mesma foi estruturada em forma de mapa, a exemplo do Mapa 1. Cabe destacar que pela inexistência de um portal com estatísticas organizadas sobre a Operação Acolhida, tornou-se necessária a consulta em reportagens e notícias que são disponibilizadas no site governamental.

Tais deslocamentos de migrantes entre os estados fizeram com que o Governo Brasileiro ordenasse a fronteira por meio da adoção de estratégias que pudessem controlar a entrada de venezuelanos no país, criando postos de recepção e triagem, Posto de Atendimento Avançado (PAA), alojamentos e áreas de apoio em Paracaima, assim como em Boa Vista. Dessa forma, a população venezuelana passou a ser atendida de forma humanitária, por meio da assistência social, educacional, médica e também em âmbito jurídico.

A demanda por assistência social se intensificou no Brasil a partir da entrada de venezuelanos, sobretudo pelo padrão espacial da migração, cuja dinâmica de mobilidade se inicia pela região de

fronteira Brasil-Venezuela, a posteriori à capital Boa Vista e depois se direciona para Manaus. Cabe ressaltar que a interiorização permitiu que a espacialização fosse dinamizada no território brasileiro, desafogando a exemplo os sistemas de saúde e segurança pública dos municípios citados anteriormente.

Dentre outras ferramentas criadas pelo Estado Brasileiro se destacam o Comitê Federal de Assistência Emergencial, o Decreto n° 9.286, de 15 de fevereiro de 2018 e o Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018. Ambas medidas foram criadas com a finalidade de gerenciar a migração venezuelana no país, reconhecendo a situação de vulnerabilidade social e os migrantes enquanto sujeito de direitos (BRASIL 2022a).

O perfil de interiorização da migração venezuelana para o ano de 2018 (Mapa 1), é resultado da estratégia federal criada para dinamizar o padrão de mobilidade de migração no Brasil, integrando socioeconomicamente migrantes venezuelanos em outros municípios, desafogando assim os sistemas públicos do estado de Roraima. As instituições como o Subcomitê Federal de Interiorização, o ACNUR e OIM, atuam em parceria para melhor operacionalizar a migração venezuelana, garantindo aos indivíduos assistência social e efetivando a noção de direitos humanos.

Em 2018, os estados que mais receberam migrantes venezuelanos interiorizados foram São Paulo (788), Rio Grande do Sul (734) e Amazonas (630). Cabe destacar que os critérios de escolha para os estados acolhedores seguem protocolos econômicos e sociais capazes de atender a demanda de migrantes, além de ofertar trabalho e condições humanitárias de vida a esse público vulnerável, uma vez que o choque cultural e a adaptação são fatores que contribuem para que os mesmos deixem os locais para qual foram interiorizados (BRASIL 2022a).

As etapas de interiorização são permeadas por estratégias de integração de modo a privilegiar proteção aos migrantes e serviços básicos nos destinos para qual os mesmos foram interiorizados, ampliando o leque de oportunidades para uma nova vida, efetivadas pelo reconhecimento do migrante enquanto sujeito de direito e deveres.

A parceria entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, assim como de instituições sociais, ONGs e outros apesar de serem essenciais para a efetivação da integração dos migrantes e refugiados venezuelanos, têm se mostrado vagarosa e em números inexpressivos diante do volume e necessidade de interiorização. Deve-se considerar que, primeiramente, ainda existe a possibilidade de que nem todos vão conseguir adentrar em um abrigo, acrescentando significativamente a ansiedade daqueles que carecem de amparo, atravancando a interiorização (SENHORAS, 2021).

Em junho de 2019, com o reconhecimento da situação violação dos direitos humanos na Venezuela, medidas jurídicas foram tomadas para que houvesse a desburocratização da condição de refugiado aos venezuelanos, e assim facilitar a entrada dos mesmos no Brasil, o que totalizou a condição de refugiado a 37 mil venezuelanos. O reordenamento da entrada de migrantes pela fronteira efetivou a ampliação dos postos de recepção, nos quais órgãos públicos ficaram responsáveis por ofertar serviços de saúde, sociais e jurídicos ao público venezuelano recém-chegado ao país (BRASIL 2022c).

Dessa forma, os Núcleos Regionais de Interiorização (NURINs), atuam dando apoio para dinamizar o processo de interiorização de migrantes venezuelanos no Brasil, contando com o apoio da OIM, ACNUR e o Ministério da Defesa:

> Esses NURINs funcionam nas 12 regiões militares (Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Porto Alegre/RS, Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Salvador/BA, Recife/PE, Belém/PA, Campo Grande/MS, Fortaleza/CE, Brasília/DF e Manaus/AM) e os oficiais de ligação já foram indicados para comporem as equipes de apoio nesses territórios. As agências da ONU (OIM e ACNUR) já se disponibilizaram para apoiar a iniciativa com pessoal de apoio, bem como itens e equipamentos para suas equipes. Essas estruturas estão em fase piloto e a metodologia de trabalho será levada à apreciação pelo Comitê Federal (BRASIL, 2022c, p. 15).

Segundo dados da Operação Acolhida (2022d), em 2019 é possível perceber a evolução das interiorizações no Brasil, sendo setembro o mês de maiores deslocamentos de migrantes venezuelanos, assim um dos pontos considerados pelo Sub-Comitê Federal das Ações de Saúde foi o de elaborar ferramentas para fortalecer ações de vigilância em saúde em Roraima, principalmente em razão das doenças como o sarampo, varicela e início da pandemia da COVID-19 em dezembro (SENHORAS, 2020). Todas essas variáveis foram consideradas para que o Sistema de Saúde de Roraima fosse capaz de atender a população local e os migrantes na assistência de saúde, e assim dinamizar as estratégias de interiorização.

Segundo Brasil (2022c), no período que se estende de janeiro de 2018 até junho de 2020, são constatadas novas alterações no padrão de mobilidade das interiorizações de venezuelanos no Brasil, com maior número de estados receptores de migrantes interiorizados, exceto nos estados de Rondônia, Goiás e Espírito Santo. Sendo o estado de São Paulo, se caracterizando por ser o maior receptor de migrantes, contemplando 6541 interiorizações.

Em 2020, com o avanço da pandemia do Coronavírus e a crise migratória em alta, entre as estratégias iniciais do Governo Brasileiro para conter a crise migratória e a pandemia, foi criado o Plano Emergencial de Contingenciamento para a COVID-19, cuja a estrutura do PAA foi deslocada da cidade de Pacaraima para a capital do estado de Roraima, Boa Vista. Dessa forma o Plano Emergencial de Contingenciamento contempla:

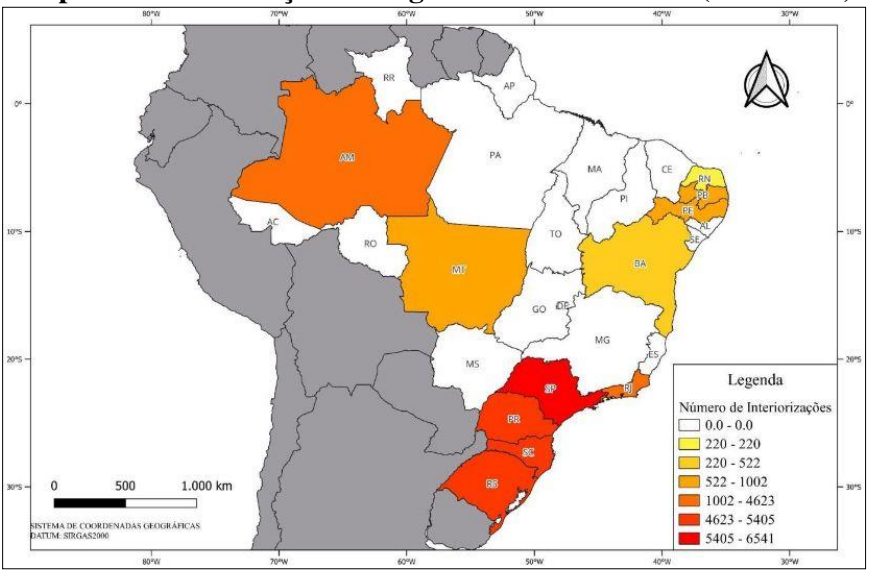
> Além dos protocolos de atuação, a instalação de uma Área de Proteção e Cuidados – APC, para tratamento de casos confirmados e isolamento sanitário de casos suspeitos, podendo ser expandida, gradativamente, até cerca de 1.025 leitos, de acordo com a alocação de meios por parte governamental. Atualmente está na terceira fase de expansão com total de 702 leitos. Foram firmados três Termos de Cooperação Técnica, os quais estabelecem cooperação entre os signatários para o estabelecimento, funcionamento e eventual expansão da Área de Proteção e Cuidados. Os três termos têm o mesmo objeto: estabelecer a mútua cooperação entre a União, por intermédio do Comitê Federal de Assistência Emergencial, o governo do estado de Roraima, Prefeitura de Boa Vista/RR e a Universidade Federal de Roraima – UFRR, com o objetivo de "ampliar a resposta médico-sanitária no Estado de Roraima no enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19 (Coronavírus)" (BRASIL, 2022d, p. 8-9).

A partir de março de 2020, considerando a Portaria nº 120/2020 que trata sobre a restrição estrangeira da Venezuela; as Portarias nº 204/2020, nº 255/2020, nº 319/2020 e nº 314/2020, que tratam da restrição de estrangeiros no Brasil, foram reduzidas as atividades na fronteira Brasil-Venezuela, principalmente pelo

problema de saúde pública ocasionado pelo Coronavírus, SARS-CoV-2 (SENHORAS, 2020).

Com as restrições sanitárias em razão da pandemia, houve a necessidade de reorganizar a locomoção dos migrantes, dessa forma, os Subcomitês Federais do Comitê Federal de Assistência Emergencial, realizaram reuniões semanais para monitorar a Operação Acolhida em razão dos impactos causados pela pandemia no âmbito da crise migratória venezuelana.

Mapa 1 - Interiorização de Migrantes Venezuelanos (2018-2020)



Fonte: Elaboração própria (2022). Base de dados: BRASIL (2022a); BRASIL (2022b); BRASIL (2022c).

Nota: Período da base de dados: 01/2018 a 12/2020.

É válido destacar que são encontrados alguns desafios a serem superados ao decorrer do processo de interiorização de migrantes, sendo o principal deles a xenofobia, além das

dificuldades de acesso a informações e serviços. A adaptação a um novo contexto sociocultural é uma das problemáticas no ato de migrar, pois é uma etapa gradual que se estende a cada etapa de integração local, seja pela busca de trabalho, serviços sociais, nos quais ainda persistem práticas de discriminação contra o migrante, seja ele venezuelano ou não.

Com base nos dados do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, de janeiro de 2017 a fevereiro de 2022, no Brasil deram entrada cerca de 702 mil venezuelanos, desses, cerca de 325.763 permaneceram no país e 376.459 se distribuíram por outras nações. No total, estão no Brasil 112.260 venezuelanos em residência temporária e 72.334 com autorização de residência por prazo indeterminado, números que produzem implicações econômicas, sociais e culturais nos estados acolhedores de migrantes (BRASIL, 2022d).

É possível perceber que a Operação Acolhida, apesar de ser um dos principais mecanismos de redistribuição logística dos fluxos migratórios venezuelanos, possui baixo impacto na efetiva interiorização humana em território nacional, haja vista que o número de interiorizações é considerado baixo frente ao volume de venezuelanos que ingressam no país. É importante considerar que a interiorização de migrantes e refugiados se dá pela parceria com as ONGs e outras agências, essas que sobretudo assumem grande parte na elaboração de políticas públicas voltadas para a questão migratória venezuelana.

Em relação aos dados de interiorização, conforme a Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela-R4V, foram interiorizados de abril de 2018 a março de 2022, cerca de 72.696 migrantes venezuelanos, distribuídos entre os municípios brasileiros conforme o Mapa 2. As modalidades de interiorização se classificam em saída de abrigos de RR para centros de acolhida e integração em outras cidades;

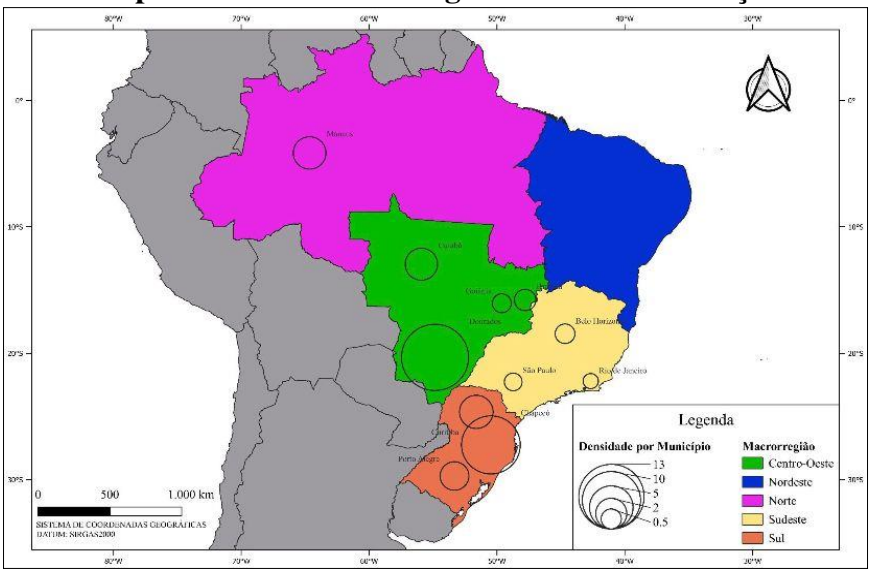
reunificação familiar; reunião social e vaga de emprego sinalizada (R4V, 2022).

Ao se analisar a densidade demográfica da interiorização por municípios brasileiros em uma contextualização por macrorregiões (Mapa 2), observa-se que a região Norte possui uma baixa recepção nos fluxos migratórios de interiorização, com a exceção do estado do Amazonas em função da proximidade de Manaus com a fronteira venezuelana e o próprio estado de Roraima, *hub* de entra dos fluxos imigratórios.

Há de se considerar que Manaus em comparação a São Paulo recebe um volume elevado de interiorizações humanas, uma vez que sendo um município menor em relação ao segundo em estrutura econômica, consegue receber mais migrantes e refugiados venezuelanos. Conforme os dados do Mapa 2, é possível analisar a densidade populacional da interiorização por municípios, e a partir disso compreender o posicionamento das macrorregiões na recepção dos fluxos. Há de se discutir por exemplo, se tais critérios se justificam por razões econômicas, geográficas e sociais, considerando inclusive a logística em torno do processo de interiorização.

A região Nordeste nem chega a figurar no quadro de densidade de interiorização entre os municípios com maior ranqueamento na interiorização venezuelana, mesmo possuindo dinâmicas econômicas e de logísticas aceitáveis para os parâmetros da Operação Acolhida. Recife, Fortaleza e Salvador, por exemplo, seriam capitais potencialmente atrativas do ponto de vista da redistribuição logística de fluxos migratórios venezuelanos no âmbito da Operação, porém não são destacadas quando se toma como referência a espacialização dos mesmos.

Mapa 2 - Densidade demográfica da interiorização



Município	Estado	N° Interiorizações	Estimativa populacional 2021	Densidade populacional
Manaus	AM	5.238	2.255.903	2,3
Curitiba	PR	4.924	1.963.726	2,5
São Paulo	SP	4.102	12.396.372	0,3
Dourados	MS	3.128	227.990	13,7
Chapecó	SC	2.324	227.587	10,2
Brasília	DF	1.915	3.094.325	0,6
Rio de Janeiro	RJ	1.605	6.775.561	0,2
Cuiabá	MT	1.400	623.614	2,2
Belo Horizonte	MG	1.169	2.530.701	0,5
Goiânia	GO	629	1.555.626	0,4
Porto Alegre	RS	2.382	1.492.530	1,6

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: BRASIL (2022a); BRASIL (2022b); BRASIL (2022c); R4V (2022); IBGE (2022).

Em relação à região Centro-Oeste, por sua vez há um destaque como destino da interiorização em função da relação direta com a expansão da fronteira da agropecuária tipicamente alicerçada no setor primário e terciário. Destaca-se por exemplo, as principais áreas de atração como Dourados, uma região de expansão da fronteira agroindustrial; Brasília, capital federal de onde partem as decisões político-econômicas e Cuiabá, onde predominam as atividades do setor terciário.

A região Sul está plenamente inserida quando se trata do alto volume de migrantes e refugiados concentrados, pois possui uma dinâmica atraente quando se observa a sua estrutura econômica diversificada que vai do agroindustrial, desde fronteiras agrícolas, até redes de serviços do setor terciário, assim como muitas cooperativas em amplo funcionamento e expansão.

No caso do município de Porto Alegre, as atividades econômicas se concentram e estão principalmente ligadas ao setor terciário, ainda que atividades ligadas à indústria alimentícia e comércio tenham sua parcela de representatividade na economia, tornando esta cidade atraente como receptora da mão de obra dos migrantes e refugiados. Chapecó, apesar de ser um município pequeno e possuir uma economia baseada no setor agroindustrial, recebe mais venezuelanos que o Rio de Janeiro, que é o segundo maior município em ternos populacionais e apresenta uma estrutura econômica atrativa do ponto de vista da Operação Acolhida.

Quando se analisa o padrão distributivo da população venezuelana por meio da interiorização, percebe-se que a região Sudeste detém maior potencial econômico como polo de atração nas cidades grandes e capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em função das maiores oportunidades de emprego em diversos setores, porém, conforme observado em termos absolutos e relativos, a região contribui abaixo do seu potencial, havendo destaque, inclusive para as cidades médias do interior paulista.

Apesar das grandes e médias cidades ocuparem destaque no recebimento de migrantes e refugiados, nota-se que São Paulo é apenas é o terceiro maior município no processo de acolhimento, se mostrando temeroso embora possua a maior dinâmica econômica do país. Isto posto, fica evidenciado o papel de relevância no atendimento aos migrantes pelas cidades médias e interioranas por conterem grande dinamização econômica.

No ranking dos municípios que mais receberem fluxos venezuelanos da Operação Acolhida, observa-se uma majoritária presença de capitais de estado brasileiras, tipicamente cidades grandes, com população acima de um milhão de habitantes e que possuem aeroportos facilitando a distribuição logística. Por sua vez, a participação de municípios interioranos, como Chapecó e Dourados, é característica para mostrar a relevância das cidades médias no processo de interiorização, justamente em localidades de expansão econômica por meio da fronteira agrícola e do adensamento dos setores de serviços e construção civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dupla crise econômica e política instaurada na Venezuela e seu processo de intensificação principalmente nos anos de 2016/2017 contribuiu para a intensificação de fluxos migratórios para o Brasil até o ano de 2020, uma vez que as fronteiras foram fechadas devido a pandemia do Coronavírus e embora elas tenham sido reabertas em 2022, o volume dos fluxos migratórios ainda não aumentaram e a tendência é que os mesmos voltem gradativamente a serem ampliados.

A sobrecarga dos serviços públicos em Roraima em razão do alto volume da migração venezuelana no estado, levou o Governo

Brasileiro a readequar a política migratória assim como ferramentas de gerenciamento da migração, seja pela construção de abrigos assim como a interiorização, objeto de estudo da pesquisa. Tal fluxo migratório tem modificado o cotidiano dos brasileiros que agora lidam com uma nova realidade na qual os venezuelanos agora fazem parte, os refugiados e migrantes que chegam tem lidado com choques culturais, linguísticos e sociais.

Para atender toda essa demanda, o Estado Brasileiro se viu responsável por criar políticas e diretrizes que respeitassem os Direitos Humanos dos migrantes e refugiados venezuelanos, e que amenizassem os problemas gerados pelo desenfreado aumento na demanda por serviços públicos, como educação e saúde que foram inflados pela enorme procura por venezuelanos. O processo de interiorização organizado por meio da Operação Acolhida, tem se tornado o principal mecanismo de distribuição de migrantes e refugiados pelo território brasileiro, de modo a minimizar os impactos gerados pelo intenso processo migratório em Roraima.

A Operação Acolhida foi imprescindível para o gerenciamento da crise, coordenando o ordenamento da fronteira, o processo de acolhimento, e conduzindo os migrantes à dinâmica da interiorização para diversas regiões do país. Todavia, vale mencionar que a mesma também apresenta pontos fracos como a falta de transparência e estruturação dos dados disponibilizados, o que torna a compreensão da temática migratória no contexto brasileiro de difícil entendimento e sistematização, sendo necessário buscar essas informações em outros meios como a mídia jornalística.

Ocorre que em sua maioria, o apoio aos migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil é realizado pelo ACNUR, ONGs, OIs, sociedade civil organizada e outras instituições onde o desenrolar das interiorizações perpassa o processo de recepção, acolhimento até a gestão temporária dos abrigos. Cabe destacar o auxílio de empresas privadas e participantes externos que se

solidarizam com a causa, e a participação direta das ONGs, que atualmente fazem a administração dos abrigos em Boa Vista.

Através das observações realizadas durante a pesquisa, aponta-se a necessidade de um estudo qualitativo dos resultados obtidos pela Operação Acolhida, salientando as deficiências e forças, assim como possíveis mudanças. Destaca-se ainda um levantamento a nível nacional para apresentar a atual situação dos migrantes, que foram contemplados pelo processo de interiorização, no sentido de identificar se o destino final ofereceu condições para que este se integrasse na sua nova habitação.

Com base nessas discussões, o presente capítulo aponta sugestões a outros pesquisadores comprometidos com a temática e que venham a tomar o presente trabalho como referência, de modo que se aponta um frutífero espaço para a realização de trabalhos de campo dentro dos abrigos em parceria com as ONGs, OIS, a fim de melhor compreender o perfil desses migrantes e refugiados, público alvo da interiorização, bem como dos profissionais e instituições envolvidas.

A segunda sugestão é para os *policymakers* do Governo Federal, indicando a urgente necessidade para se organizar e publicizar de modo transparente e amplamente acessível os dados da Operação Acolhida, muito diferentemente do que vem acontecendo por meio da divulgação descontinuada por meio de notícias, sem qualquer base de dados estruturada, impossibilitando assim trabalhos sérios e profundos que possam implicar em melhorias na Operação.

Conclui-se com base nessas discussões que a crise migratória na Venezuela tem sua gênese na problemática econômica e social, e a partir dos últimos anos ocorreu um aumento nos fluxos migratórios para Roraima e o Brasil como um todo. Esse aumento gerou no governo brasileiro a necessidade de intervenção por meio do Acordo

de Cooperação Técnica, instalado pela parceria entre o Ministério de Desenvolvimento Social, ACNUR, ONGs, OIs, representantes da sociedade civil e outros, tornando a Operação Acolhida no principal mecanismo de redistribuição dos fluxos humanos no território brasileiro, mesmo com baixo volume de interiorizações no contexto maior do universo de migrantes e refugiados.

REFERÊNCIAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. "Abrigos para Refugiados e Migrantes". **ACNUR** [2022a]. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 14/02/2022.

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. "Programa de Interiorização de Migrantes Venezuelanos". **ACNUR** [2022b]. Disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil>. Acesso em: 14/02/2022.

BRASIL. Operação Acolhida. "1° relatório geral da Operação Acolhida". **Operação Acolhida** [2022a]. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/>. Acesso em: 02/02/2022.

BRASIL. Operação Acolhida. "2° relatório geral da Operação Acolhida". **Operação Acolhida** [2022b]. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil>. Acesso em: 02/02/2022.

BRASIL. Operação Acolhida. "3° relatório geral da Operação Acolhida". **Operação Acolhida** [2022c]. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil>. Acesso em: 02/02/2022.

BRASIL. Operação Acolhida. "4° relatório geral da Operação Acolhida". **Operação Acolhida** [2022d]. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil>. Acesso em: 02/02/2022.

BRASIL. Operação Acolhida. "Movimentos migratórios venezuelanos". **Operação Acolhida** [2022e]. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil>. Acesso em: 02/02/2022.

CARNEIRO, L. M. S. V. "Interiorização dos Refugiados Venezuelanos no Brasil". **Cadernos de Relações Internacionais**, vol. 2, 2019.

GORTÁZAR, N. G. "Êxodo venezuelano: Onde estão esses 7% de venezuelanos forçados a fugir?". **El País** [2018]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>. Acesso em: 10/02/2022.

HEVILLA, C.; ZUSMAN, P. "Diez años de estudios de fronteras em los coloquios internacionales de Geocrítica". **Scripta Nova**, vol. XII, n. 270, 2008.

IBGE. "Estimativa populacional". **IBGE** [2022]. Disponível em: https:<https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25/04/22.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. "**Migração Venezuelana - Roraima: Evolução, Impactos e perspectivas**". Ministério do Desenvolvimento Regional, 2021. Disponível em: <https://http://repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em: 01/05/2022.

JARDIM, D. F. "Imigrantes ou Refugiados? As Tecnologias de Governamentalidade e o Êxodo Palestino rumo ao Brasil no século XX". **Horizontes Antropológicos**, n. 46, 2016.

MPT - Ministério Público do Trabalho. **Nota Técnica, n. 1, de 2 de abril de 2018**. Política Pública de interiorização de migrantes

venezuelanos. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2018. Disponível em: <https://http://repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em: 03/10/2021.

OTERO, G.; TORELLY, M.; RODRIGUES, Y. "A atuação da Organização Internacional para as Migrações no Apoio à Gestão do Fluxo Migratório Venezuelano no Brasil". *In:* BAENINGER, R. *et al.* (org). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018.

PEDROSO, C. S.; SILVA, J. C. J. "Los impactos de la crisis venezolana en las relaciones con Brasil: diagnóstico y perspectivas en un contexto de cambios". *In*: BUELVAS, E. P.; GEHRING, H. [orgs.]. **La crisis venezolana**: impactos y desafíos, vol. 1. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, 2019.

PÓVOA NETO, H. "O erguimento de barreiras à migração e a diferenciação dos 'Direitos à Mobilidade'". **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 16, n. 31, 2008.

R4V. "Situação dos Refugiados e Migrantes Venezuelanos no Brasil". **R4V** [2022]. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/brazil>. Acesso em: 10/02/2022.

R4V. "Painel de interiorização de migrantes venezuelanos". **R4V** [2022]. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/brazil>. Acesso em: 10/02/2022.

REACH - Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals. **Panorama Humanitário**. Migrantes e Solicitantes de Refúgio fora dos abrigos, Manaus – AM. Brasil: REACH, 2018.

REIS, R. R. "Refugiados Diante da Nova Ordem Mundial". **Tempo Social**, vol. 18, n. 2198, 2006.

SASAKI, E. M; ASSIS, G. O. "Teorias das Migrações Internacionais". **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: APEP, 2000.

SENHORAS, E. M. **Migração venezuelana no Brasil e em Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2022.

SENHORAS, E, M; ZOUEIN, M. E. **Prismas da COVID-19:do Estado de Roraima à Capital Boa Vista**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

SENHORAS, E. M. "Venezuela em rota de colisão: da estabilidade à crise". **Jornal Roraima em Foco** [01/04/2019]. Disponível em: <https://roraimaemfoco.com>. Acesso em: 12/02/2022.

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. "Fluxo de migrantes venezuelanos no Brasil cresceu mais de 900% em dois anos". **UNODC** [2022]. Disponível em: <https://www.unodc.org/>. Acesso em: 20/04/2022.

VAZ, A. C. "A crise venezuelana como fator de instabilidade regional". **Análise Estratégica**, vol. 3, n. 3, 2017.

CAPÍTULO 6

Os Aspectos da Migração Laboral Venezuelana em Roraima: A Fronteira entre o Formal e o Informal

OS ASPECTOS DA MIGRAÇÃO LABORAL VENEZUELANA EM RORAIMA: A FRONTEIRA ENTRE O FORMAL E O INFORMAL

Max André de Araújo Ferreira

Manoela Jaqueira

A presente pesquisa buscará trazer a discussão sobre o processo migratório que ocorre atualmente no norte do Brasil, mais precisamente, no estado de Roraima. O local possui divisas com a Venezuela, na cidade de Pacaraima/RR. As boas condições de tráfego de rodovias federais e a dinâmica de fronteira que a localidade proporciona, garantem o acesso facilitado aos nacionais venezuelanos que migram para a região em busca de melhores condições de vida e trabalho.

É neste contexto, que se dará o objetivo do estudo, em analisar a migração venezuelana no aspecto laboral, partindo dos elementos da fronteira do formal/informal, do legal/ilegal, da inclusão/exclusão da gramática normativa de direitos humanos. Com isso, a pergunta que norteará a pesquisa, é compreendida como sendo: quais os aspectos da migração laboral em Roraima?

Desse modo a presente texto justifica-se por apresentar os cenários onde as fronteiras do legal/ilegal, do trabalho formal/informal e do reconhecimento ou exclusão do trabalhador migrante venezuelano nas políticas migratórias, atendendo a demanda do recente processo migratório advindos da Venezuela, resultado do acirramento da crise econômica, política e social.

Para tanto, serão obedecidos os seguintes procedimentos metodológicos: quanto a sua natureza: pesquisa qualitativa, quanto

aos fins: pesquisa descritiva e quanto aos meios é documental e bibliográfica. Documental por analisar documentos referentes ao quantitativo de emissão de Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Na formulação dos quadros, usou-se a média aritmética das CTPS emitidas, admissão e demissão de trabalhadores, bem como o ingresso de migrantes venezuelanos no território.

As seções desdobram-se em dois momentos distintos, no primeiro buscará apresentar o panorama teórico/normativo da migração laboral em seus aspectos conceituais e contextuais. No segundo momento, será realizada uma análise documental acerca da emissão de CTPS, no quantitativo de entrada de migrantes venezuelanos em Roraima e a como o mercado de trabalho absorve estes trabalhadores.

CONCEITO E SUBJETIVIDADE DO MIGRANTE LABORAL: A CATEGORIZAÇÃO E O RECONHECIMENTO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

No que concerne às migrações, estes processos de mobilidade sempre estiveram presentes na história do homem e demais seres que, voluntária ou involuntariamente, diante de situações de perigo, escassez e, em certo ponto, insatisfação, são motivados (ou obrigados) a deslocarem-se de suas moradas em busca de ambientes que lhes proporcionem melhores condições de desenvolvimento próspero.

Todavia, percebe-se que, atualmente, a mobilidade humana de indivíduos/grupos tem se tornado assunto de importantes debates, dado aumento significativo desses movimentos, que acabam por gerar impactos sociais, culturais, econômicos e políticos nos países

que recebem esse fluxo de pessoas – essa importância é fundamentada no papel que a migração tem tomado nas agendas dos Estados (BAENINGER, 2014).

Desse modo, tais elementos, quando aliada às observações sobre os efeitos da globalização nas (macros) e (micros) esferas sociais, acabam por influenciar na compreensão das mudanças na sociedade internacional (MARINUCCI; MILESI, 2019, p. 3). Os autores percebem que a variante fundamental para o deslocamento de determinados grupos sociais, pode se dar por questões econômicas.

A Organização Internacional de Migração (OIM), em seu relatório sobre migrações de 2018 "*World Migration Report 2018*", conceitua migrante internacional como qualquer pessoa que tenha mudado do seu país habitual de residência. No entanto, ao realizar a pesquisa, a OIM ressalta que cada país adota uma metodologia diferente sobre o conceito de migração de curto e longo prazo, pois muitos países não realizam esta distinção, o que dificultaria uma análise comparativa adequada.

Conforme os dados da OIM, globalmente, cerca de 272 milhões de pessoas vivem fora de seus países de origem em 2019, entre estes, 52% dos migrantes internacionais são homens e 48% são mulheres, ainda, deste total, 74% são pessoas em idade laboral. Esses dados demonstram que a maioria dos migrantes internacionais são homens em idades de inserção para o trabalho.

Ainda neste sentido, por volta de 141 milhões vivem na Europa e na América do Norte. O informativo da OIM de 2020, indicou que a população de refugiados em 2018 foi de 25,9 milhões de pessoas e 52% desta população de refugiados são menores de 18 anos (OIM, 2020). O continente europeu continua sendo o maior receptor de migrantes e outro dado relevante é o número de crianças e adolescentes refugiadas.

No contexto regional, a América Latina e Caribe receberam 4% da migração global – os primeiros colocados são Europa e Ásia com quase 61% do total da migração mundial, seguido da América do Norte, com 22% (MCAULIFFE, 2018). Em relação aos processos latino-americanos, a pesquisa indicou que 70% dos movimentos migratórios são inter-regionais, migração sul-sul.

Inserido ainda nessa dinâmica, percebe-se que houve uma inversão no número de migrantes europeus para a região e, em 2019, foram contabilizados cerca de 800 mil europeus vivendo na América do Sul, provenientes de países como Espanha, Portugal e Itália (OIM, 2020). Neste sentido, os dois primeiros possuem um longo histórico de processos migratórios desde o período de colonização do território sul-americano.

O Relatório da OIM ainda indica que o Brasil, quando comparado em relação a demais países da América do Sul, é o 3º país que mais recebe fluxo migratório, cerca de 713 mil migrantes, atrás apenas da Venezuela (1,4 milhões de migrantes) e Argentina (2,1 milhões de migrantes). Todavia, a representatividade no território brasileiro é de 0,3% de todos os habitantes, o que não indica uma grande proporção em razão da população (OIM, 2018).

Ante esses dados, observa-se o aumento de migrantes no mundo, principalmente, pela migração sul-sul, a migração inter-regional em países do sul global e, ainda, o crescimento da população migrante europeia que busca países do hemisfério sul, principalmente, em relação aos migrantes do sul global para a Europa (norte). Portanto, cabe enfatizar a importância do continente para o fenômeno migratório no mundo.

No entanto, é possível tomar esse relatório como base para um parâmetro geral com a ressalva de não ignorar que esses dados advêm da migração regular, ou seja, o número de migrantes no mundo pode ser muito maior, se considerado os migrantes em

situação de irregularidade que não se enquadram nos padrões estatísticos e, por consequência, acabam por não serem contabilizados nos dados apresentados pela OIM (OIM, 2020). Isso significa que estes migrantes não-documentados estão invisibilizados inclusive para as organizações internacionais como a OIM.

Ainda, outra observação relevante é considerar as novas configurações de situações socioeconômicas e crises políticas nos países, como é o caso da Venezuela, que em 2018, contava com mais de 3 milhões de venezuelanos deslocados em diversas partes do mundo, e em 2019 este número aumentou para 4 milhões de venezuelanos. Destes a maioria se deslocou para os países vizinhos como Colômbia, Peru, Equador, Argentina, Chile e Brasil.

Conforme o ACNUR (Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados), a partir dos dados divulgados pelo relatório anual *Global Trends 2019* o número de pessoas fugindo de conflitos, guerras e perseguições são de 79,5 milhões em 2019, estas pessoas estão em situação de deslocamento forçado, e o número de migrantes que são consideradas deslocadas internas é de 45,7 milhões.

Outro dado importante que o ACNUR traz é referente ao número de refugiados no mundo: no final de 2019, a população de refugiados atingiu o número de 26 milhões de pessoas, sendo que o país que em 2018 com o maior quantitativo foi a Síria (cerca de 889.400 pessoas). Assim, o total de sírios refugiados constitui cerca de 6,7 milhões sendo considerado o maior grupo de refugiados do mundo (UNHCR, 2019).

Em 2018, com o agravamento da questão de refúgio no mundo, o número de pessoas que aguardavam uma decisão sobre

refúgio, chegou aos 3,5 milhões de solicitantes[3] (UNHCR, 2019). Aliado a crise síria causada pela guerra civil, outro fator que impulsionou esse número de solicitante de refúgio, foi o acirramento da crise política, econômica e social na Venezuela.

Em relação aos números do fluxo migratório no Brasil, o relatório do CONARE em parceria com o OBmigra: "Refúgio em Números", aponta que, entre 2011 e 2019 o Brasil reconheceu 89,8% do total de pessoas refugiadas. Até o final de 2019, o país recebeu o número de 82.520 pedidos de refúgio e reconheceu um total de 31.966 refugiados de diversas nacionalidades, sendo venezuelanos, haitianos e cubanos as três nacionalidades com mais incidência de pedidos de Refúgio no Brasil (OBMIGRA, 2019).

No que se refere aos dados de migração em geral, visto residência e trabalho, segundo o "Relatório anual 2017 — A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro", elaborado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBmigra) em 2016, foram concedidas 1.360 autorizações de trabalho permanente, e 27.298 autorizações de temporário — estas são concedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Coordenação Geral de Imigração (CGIg) e o Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

Dentro desse âmago, cabe expor que, no ano de 2016, entraram 34.311 migrantes com visto de permanência, 57.346 com visto temporário, 6 com visto provisório e 2.366 com o visto de fronteiriço, totalizando 94.133 migrantes de entrada regular no

[3] Os solicitantes de refúgio são pessoas que requerem às autoridades competentes para serem reconhecidas como refugiado, mas ainda não tiveram seus pedidos avaliados de forma definitiva pelos sistemas domésticos de proteção e refúgio. Os solicitantes de refúgio são oriundos de diversas regiões do mundo, o ACNUR lista alguns países de origem dos solicitantes de refúgio com maior incidência na Alemanha, EUA, Itália e Turquia, países com maior número de pedidos de refúgio. Assim, os países de origem das pessoas que solicitam refúgio são Síria, Afeganistão, Iraque, Irã, Eritreia, Albânia, Paquistão, México, El Salvador, Nigérias, Gâmbia, Senegal, Costa do Marfim, Sudão, Haiti, República Democrática do Congo e outros países (ACNUR, 2018).

Brasil, sendo que, na categoria migrante (compreende visto provisório e permanente), às três nacionalidades com maior fluxo são: haitianos, bolivianos e argentinos; na categoria de temporários, por outro lado, teve-se maior fluxo de norte-americanos, filipinos e alemães. Por fim, os três maiores números de fronteiriços pertencem ao Uruguai, ao Paraguai e à Argentina (OBMIGRA, 2019).

Importante ressaltar que estes dados contém uma estatística do número de migrantes e fronteiriços regularizados no Brasil, sendo que os migrantes não-documentados não são contabilizados, o que requer uma problematização, buscando não naturalizar os dados obtidos e não desconsiderar os irregulares, observando que esses números podem ser maiores, além de apresentar um contexto de maior vulnerabilidade.

Ao mesmo tempo, no Brasil, observa-se que estes dados são apresentados por categorias e, tendo em vista que cada migração apresenta uma peculiaridade, faz-se necessário revisitar os termos e conceitos destes migrantes. A OIM, a partir do "Glossário sobre Migração" do ano de 2006, comenta que, para o contexto internacional, não existe uma definição universalmente aceita, mas se trata de um termo genérico que abrange todos os casos que envolvem a decisão de migrar.

O termo "migrar" é tido como um ato livre que envolve as razões de convencimento pessoal, sem fatores externos que obriguem esse processo. Resumidamente, ele corresponde às pessoas e seus familiares que se deslocam à outra região visando melhorar suas condições de vida, sendo "imigração" o processo pelo qual os nacionais ingressam a um país com o fim de se estabelecer (OIM, 2006).

Além da categoria/dimensão macro de migração, existem outros conceitos mais especializados: a "migração facilitada" que envolve a regular sendo estimulada pela região de destino por

diversos motivos, como a necessidade de força de trabalho especializada. Dentro desta categoria, encontra-se o "migrante qualificado", o trabalhador cujas competências profissionais propiciam um tratamento diferenciado na admissão do país de destino — neste caso, a própria OIM considera que este migrante qualificado está menos vulnerável às restrições de normas migratórias, à exploração de sua força de trabalho e à limitação da proteção dos direitos humanos.

Já a "migração forçada" é um termo geral que se utiliza para descrever o movimento de pessoas a partir da coação, incluindo ameaças à vida e sua subsistência (causas naturais ou humanas) (OIM, 2006) e, dentro dessa categoria de migrantes forçados, existem outras importantes, como refugiados, solicitantes de refúgio e deslocados internos.

Assim, conforme o ACNUR, os Refugiados são pessoas que estão fora do seu Estado de origem por "fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados" (ACNUR, 2018).

Ademais, outra categoria que se destaca a partir do termo refugiados é a dos solicitantes de Refúgio, pessoas que solicitam, às autoridades competentes, o reconhecimento do status refugiados, porém seus pedidos ainda pendem de avaliação definitiva pelo sistema nacional de proteção e refúgio. Por fim, o ACNUR destaca outra categoria, os deslocados internos: pessoas que se deslocam dentro de seu próprio Estado, motivados pelas mesmas causas dos refugiados, mas não "atravessam a fronteira internacional para buscar proteção" (ibidem).

Já o "migrante econômico" é a pessoa que deixa seu local de residência ou domicílio habitual em busca de melhores condições de

vida em um país distinto do país de sua origem, ressalta-se que a própria OIM destaca a diferença do refugiado para o migrante econômico. O primeiro se destaca por incluir a perseguição e violação massiva aos direitos humanos (OIM, 2006). O segundo, por mais que as condições socioeconômicas sejam consideradas fatores de expulsão violenta de pessoas de seus países e estejam atreladas às violações de direitos humanos, não se enquadram na condição especial de Refugiado.

A Carta de Genebra de 1951, também chamada Carta dos Direitos dos Refugiados, regulamenta a situação jurídica dos refugiados, conceitua o termo Refugiado e determina que sua norma se aplique:

> [...] em decorrência dos acontecimentos ocorridos na Europa antes de 1º de janeiro de 1951 e devido a temores fundados de ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, ou por pertencer a determinado grupo social ou opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, devido a tais temores, não queira recorrer à proteção de tal país; ou que, carecendo de nacionalidade e se achando, em consequência de tais acontecimentos, fora do país onde antes tinha sua residência habitual, não possa ou, devido a tais temores, não queira regressar a ele. (ONU, 1954).

A definição trazida pela Carta dos Direitos dos Refugiados cunha o conceito jurídico de refugiado com base na proteção dos direitos humanos, apresenta como elemento subjetivo o fundado temor de perseguição e considera as condições existentes no país de origem do solicitante de refúgio como o elemento objetivo para análise dos Estados, de modo a conceder refúgio ao indivíduo solicitante.

Importante destacar que essa primeira definição da Convenção de 1951 apresentava alguns limites espaciais – "acontecimentos ocorridos na Europa"; temporais – "antes de 1.º de janeiro de 1951"; e de viés político-ideológico – contexto da guerra fria (CUNHA, 2007, p. 10). Já em 1969, a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA), ampliou o conceito de Refugiado e a proteção internacional também às pessoas que cruzam as fronteiras nacionais em razões específicas citadas na referida norma.

Outro documento que busca expandir o conceito de refugiados e considerá-lo em um contexto de localidade, devido à necessidade de atender outras demandas, é a Declaração de Cartagena, de 1984 (Ministério da Justiça, 2008). Tal ampliação do conceito de refugiado se deve ao contexto que a América do Sul estava sendo vivenciada no período de ditaduras militares.

Nesta normativa, há a recomendação de que o conceito de refugiado para que a região englobe, além das definições de documentos internacionais, as pessoas que tenham fugido de seus países devido às ameaças das suas vidas, segurança e liberdade, provenientes de violência generalizadas estrangeiras ou internas, grave violação de direitos humanos e qualquer circunstância em que seja evidente a perturbação grave da ordem pública.

Finalmente, a compreensão do "migrante documentado" se caracteriza na pessoa que ingressa e permanece regularmente em um país, segundo os critérios de admissão. Em contraposição, o migrante "não-documentado", é aquele que ingressa irregularmente, ou está com seu visto vencido, não estando mais em situação regular no país receptor, ou de trânsito – a OIM categoriza este termo referindo-se aos migrantes que administrativamente infringem normas de admissão do país (OIM, 2006).

Há a ressalva de que, ao colocar a migração irregular como uma infração, reforça-se o estigma de criminalização deste migrante, expondo-o a uma situação de maior violação aos direitos humanos, portanto, para este estudo, utilizar-se-á o termo "migrante não-documentado" por entender que não se pode criminalizar um ser humano com base na situação de regularidade migratória, não sendo correto o uso do termo "migrante ilegal".

Seguindo a mesma percepção, a Convenção sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias, de 1990 aborda o trabalhador migrante sob a perspectiva dos direitos humanos e foca em questões migratórias independentemente da condição de regularização, fixando parâmetros de proteção pautados nos direitos humanos, que deveriam ser aplicados pelos países signatários aos migrantes e seus familiares.

Infelizmente, até a presente data, o Brasil não ratificou a Convenção no Congresso Nacional, aproximando-se de uma retórica que restringe a garantia dos direitos humanos, pois não reconhece a proteção mínima ao migrante independente do seu "*status*" migratório. Este posicionamento faz do país, apesar do seu protagonismo na questão migratória, o coloca como um pária da questão que exclui da gramática protecionista migrantes não-documentados.

Assim, o migrante não-documentado não surge de forma aleatória no contexto que se pretende trabalhar. Essa condição de irregularidade é produzida de maneira estatal através de decisões políticas e estas estão expressas através da legislação e políticas migratórias que definem quais são os requisitos e procedimentos para se considerar um migrante regular. Dessa maneira, observa-se que a condição de irregularidade é uma construção social/legal (DE GENOVA, 2002).

As práticas voltadas à migração realizada ao longo da história constroem categorias de "legalidade" e o migrante que não se adequa a elas é qualificado como não-documentado e, consequentemente, não tem possibilidades de proteção estatal e de acesso às políticas públicas, estando exposto à vulnerabilidade frente à condição de um não-nacional, não-cidadão e não-documentado. Neste sentido, Roxanne L. Doty (2014) comenta:

> People living within states' sovereign territorial borders share certain legal, political, social, and cultural marks of identity whose ultimate expression is that of citizenship. On such a view, even though there is much movement across borders, ultimately there exists a link that is impossible to disentangle between the sovereign legal territorial state and its inhabitants, its citizens. These are 'givens', and if they seem to be under threat they must be protected. The nation consisting of citizens who share a national identity is generally assumed to be naturally connected to the state. (DOTY, 2014, p. 209).

Doty elucida que a cidadania é um conceito "naturalmente" ligado ao Estado e é, consequentemente, atrelado às concepções de território, de soberania e de direito. Logo, essas caracterizações convencionais são utilizadas nas decisões políticas, atrelando-se à noção de pertencimento do sujeito homem a determinados territórios, e de seu oposto – (des)pertencimento – como se tais noções compreendessem a real natureza do indivíduo e sua relação com a terra.

Nesse sentido, é preciso reforçar no ponto de vista da própria formação do Estado, onde a ideia entre os estabelecidos e *outsiders* enfatiza o que a autora defende sobre a exclusão de sujeitos a partir da categorização migratória "*citizenship has always contained an*

exclusionary element. Inherent in the concept of citizenship is the notion of an insider, which necessarily implies an outsider" (DOTY, 2014, p. 213).

A condição de um migrante documentado, ou não-documentado está vinculada ao protagonismo estatal. Assim, os Estados Nacionais podem propor novas legislações e políticas migratórias à luz dos direitos humanos, desburocratizando procedimentos para conceder a regularização ao migrante em condição de irregularidade.

Dentro desse escopo, Doty (2014) atenta sobre a construção das categorias de seres humanos a partir da existência, ou não de documentos, em tempos de fluidez de fronteiras, que se veem, ainda, enrijecidas por valores excludentes, pautados em ideais que clamam, dentro de uma sociedade globalizada, por novas discussões e desdobramentos:

> Constructing categories of human beings who are defined in large part by their lack of documents raises important questions about the values that have traditionally been attached to 'us'. The restriction of peoples' free movement raises important questions about what values such as democracy and human rights can mean in an age of globalization when borders mean very little and very much at the same time (DOTY, 2014, p. 217).

É, portanto, a partir do interesse estatal que se definem quais grupos serão documentados. Esses grupos podem ser definidos por critérios de etnias, nacionalidades, qualificação profissional e, aqueles que não se enquadram nestas diretrizes propostas pelo Estado, são destinados à condição de *outsiders*, acentuando a produção de padrões de exclusão, da negativa de direitos

(WALDMAN, e FREITAS JUNIOR, 2016, p. 37), nos trâmites burocráticos dos procedimentos migratórios.

O processo de globalização cooperou para a intensificação do processo de migração, da formação das comunidades políticas e, assim, dos Estados (MOULIN, 2011). Desta forma, a diversidade cultural, formada a partir das migrações, faz parte do dia a dia de diversos Estados e, em contrapartida, compatibilizar normas e políticas públicas para migrantes pautados em direitos humanos é desafio da comunidade internacional, de modo a garantir um tratamento igualitário e condições dignas de vida às pessoas que migram.

No entanto, apesar de a globalização ter contribuído para a intensificação das migrações, o discurso a ela atrelado, de um mundo "sem fronteiras", da existência de uma grande aldeia global, está presente apenas na retórica liberal, onde a integração do mundo é, principalmente, econômica — para o capital, não existem fronteiras. Não obstante, na relação globalização e mobilidade humana, a prática revela implicações limitadoras para as determinadas categorias migratórias, onde existem fronteiras físicas e simbólicas (como burocracias) (MARTINE, 2005).

Moulin (2011) trabalha às duas perspectivas chaves da mobilidade humana, esclarecendo que, de um lado, encontram-se países e sociedades que encaram o migrante como uma ameaça e problema social que causa desordem no âmbito cultural, econômico e social, razão pela qual se inclui nas agendas de segurança internacional a questão migratória, com políticas que criam barreiras restritivas, ou seja, a presença do migrante é vista de forma negativa, como uma ameaça ao Estado.

Por outro lado, tem-se uma perspectiva positiva da migração, que reforça a retórica desenvolvimentista onde o impacto das migrações é positivo para a formação e circulação de trabalhadores

qualificados (MOULIN, 2011). Deste modo, do ponto de vista sociocultural, aquela sociedade que recebe impactos migratórios avança devido o intercâmbio da diversidade de vivências

Ainda, merece destaque a sensibilidade cultural e política advinda de uma cidadania transnacional, ressaltando a importância de fortalecer o respeito à diversidade cultural trazida pela mobilidade humana e a constituição de uma nova ordem mundial cosmopolita, ou seja, um novo modelo de cidadania aliado ao marco teórico universalista dos direitos humanos (MOULIN, 2011).

Na perspectiva da migração como uma ameaça à segurança nacional, um dos fatores que auxiliam no processo de estigmatização do migrante é que este se separa das normas gerais, sendo excludentes, ou inadequadas ao seu contexto, enquanto variam conforme as diferentes categorias migratórias, reforçadas pela própria concepção estatal de diferenciação entre migrantes e nacionais (LOPES, 2011).

Outro questionamento precisa ser feito quando se fala em migrações: o processo de estigmatização que segrega os que têm, ou não tem direito, é uma questão de nacionalidade, de quem é nacional, ou não-nacional, de quem é cidadão, ou não-cidadão, reforçando a tese dos limites do Direito nas fronteiras estatais tornando apenas o sujeito nacional, cidadão, como o sujeito de direito no Estado Nacional.

Dentro dessa caracterização, o migrante é estigmatizado e marginalizado por não ser um indivíduo nacional, principalmente se sua situação migratória é irregular, sendo que os Estados se utilizam do discurso pautado na segurança internacional, em que o migrante representa ameaças não somente à segurança, mas também à cultura e economia, buscando burocratizar normativas referentes à entrada de migrantes e sua regularização.

A dinâmica tratada por Emma Haddad (2008) traz a reflexão de que a questão migratória não é somente uma abordagem política interna estatal, da forma como cada Estado trata o migrante, mas é também reflexo da política mundial, tendo em vista que o sistema de soberania estatal está pautado na concepção de território (fronteiras) e cidadania (pertencimento).

Assim, movimentos migratórios são resultados de políticas e de contextos sociais que não afetam apenas internamente os Estados, mas todo o sistema internacional, já que ultrapassa as capacidades estatais de se propor medidas eficazes a partir de uma solução individual (HADDAD, 2008). Tais perspectivas também se fazem presentes na migração laboral, já que crises políticas e econômicas impulsionam processos de mobilidade humana global em busca de melhores condições de vida e trabalho.

É neste contexto, moldado pelas contradições do processo migratório e da lógica estatal de categorizar o trabalhador migrante para reconhecer uma agenda de direitos e políticas públicas, de quem é esse o merecedor da proteção estatal a partir da ética política do Estado, que está inserido o trabalhador migrante venezuelano no contexto do trabalho no Estado de Roraima.

MIGRAÇÃO VENEZUELANA: BREVES APORTES TEÓRICOS

A crise política, social e econômica da Venezuela, aliada ao aumento dos índices de violência, provoca um intenso e rápido deslocamento internacional de venezuelanos, que buscam melhores condições de vida em outros países, mas que resultou em uma crise humanitária, reforçada pelo contexto de que os países destinos não

estavam preparados para receber este contingente de migrantes/refugiados venezuelanos (COLOMBO, 2018).

No final de 2018 o número de refugiados no mundo chegava a 25,9 milhões (ACNUR, 2019). O ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidades para Refugiados) estima que a população venezuelana tem protagonizado o maior deslocamento de pessoas na história da América do Sul, chegando a mais de 5 milhões de refugiados (ACNUR, 2019).

Neste contexto, o Brasil passou a ser destino da emigração venezuelana, tendo em vista que a faixa de fronteira entre Brasil e Venezuela tem cerca de 2.200 km de extensão, região esta que de acordo com Silva (2018) possui como característica a baixa densidade demográfica e está delimitada por florestas e reservas ambientais e indígenas, que no decorrer da história representou barreiras naturais para uma interação mais intensa entre os países.

Outra característica da migração venezuelana, é que a partir de 2017 o estado de Roraima de posiciona como a principal porta de entrada de venezuelanos, ingressando principalmente pelas fronteiras terrestres de Santa Elena da Uairén (Venezuela) e Pacaraima (Brasil – Roraima). Esta intensa migração na fronteira norte do Brasil traz consequências para a região e para as políticas migratórias, tendo em vista o aumento da migração venezuelana no país.

Desde 2016, o estado de Roraima vem recebendo através de suas fronteiras terrestres migrantes venezuelanos, muitos destes migrantes acabam por permanecer na no Estado de Roraima pela proximidade com a fronteira, tendo em vista a possibilidade de se deslocar de volta para a Venezuela levando alimentos, medicamentos e auxílio financeiro a familiares e amigos, dinâmica propiciada devido à proximidade territorial de diversas cidades de Roraima onde se encontram os venezuelanos (SIMÕES, 2017).

Numa abordagem a parto de migração sul-sul, tendo em vista que podem ser percebidas como regiões de circulação e trânsito cotidiano, mas também locais de recepção de migrantes e refugiados do sul global, vindo de países caribenhos, africanos e sul-americanos. Assim a mobilidade no sul global é marcada pelas migrações forçadas e práticas restritivas migratórias no norte global, reforçando a criação de deslocamentos e criação de medidas migratórios de circulação entre as periferias do sistema internacional (BASSO, 2003).

A geopolítica migratória conta com elementos comuns nos fenômenos migratórios locais da migração sul-sul. Neste sentido, cabe mencionar a importância da compreensão de estudos próprios do Sul Global sobre as diferentes categorias migratórias, como a mobilidade do capital e do trabalho, para entender a migração venezuelana para o Brasil.

O deslocamento internacional de venezuelanos, é resultado pela forte crise social, política e econômica, resultando na categoria de deslocamentos forçados (CLOCHARD, 2007), que apesar da sua especificidade encontra elementos comuns aos deslocamentos sul-sul na retórica e políticas restritivas do norte global, que desencadeia rotas no sul global, numa dinâmica dos periféricos na periferia do capital (BASSO, 2003).

A diferença da migração sul-sul não se pauta por políticas migratórias menos restritivas, ao contrário, esta estrutura de poder é replicada nos Estados do sul global. No entanto, o que se observa a dinâmica geopolítica de proximidade dos Estado geram mecanismos que os aproximam ao seu lugar de origem, facilitando informações e remessas financeiras, redes de apoios que interferem no projeto migratório (decisão de migrar e se estabelecer).

No contexto da migração Venezuelana, as fronteiras brasileiras assumem um papel importante no processo migratório,

principalmente no sentido de se estabelecer na região fronteiriça e a inserir laboral para a continuidade dos aportes financeiros e materiais aos familiares que ficaram na Venezuela, e ao estado de Roraima acaba sendo o território que permite esta mobilidade entre o país de destino e de origem.

A MIGRAÇÃO LABORAL VENEZUELANA EM RORAIMA

O ano de 2016 foi marcado pela entrada de nacionais venezuelanos no norte do Brasil. Muitos desses começaram a transitar por espaços públicos, pelo lado brasileiro, de forma acentuada, principalmente, nas feiras livres, ruas e calçadas da cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, bem como na cidade de Pacaraima, localizada na faixa de fronteira com a Venezuela.

Em termos econômicos, o Estado de Roraima, sempre foi totalmente dependente de repasses de recursos públicos federais, a chamada "economia de contracheque" como é conhecida na localidade, garante a manutenção de alguns índices econômicos. Segundo o IBGE (2010c) o Estado ocupa o décimo terceiro lugar na classificação nacional do Índice de Desenvolvimento humano com 0,707, quanto mais próximo de 1, maior o IDH de um local e consequentemente melhores as condições de vida e trabalho.

Com a migração venezuelana, alguns setores da economia local, como o comércio e serviços, começaram a ser fomentados> Diversos empreendimentos, como, por exemplo, lojas de materiais de construção, restaurantes, salões de beleza, grandes redes de supermercados, entre outros, começaram a contratar força de trabalho mais barata e qualificada que chegava da Venezuela.

Naquele momento, as condições que os migrantes venezuelanos enfrentavam era similar a descrita por Lenin (2018), no artigo "O Capitalismo e a Imigração dos Trabalhadores", onde o autor afirma que "o capitalismo criou uma espécie de transmigração dos povos [...] dos países atrasados aos países industrializados", em decorrência dos melhores salários pagos nesses últimos.

O mercado de trabalho roraimense após absorver os imigrantes venezuelanos mais qualificados, deixou de fora, centenas de pessoas com escolaridades mais baixas que não conseguiram empregos. Para esses migrantes excluídos, criou-se no Estado, uma massa de trabalhadores desocupados, sobrantes, sob a ótica dos detentores dos meios de produção.

O aumento do exército de trabalhadores reserva, possibilitou a ampliação da exploração da classe trabalhadora migrante, principalmente daqueles que se encontravam em maiores situações de vulnerabilidade. Neste contexto, constata-se a existência de pessoas colocadas em situações análogas à escravidão e mulheres migrantes em contexto de vulnerabilidade, foram expostas ao mercado do sexo como uma forma de sobrevivência.

O mercado informal ganha novos atores sociais, são venezuelanos que vendem diversas categorias de produtos nas feiras livres da capital, nos sinais de trânsito, muitos deles, oferecem serviços como capina de terreno, eletricista, mecânicos, ajudando a fomentar o comércio formiga fronteiriço já bastante dinâmico nesta zona de fronteira.

Sobre o termo comércio formiga fronteiriço, Ferreira (2015, p. 33) conceitua como um comércio fronteiriço de pequenas quantidades de serviços, produtos legais ou ilegais que satisfazem as necessidades humanas. Fato é que a migração venezuelana em Roraima, trouxe muitos migrantes que se encaixam na definição proposta pelo autor.

De certa forma, a economia de Roraima, obteve melhoria com esse enorme adensamento populacional. Segundo DAPP (2020) o crescimento do comércio varejista e das exportações garantiu, um aumento de 25% na arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre o final de 2018 e primeiro semestre de 2019. Ainda segundo a pesquisa, entre 2016 e 2017, o PIB da região cresceu 2,3%, acima da média dos demais Estados (1,4%).

A presença venezuelana no Brasil é antiga, e entre os anos 2000 e 2020, segundo números apresentados pelo Obmigra (2020) entraram no Brasil, cerca de 294.164 venezuelanos com vistos de permanentes, temporários, estudantes e refugiados. Desse total, 155.362 são refugiados, 85.240 são homens e 70.050 mulheres que atravessaram a fronteira brasileira solicitando o seu status de refugiado.

O processo migratório venezuelano começa se acentuar a partir do ano de 2016, alcançando seu auge em 2019 quando, 143.633 imigrantes entraram oficialmente no Brasil. Em comparação ao ano de 2018 ocorreu um aumento de 52% nos números. Na tentativa de se alocar no mercado de trabalho formal, muitos desses nacionais venezuelanos, solicitaram a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Entre os anos de 2010 e 2019, foram solicitados oficialmente cerca de 81.334 CTS para os imigrantes venezuelanos. Com isso dos 294.164 venezuelanos entraram no Brasil nesse mesmo período, destes, cerca de 29% solicitaram o documento. Dentre os solicitantes, prevaleceu o perfil de homens com idade entre 31 e 37 anos. O dado revela um perfil de migrante jovem na região.

Em 2017, por exemplo, foram emitidas 8.424 unidades, em 2018, foram 37.224, um aumento de 342% em relação ao ano anterior. Em 2019, foram emitidas 31.836 CTPS, houve, portanto,

um decréscimo de 14%. Se compararmos a quantidade de 143.633 imigrantes venezuelanos, que entraram no Brasil naquele mesmo ano, apenas 22% optaram por solicitar a CTPS no Brasil. Ou seja, 78% dos migrantes venezuelanos na região, se estiverem em idade laboral, encontram-se na informalidade.

Os dados confirmam um elevado número de trabalhadores informais no Estado de Roraima. Segundo o IBGE (2020) em 2019, cerca de 47,6% da população economicamente ocupada encontrava-se no mercado informal. No ano de 2020 essa taxa caiu para 44,3%. Segundo o órgão, em números absolutos, foram registradas 85 mil pessoas que declararam possuir alguma categoria de trabalho informal no 2.º trimestre de 2020. Em comparação ao mesmo período no ano anterior, esse número foi de 101 mil pessoas.

Sobre o quantitativo de CTPS emitidas em Roraima, o Obmigra (2021) revelou que no período de 2010 a 2019 foram emitidas 67.089 somente para os venezuelanos. Desse total 40.054 foram para homens e 27.035 para mulheres, sendo que a idade média entre eles varia entre 31 a 37 anos, com escolaridade de ensino médio e superior completo, revelando o perfil de trabalhadores jovens com boa formação.

Embora encontradas dificuldades no atendimento aos migrantes, que entrava no país por suas fronteiras, gradativamente, o estado de Roraima, vai se colocando como protagonista na organização da questão migratória venezuelana. Se no Brasil, foram emitidas entre os anos de 2010 e 2019, cerca de 81.334 CTPS para venezuelanos, no Estado, foram emitidas 67.089 unidades do documento. Com isso, 82% do total de CTPS para os venezuelanos no Brasil foram emitidas na localidade.

Outro ponto analisado é a contratação de força de trabalho venezuelana no Brasil. No Quadro 1, o saldo entre admissão e demissão no Brasil permaneceu positivo, ou seja, foram contratados

mais venezuelanos do que demitidos entre os anos de 2016 e 2019. No total 13.516 foram admitidos e 6.115 foram demitidos, o saldo ficou positivo em 7.401 postos de trabalhos contratados.

Quadro 1 - Venezuelanos Admitidos Formalmente no Brasil (2016 – 2019)

Ano	Admitidos	Demitidos	Saldo
2016	839	486	353
2017	2.514	1.176	1.338
2018	2.315	1.028	1.287
2019	7.848	3.425	4.423

Fonte: OBMigra.

Base de dados: Ministério da Economia. RAIS-CTPS-CAGED (2016-2019).

Em Roraima, o número de venezuelanos admitidos e demitidos no mercado local entre os anos de 2016 e 2018, revelam que 2.483 foram admitidos nesse período e 1.550 foram demitidos. Dessa forma, o saldo ficou positivo em 1.275 postos de trabalhos contratados. Estes dados revelam que o mercado de trabalho roraimense absorveu os imigrantes venezuelanos no período específico. O Quadro 2, revela esses dados de forma detalhada.

Quadro 2 - Inserção labora venezuelana em Roraima (2016 – 2018)

Ano	Admitidos	Demitidos	Saldo
2016	981	513	468
2017	1.212	522	690
2018	290	515	117

Fonte: OBMigra.

Base de dados: Ministério da Economia. RAIS-CTPS-CAGED (2016-201).

Apesar de os dados serem positivos, a migração venezuelana para o Brasil, possui aspectos peculiares, pois o mercado de trabalho brasileiro absorveu de forma relativamente baixa, gerando um

grande exército de trabalhadores reservas na ótica do capital. O Quadro 3 demonstra o quantitativo de imigrantes, a emissão de CTPS, os admitidos e demitidos no mercado de trabalho brasileiro e roraimense.

Quadro 3 - Dinâmica Migratória Venezuelana no Mercado de Trabalho Roraimense (2016 – 2019)

Ano	Entrada de Imigrantes	Emissão de CTPS	Admitidos no Brasil	Admitidos em Roraima
2016	4.318	2.225	839	290
2017	24.768	8.424	2.514	1.212
2018	94.290	37.224	2315	981
2019	143.633	31.836	7.848	-

Fonte: Organização própria.

Base de dados: Ministério da Economia. RAIS-CTPS-CAGED (2016-2019).

Em Roraima, tanto a emissão de CTPS quanto a admissão de trabalhadores não acompanham o número de entrada de imigrantes venezuelanos no Brasil. A análise confirma, a existência de um número de nacionais venezuelanos que se encontram laboralmente na esfera informal e isso é bastante perceptível na cidade de Boa Vista, capital de Roraima.

Em 2016 foram emitidas 2.225 CTPS no Brasil, admitidos somente 839 venezuelanos, o que representa que apenas 38% conseguiram empregos formais. No ano de 2017, houve a emissão de 8.424 CTPS, admitindo 2.514 venezuelanos, apenas 30% conseguiram se estabelecer no mercado de trabalho. Em 2018 a situação consegue ser ainda pior, foram emitidas, 37.224 CTPS e contratados 2.315 venezuelanos, ou seja, apenas 6% conseguiram ser absorvidos pelo mercado de trabalho formal.

Diante dessa situação, é possível perceber que o Estado de Roraima não conseguiu absorver a força de trabalho vinda do país vizinho, reforçando a hipótese a geração do exército reserva de trabalhadores que buscou sustentar os seus entes oferecendo serviços no mercado de trabalho informal na perspectiva legal e ilegal da dinâmica fronteiriça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do debate levantado na primeira seção do texto, onde se compreende que o Estado, por meio da concepção liberal da formação dos Estados-nação e soberania, são construídas categorias de classificação de migrantes, de modo a incluir e excluir determinados indivíduos da gramática protecionista dos direitos e políticas públicas. Observa-se que a categoria de trabalhador migrante se mostra de suma importância para o debate das questões migratórias e a inserção laboral destes sujeitos.

Para tanto, a presente pesquisa, buscou analisar a condição do migrante laboral de nacionalidade venezuelana em Roraima, onde se observou que apesar do local, apresentar dificuldades no atendimento dessa população em suas fronteiras, ficou evidenciado que este conseguiu articular instrumentos de proteção de direitos humanos exercendo um papel importante na efetivação das políticas migratórias, principalmente, no que se refere a documentação laboral em relação ao contexto nacional.

Cabe ressaltar, que apesar de não ser o objetivo do texto, é necessário destacar a necessidade de pesquisas futuras para analisar quais seriam os fatores que contribuíram para que a região conseguisse articular de forma satisfatória, no que se refere a

expedição de CTPS, para migrantes venezuelanos, que resultou numa melhor implementação de mecanismos para a inserção laboral.

Por outro lado, o Estado de Roraima possui dificuldades na contratação de imigrantes venezuelanos no mercado de trabalho. Isso em muito se deve, devido a sua economia pouco aquecida, composta em sua grande maioria, por funcionários públicos. Tais questões interferem na criação de empregos informais, onde fica exposto à vulnerabilidade e a precarização dessa categoria de trabalho.

REFERÊNCIAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Tendencias Globales**. Desplazamiento Forzado en 2019. Ginebra: ACNUR, 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 20/03/2022.

BAENINGER, R. "Governança das Migrações Internacionais no século 21: desafios e agenda de pesquisa". **Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Paulo: ABEP, 2014.

BASSO, P. "Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migratorie". *In*: BASSO, P.; PEROCO, F. (coords.). **Gli immigrati in Europa**: desuguaglianze, razzismo, lotte. Milão: Franco Angeli, 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional da Justiça. **Declaração de Cartagena**. Brasília: SNJ, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mj>. Acesso em: 02/03/2022.

CLOCHARD, O. **"**Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité". **Open Edition Journals**, n. 2, 2007.

COLOMBO, S. "Êxodo da Venezuela se distingue de outros da região por volume e rapidez". **Folha de São Paulo** [16/09/2018]. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 20/03/2022.

CUNHA, G. "Migrantes e refugiados: marco jurídico e estratégia no limiar do século XXI". **Macrotemas**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em: 02/03/2022.

FGV- Fundação Getúlio Vargas. **A Economia de Roraima e o Fluxo Venezuelano**: Evidências e subsídios para políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

GENOVA, N. "Migrant 'Illegality' and Deportability in Everyday Life". **Annual Review of Anthropology**, vol. 31, October, 2002.

DOTY, R. L. "Why is people movement restricted?". *In*: EDKINS, J.; ZEHFUSS, M. (eds.). **Global Politics**: A new introduction. London / New York: Routledge Taylor and Francis Group, 2014.

FERREIRA, M. A. A. **Comércio Formiga Fronteiriço entre Venezuela e Brasil 2010 – 2014** (Dissertação de Mestrado em Sociedade e Fronteiras). Boa Vista: UFRR, 2015.

HADDAD, E. **The refugee in international society**: between sovereigns. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Boa Vista**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 02/03/2022.

LENIN, V. "Capitalismo e imigração de trabalhadores". **Nova Cultura** [10/10/2018]. Disponível em: <https://www.novacultura.info>. Acesso em: 20/03/2022.

LOPES, C. M. S. **Direito de Imigração**: O Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Núria Fabris, 2009.

MARINUCCI, R.; MILESI, R. "Migrações Internacionais Contemporâneas". **Instituto Migrações e Direitos Humanos** [2005]. Disponível: <http://www.ufjf.br>. Acesso em: 23/03/2022.

MARTINE, G. "A globalização inacabada – migrações internacionais e pobreza no século XX". **São Paulo em Perspectiva**, vol. 19, n. 4, 2005.

MOULIN, C. "Eppur si muove: mobilidade humana, cidadania e globalização". **Contexto Internacional**, vol. 33, n.1, 2011.

OBMIGRA - Observatório das Migrações Internacionais. "Sistema de Tráfego Internacional". **OBMIGRA**. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br>. Acesso em: 05/03/2022.

OBMIGRA - Observatório das Migrações Internacionais. "Portal da Imigração Laboral". **OBMIGRA**. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br>. Acesso em: 05/03/2022.

ONU – Organização das Nações Unidas. "Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas". **Série Tratados da ONU**, vol. 189, n. 2545, 1954.

OIM - Organização Internacional para as Migrações. **Relatório Mundial de Migração**. Geneva: OIM, 2017. Disponível em: <https://publications.iom.int>. Acesso em: 20/03/2022.

OIM - Organización Internacional para las Migraciones. **Glosario sobre migración. Derecho Internacional sobre Migración**.

Ginebra: OIM, 2006. Disponível em: <https://publications.iom.in>. Acesso em: 20/03/2022.

OIM - Organização Organización Internacional para las Migraciones. **Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2020**. Disponível em: <https://publications.iom.int>. Acesso em: 09/03/2022.

SIMÕES, G. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

UNHCR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. "Global Trends: Forced Displacement in 2019". **UNHCR** [18/06/2021]. Disponível em: <https://www.unhcr.org>. Acesso em: 09/03/2022.

WALDMAN, T. C. **Nem clandestinos, nem ilegais**: construindo contornos para uma definição da condição migratória não documentada no Brasil (Tese de Doutorado em Ciências Jurídicas). São Paulo: USP, 2016.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Carlos Alberto Borges da Silva é professor da Universidade Estadual de Roraima (UERR) e da Faculdade Cathedral de Ensino Superior (CATHEDRAL). Pesquisador antropólogo da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH). E-mail para contato: carlos.borges@uerr.edu.br

Elói Martins Senhoras é professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do Think Tank IOLEs. Economista e Cientista Político. Doutor em Ciências. *Post-doc* em Ciências Jurídicas. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com. Portal institucional: www.eloisenhoras.com

Fernando Lima Mendes é bacharel em Administração, Economia e Gestão Empresarial pela Faculdade Cathedral de Ensino Superior (CATHEDRAL). Mestrando em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). E-mail para contato: admgrupoexpress@gmail.com

Francisleile Lima Nascimento é geógrafa, especialista nas áreas de Educação e Turismo. Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Professora do "Salva Vidas Acadêmico", Suporte Acadêmico e Aulas de Metodologia. Email para contato: leile_lima@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Gisele Gabriela Mota Santos é bacharel em Relações Internacionais. Possui experiência de trabalho com imigrantes e refugiados venezuelanos por meio de serviços na Polícia Federal, Cruz Vermelha, Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Visão Mundial. E-mail para contato: giselegabriella@outlook.com

Kelma Cristina da Silva Wendling é bacharel em Relações Internacionais. Especialista pós-graduada com MBA em Logística Internacional pela Associação Brasileira de Consultoria e Assessoria em Comércio Exterior (ABRACOMEX). E-mail para contato: kelmacristina2009@hotmail.com

Lídia Pinheiro de Matos é professora do Governo do Estado de Roraima. Licenciada em Geografia. Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail para contato: mlidiarr@gmail.com

Manoela Jaqueira é graduada em Direito. Especialista em Relações Internacionais Contemporâneas. Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Doutoranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail para contato: manoelajaqueira@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Marimar dos Santos Lima é professora do Governo do Estado de Roraima. Graduada e Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Pesquisadora do Núcleo Amazônico de Pesquisas em Relações Internacionais (NAPRI). E-mail para contato: marimarlima96@gmail.com

Max André de Araújo Ferreira é bacharel em Ciências Contábeis. Mestre em Sociedade e Fronteiras. Doutorando em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail para contato: max.andre@ufrr.br

Paulo Henrique Rodrigues da Costa é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Pós-graduando em cursos de especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública, bem como em Gestão de Projetos. E-mail para contato: paulohodrig@gmail.com

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimode 50 laudas. O texto deverá estarobrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2022

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022